

FORUM

Sociológico

CICS.NOVA – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÉRIE II **N.º 29 · 2016**

FORUM Sociológico

CICS.NOVA – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS SÉRIE II N.º 29 · 2016

Fundador	Moisés Espírito Santo
Diretora	Ana Alexandre Fernandes
Conselho de Redação	Ana Alexandre Fernandes ISCSP-ULisboa; Beatriz Padilla CIES-IUL; Helena Serra FCSH-UNL; João Pedro Silva Nunes FCSH-UNL; José Carlos Marques IP-Leiria; Luís Vicente Baptista FCSH-UNL; Maria João Bárrrios ISCSP-ULisboa; Miguel Chaves FCSH-UNL; Patrícia Pereira FCSH-UNL
Assistente Editorial	Brenda Silva
Conselho Editorial	Alain Bourdin IFU-França; Ana Nunes de Almeida ICS-UL; Anália Torres ISCSP-ULisboa; António Firmino da Costa CIES-IUL; Carlos Miguel Ferreira ULHT; Graça Índias Cordeiro CIES-IUL; Isabel Dias FLUP; Joan Josep Pujadas URV-Espanha; João Gonçalves FCSH-UNL; João Teixeira Lopes FLUP; José Luis Vieira UDC-Espanha; Loïc Wacquant UC, Berkeley-USA; Luc Boltanski EHES-GSPM; Tim Sieber UMass, Boston-USA
Logotipo e Capa	Carolina Basto
Paginação	Ana Paula Silva
Propriedade do título	CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais Edifício I&D, Avenida de Berna, n.º 26 1069-061 Lisboa Telefone: 00351 21 790 83 00 (ext. 1488) Fax: 00351 21 790 83 08 Email: forum@fcsch.unl.pt Site: http://sociologico.revues.org/
Apoios	Publicação subsidiada por Fundos Nacionais ao abrigo do projeto UID/SOC/04647/2013 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
Depósito Legal	N.º 64682/93
ISSN	0872-8380

ÍNDICE

Editorial	5
Vejez y sociedad en México: las visiones construidas desde las Ciencias Sociales Velhice e sociedade no México: as visões construídas a partir das Ciências Sociais Old age and society in Mexico: the visions built from the Social Sciences <i>Fernando Bruno e Jesús Acevedo Alemán</i>	7
Infância, direitos e risco(s): velhos e novos desafios identificados a partir da análise dos Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010) Childhood, rights and risk(s): old and new challenges identified from the analysis of the Reports of CNPCJR (2000 and 2010) <i>Natália Fernandes e Catarina Tomás</i>	21
A gestão da performance nas culturas juvenis Performance management in youth cultures <i>Elsa Pegado</i>	31
As lógicas da exclusão urbana no contexto português: uma perspectiva Sul-Norte Urban exclusion rationales in Portugal: a South-North perspective <i>Elena Tarsi</i>	41
Família empresária e competências empreendedoras Entrepreneur family and entrepreneurial competences <i>Jorge Rodrigues</i>	53
Emponderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil Empowerment of woman through agroecological fairs in the city of Ilhéus, Bahia/Brazil <i>Marcella Gomez, Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena, Ana Cristina de Souza Mandarino e Estélio Gomberg</i>	65
As escolas privadas e os seus clientes: estratégias organizacionais de promoção da oferta e de regulação das admissões Private schools and their customers: organizational strategies for promoting supply and regulating admissions <i>Jorge Ávila de Lima e André Costa Melo</i>	75
Modos de reconfiguração da ação pública num contexto de subida das incertezas: uma reflexão a partir das políticas de educação básica de adultos Modes of reconfiguration of public action in a context of rising uncertainties: a reflection from the policies of basic education for adults <i>João Eduardo Martins</i>	85



EDITORIAL

A última edição da *Forum Sociológico*, relativa a 2016, retoma um formato editorial que não inclui um dossiê temático, como é característico na revista. Sem prejuízo desta estratégia de publicação, o Conselho Editorial tem vindo a editar regularmente números que não se enquadram na lógica “um número da revista” com um “tema” devido ao afluxo de novos artigos, ou seja, é necessário criar espaço editorial para os artigos que regularmente se vão candidatando para edição.

A revista mantém a sua orientação matricial em Sociologia, mas procura promover o debate e a discussão abrindo-se a outras perspectivas científicas, nas Ciências Sociais, num diálogo multidisciplinar, construtivo e inovador.

Os oito textos que compõem o vigésimo nono número da *Forum Sociológico* focam temáticas diversas que reflectem os interesses de investigação dos respectivos autores. No primeiro artigo, escrito em castelhano, Fernando Bruno e Jesús Acevedo Alemán lançam um olhar sobre as diversas abordagens em torno da temática do envelhecimento, enfatizando as perspectivas construídas a partir da diversidade das Ciências Sociais, desde os estudos que se iniciaram no âmbito da Geriatria, até à Sociologia, Antropologia e Serviço Social. Tratam-se de enfoques diversos que permitiram a construção de olhares complementares sobre o envelhecimento e o seu impacto em termos sociais. Problematisando o fenómeno da velhice e do envelhecimento na sociedade mexicana, a partir do contributo das Ciências Sociais, os autores perspectivam os desafios actuais que o envelhecimento da população mexicana impõe, perante as deficiências institucionais e culturais de integração da população idosa, nas diferentes esferas da sociedade. Neste sentido, os autores referem a necessidade de incorporar o conhecimento proveniente das diversas investigações científicas nas políticas de envelhecimento.

Natália Fernandes e Catarina Tomás, autoras do segundo artigo, analisam a situação das crianças portuguesas em risco, a partir dos indicadores publicados nos relatórios da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de 2000 e de 2010, respectivamente. Trata-se de compreender as tensões e hesitações presentes numa trajectória marcada por avanços e recuos no que aos direitos das crianças diz respeito. Partindo de um enquadra-

mento teórico alicerçado nos principais contributos da Sociologia da Infância e mobilizando uma metodologia de natureza qualitativa, as autoras assumem uma perspectiva crítica em torno das crianças em situação de risco, evidenciando as contradições entre um discurso que proclama e defende os direitos das crianças e a realidade que evidencia a severa restrição das condições sociais de usufruto dos mesmos. De assinalar, entre outros aspectos referidos neste artigo, a ausência de políticas preventivas eficazes que permitam uma intervenção técnica qualificada junto das crianças em risco e das respectivas famílias, de modo a garantir que estas não incorram em situações de risco. De acordo com as autoras, este será um dos reflexos da forte desigualdade e exclusão social que caracteriza Portugal, sendo necessário reenquadrar a discussão da temática das crianças em risco numa perspectiva mais abrangente que englobe as questões da pobreza e exclusão social.

Da infância em risco para as culturas juvenis, o terceiro artigo da autoria de Elsa Pegado aborda as percepções dos jovens sobre os consumos de performance, entendidos enquanto consumos de medicamentos e/ou produtos terapêuticos utilizados na gestão do desempenho neuro/cognitivo e/ou físico/corporal. Neste trabalho, a noção de performance define-se a partir da necessidade e da capacidade de desempenhar, de forma socialmente adequada, o conjunto de papéis sociais, em diversas esferas da vida, caracterizados por diferentes imperativos de desempenho. Tendo como base o material empírico de um projecto de investigação, proveniente de um inquérito por questionário sobre consumos de performance na população portuguesa jovem (18-29 anos), o estudo revela uma relativa permeabilidade, entre os jovens, à ideia de gestão da performance, ainda que a mesma não seja homogénea e apresente modelações, em virtude de diferentes critérios de legitimação dos consumos, tanto em termos da sua diversidade social, como em termos dos contextos culturais concretos.

O artigo de Elena Tarsi, focando, igualmente, o contexto português, mas em confronto com a realidade brasileira, analisa os fenómenos de exclusão urbana na conjuntura de crise e austeridade. Sendo um fenómeno estrutural na sociedade brasileira, a exclusão urbana apresenta-se, do ponto de vista conceptual, mais claro. É neste sentido que a autora mobiliza essa formulação conceptual

do fenómeno para a compreensão do papel do “urbano” na produção e reprodução da exclusão e das respectivas lógicas, na realidade portuguesa (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto). Trata-se de reflectir sobre os fenómenos de exclusão urbana em Portugal, a partir de esquemas teóricos construídos para compreender as dinâmicas urbanas do Brasil.

As competências empreendedoras da família empresária constituem a temática central do próximo artigo, da autoria de Jorge Rodrigues. Aqui procura-se compreender as dinâmicas entre as competências empreendedoras, de natureza individual, e a recomposição constante da família empresária que, em cada geração, parece apresentar uma tendência para dispersar os respectivos patrimónios. Este fenómeno, de acordo com o autor, tem como principal causa os conflitos familiares não solucionados. Trata-se de um estudo exploratório em torno das competências empreendedoras, bem como de um interessante contributo para a definição da noção de família empresária, ainda insuficientemente trabalhada na literatura académica.

Quatro autores assinam o próximo artigo sobre a importância das mulheres na militância agroecológica em contexto brasileiro. Estélio Gomberg, Marcella Gomez, Ana Cristina Mandarinio e Emerson Lucena analisam a actuação e influência das mulheres nas feiras agroecológicas da cidade de Ilhéus, Estado da Bahia. Os obstáculos e/ou dificuldades relativos ao reconhecimento do trabalho das mulheres ao nível do acesso à terra, produção de alimentos e comercialização directa dos produtos, são algumas das dimensões pesquisadas neste artigo. Partindo dos dados provenientes da observação no terreno e da análise de fotografias e documentos, que registam as actividades presentes nas feiras agroecológicas, foi possível concluir que a presença feminina nestes contextos configura situações de empoderamento das mulheres, visíveis na aceitação da sua presença e reconhecimento do seu trabalho.

O penúltimo artigo, da autoria de Jorge Ávila de Lima e André Melo, explora as estratégias organizacionais tendo em vista a promoção da oferta e regulação de admissão de alunos nas escolas privadas. O artigo, apresenta os resultados de um estudo de caso, de natureza exploratória, em duas escolas privadas com oferta formativa ao nível do 1.º ciclo do Ensino Básico. Os dados analisados são

provenientes de entrevistas exploratórias efectuadas aos directores e docentes de ambas as escolas. O artigo dá conta de um equilíbrio difícil, em termos estratégicos, por parte destas organizações. Por um lado, a forte pressão existente, em termos de captação de alunos, estimula, pelo lado da oferta, a adopção de estratégias pró-activas (ou mesmo agressivas), no mercado da educação. Por outro lado, o excesso de procura leva a que, pelo contrário, se releguem as estratégias de *marketing* para um segundo plano, dando lugar a processos onde as escolas escolhem os alunos e não o contrário. Considerando estes pressupostos e tendo por base as entrevistas realizadas, os autores analisam as estratégias de procura das duas escolas privadas, nomeadamente no que respeita à gestão da imagem no mercado e na forma como constroem os processos de admissão dos alunos que as procuram. Os resultados deste estudo exploratório revelam que as duas escolas, por um lado, procuram diferenciar-se das suas concorrentes a partir da construção e promoção de uma imagem de marca perante os respectivos públicos e que, por outro lado, regulam a procura de que são objecto a partir da mobilização de estratégias selectivas, em termos de definição de perfis preferenciais de alunos a admitir.

Por último, o oitavo artigo, da autoria de João Eduardo Martins, discute as políticas públicas de educação para adultos em Portugal. Num contexto marcado por uma crescente incerteza, o autor reflecte sobre os modos de reconfiguração da acção pública e sobre os actores que nelas intervêm e as colocam em prática. A implementação de um programa de educação básica de adultos, “Iniciativa Novas Oportunidades”, e as formas de apropriação e reinterpretção do mesmo, interessam particularmente ao autor. Neste artigo são mobilizados os resultados de uma investigação de doutoramento que, do ponto de vista metodológico, segue uma abordagem interpretativa e qualitativa. Em termos de resultados, o autor destaca a presença de lógicas múltiplas de acção, muitas vezes em direcções opostas e que atravessam a produção da acção pública, o que é revelador das tensões, contradições e ambivalências que caracterizam as políticas públicas e respectivas práticas, assim como os agentes de educação de adultos.

Helena Serra e Ana Fernandes

VEJEZ Y SOCIEDAD EN MÉXICO: LAS VISIONES CONSTRUIDAS DESDE LAS CIENCIAS SOCIALES

VELHICE E SOCIEDADE NO MÉXICO: AS VISÕES CONSTRUIDAS A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

OLD AGE AND SOCIETY IN MEXICO: THE VISIONS BUILT FROM THE SOCIAL SCIENCES

Fernando Bruno

■ Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Trabajo Social, Cuerpo Académico de Grupos Vulnerables

Jesús Acevedo Alemán

■ Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Trabajo social, Cuerpo Académico de Grupos Vulnerables

Resumen

La investigación social de la vejez en México, ha mostrado significativos avances en los últimos años, con la particularidad de abordarse desde enfoques diversos que se iniciaron en la Geriatria hasta llegar a la Sociología, Antropología y el Trabajo Social. Estos derroteros permitieron la construcción de visiones y teorías sobre la vejez, evaluando los impactos de este fenómeno sobre la sociedad. Este artículo tiene como objetivo analizar la construcción social de la vejez y el envejecimiento en México desde las Ciencias Sociales y brindar un aporte sobre los desafíos futuros ya que, el proceso de envejecimiento es cada vez más notable en el país, así como las deficiencias institucionales y culturales para integrar socialmente a la población de la tercera edad. Entre los hallazgos se destaca que hasta el momento no se ha podido incorporar hacia las políticas sociales, provocado por una visión a corto plazo de los mecanismos para mejorar la situación de las personas mayores de 60 años.

Palabras-clave: envejecimiento en México, edad, desafíos de la vejez, problemáticas de la vejez

Resumo

A investigação social sobre o envelhecimento no México tem mostrado progressos significativos nos últimos anos, com a particularidade de partir de diversas abordagens de Geriatria e alcançar a Sociologia, Antropologia e Serviço Social. Estes caminhos levaram à construção de visões e teorías sobre o envelhecimento e à avaliação do impacto do fenómeno na sociedade. Este artigo visa analisar a construção social da velhice e do envelhecimento no México a partir das Ciências Sociais. Contribui para a identificação de futuros desafios, uma vez que o processo de envelhecimento é cada vez mais perceptível no país, bem como de deficiências institucionais e culturais para integrar socialmente as pessoas da terceira idade. Entre os resultados, salienta-se que, até agora, não tem sido possível incorporar o sentido das políticas sociais, devido a uma visão de curto prazo dos mecanismos criados para melhorar a situação das pessoas idosas.

Palavras-chave: envelhecimento no México, idade, desafios de idade, os problemas da velhice

Abstract

Social research on aging in Mexico, has shown significant progress in recent years, with the particularity of addressed from various approaches that were started in the Geriatrics until reach the Sociology, Anthropology and the Social Work. These paths led to the construction of visions and theories on aging, evaluating the impact of this phenomenon on society.

This article aims to analyze the social construction of old age and aging in Mexico from the Social Sciences and provide a contribution on the future challenges since, the aging process is increasingly noticeable in the country, as well as the institutional weaknesses and cultural to integrate socially to the people of the old age. Among the results it is stressed that so far has not been able to incorporate toward social policies, caused by a short-term vision of the mechanisms for improving the situation of older persons.

Keywords: aging in Mexico, age, challenges of aging, problems of aging

Introducción

Reflexionar acerca de la edad y los roles que le otorga la sociedad a cada una de ellas requiere romper con múltiples preconcepciones, porque tanto la niñez, la juventud y la vejez están cargadas de estereotipos que se construyen socialmente e impiden alcanzar una visión más precisa del tema.

Sin embargo, no todos los grupos presentan el mismo problema, por el contrario, existe una mayor claridad en cuanto al rol que deben desempeñar los niños – son dependientes en todos los sentidos y se necesita socializarlos – y los jóvenes, aunque empíricamente se demuestre que una gran cantidad de éstos no puedan jugar el rol social deseado. Los viejos, traen bajo ese rótulo una complejidad mayor producto de la ambigüedad de su posición en la sociedad, además de sostener una carga negativa sobre su situación, que no sucede necesariamente con otras categorías de edad. Se expresa esto con respecto a los roles, que no significa de ningún modo que sea simple la investigación sobre la niñez o la juventud. Por el contrario, los procesos de investigación para cualquier grupo de edad presentan desafíos intelectuales complejos.

La principal razón de esta visión deriva en una serie de hechos que tienden a dibujar la imagen de la vejez como deterioro, dependencia, en breve como una carga para todos. Esta percepción deriva de la construcción social de la vejez, que desde las Ciencias Sociales y los diferentes abordajes se fueron erigiendo en consonancia con los cambios sociales. Este artículo se construye a partir de la compleja relación entre sociedad y vejez, con los intentos de explicación y las visiones presentes. La riqueza heurística del tema y el debate generado, ha dejado aún espacios por indagar y otros por retomar.

Por otra parte, realizar este tipo de ejercicio desde México tiene implicaciones particulares porque entre los roles, las normas y las costumbres locales, se suma el tiempo que también ha transformado las características y magnitudes de la vejez. En esta dinámica se inscriben respuestas académicas que exponemos a partir del siguiente trabajo analítico que comienza en un primer momento por efectuar un recorrido sobre las principales problemáticas ligadas a la vejez y las investigaciones que le han

dado respuesta. Posteriormente realizaremos una síntesis crítica, resaltando la construcción social de la vejez en México, a partir de algunos de los hallazgos, con el objetivo final de reelaborar una nueva agenda de los desafíos para afrontar nuevas investigaciones.

Para tales propósitos, el escrito siguió una argumentación articulada a partir de las temáticas más sobresalientes sobre las características de los adultos mayores y sumando el proceso de envejecimiento en México, considerando para ello, los autores que más aportes han realizado en cada una de las temáticas, seleccionando las fuentes de datos bibliográficas en base a la calidad de los aportes teóricos. La selección de las temáticas responde a los desafíos que el conocimiento sobre la vejez, necesita afrontarse México.

Finalmente, la metodología de exposición utilizada fue cronológica, en el sentido de exponer en cada una de las temáticas los aportes que históricamente se desarrollaron primero y su evolución. En resumen, se está frente a un trabajo de revisión de investigaciones, para lograr una síntesis crítica del conocimiento existente actual sobre las situaciones que caracterizan a los adultos mayores en México, en diferentes áreas.

Las investigaciones sobre la vejez: la complejidad inicial de la edad social

Al comenzar la investigación sobre el tema de la vejez en México, existen algunos hechos que a priori se enfatizan, como por ejemplo la velocidad del proceso de envejecimiento en México y los desafíos que ello implica en el plano político, social y económico. Además, la mayor esperanza de vida para hombres y mujeres más que un logro positivo, parece transformarse en una franca carga social negativa. De la misma manera, se destaca otro aspecto que es el del “bono demográfico” también como una de las preocupaciones principales en torno a la relación del mercado de trabajo y los adultos mayores. El bono demográfico es una ventana de oportunidad que existe en México en las primeras décadas del presente siglo, en donde por cada persona dependiente habrán dos personas activas. Esta situación se extenderá hasta la primera mitad

del siglo XXI cuando el mismo indicador comenzará a revertirse.

Ahora bien, lo que se ha mencionado se relaciona con un proceso demográfico que es complejo y multicausal, pero de los viejos, como individuos con sus características, significa un abordaje diferente porque se refiere a una categoría social.

Es fundamental por tal motivo diferenciar conceptualmente envejecimiento y vejez, puesto que existe entre ellos una conexión muy estrecha porque son parte constitutiva de la cuestión de la edad. La vejez es considerada una etapa en la vida de los sujetos que conlleva implícito roles sociales específicos, aunque no se trata de una clasificación aceptada de manera unívoca; el envejecimiento en cambio es visto como un proceso que comienza desde el nacimiento del ser humano y tiene que ver con el cumplimiento de los años. Otra definición es aquella que menciona que el envejecimiento es un proceso universal, continuo y progresivo, que lleva finalmente al deterioro y la muerte, esto desde una concepción eminentemente biológica (Serrani, 2012).

Otra complejidad existe también alrededor de la definición de vejez y los sinónimos que se utilizan – edad avanzada, anciano, adulto mayor – provocado por la falta de acuerdo sobre los límites de la edad para ingresar a la categoría de la vejez, dado que para algunos autores el ingreso son los 60 y para otros los 65 años de edad. Pero hay un punto de acuerdo y es que con la vejez, es decir con la acumulación de tiempo en el ser humano, aparecen cambios físicos que son acompañados también por cambios en las relaciones sociales.

Esto significa que la sumatoria de edad trae consigo transformaciones personales, en las condiciones físicas, en la independencia económica y funcional, como también se asiste a la modificación de roles dentro de la familia y en la sociedad, la participación en el mercado laboral, además del uso del tiempo (Aranibar, 2001).

De la misma manera que el envejecimiento adquiere rasgos que son propios a cada país, la vejez también tiene características que le son inherentes a las condiciones sociales y económicas imperantes. Si bien no existe dificultad en calcular la edad cronológica (una persona cumple años una vez cada 365 días), “ser viejo” o “adulto mayor”, es más complejo el pasaje de la definición a la operacionalización porque se define y redefine en el tiempo variando de una cultura a otra. A raíz de esta complejidad, se han desarrollado numerosas investigaciones sobre la condición de los viejos.

Por ello el envejecimiento se ha convertido en una cuestión de interés para la política pública de orden mundial, debido a las proporciones por país de personas de 60 años o más, que siguen aumentando de manera absoluta y porcentual en detrimento de las edades adultas y jóvenes. Por ejemplo, indica

la OMS (2015) que en 2012 las proyecciones para 2050, solo Japón tiene una proporción superior al 30% de adultos mayores. Sin embargo, en la segunda mitad del siglo, muchos países tendrán una proporción similar, se trata de países de Europa y América del Norte, pero también de Chile, China, la Federación de Rusia, la República de Corea, la República Islámica de Irán, Tailandia y Vietnam.

Las problemáticas de la vejez y sus respuestas en México

Particularmente en México, el envejecimiento y la atención a sus necesidades es un fenómeno que encierra una compleja problemática, que según Acevedo, Bruno, Trujillo y López (2015), el país, como sus políticas sociales están estructurados para responder a las demandas de una población joven. El envejecimiento de la población implicará modificar el gasto social, reduciendo por ejemplo la construcción de escuelas y el número de maestros, aumentando los servicios destinados a personas mayores; reduciendo los espacios pediátricos en los hospitales, aumentando de tal manera los geriátricos; requiriéndose por consecuencia profesionales del cuidado y atención a las necesidades de dicho sector, dando así pasos hacia un envejecimiento saludable (OMS, 2015).

Destacando los propios autores que la situación que guardan los adultos mayores en México es heterogénea, en donde no se puede afirmar que todos envejecen bajo las mismas condiciones o que gozan de los mismos privilegios, de igual manera tampoco se puede negar que la población del país está avanzando en edad, y que en conjunto con la sociedad necesitan adaptarse a esta nueva situación, y hacer los cambios necesarios para atender las necesidades y demandas de esta población en crecimiento (Acevedo *et al.*, 2015).

Ahora bien, en el país, durante las últimas cuatro décadas experimentó un acelerado cambio en los ámbitos demográfico y epidemiológico, lo que consolidó su paso a una etapa avanzada de la transición demográfica (Sánchez, 2008). Tales tendencias, seguidas por los factores del cambio demográfico, determinaron no sólo el crecimiento de la población, sino también marcaron cambios en su composición por edades. Por ejemplo, en 1950, había un millón 400 mil adultos mayores; en el año 2000, la población de 65 años o más representaba 4.6% (4.6 millones de personas) de la población total; en 2005, 8.3 millones de personas tenían 60 años de edad y más de los cuales el 46.69 % representaron hombres y el 53.31% mujeres.

En tal sentido, para el año 2010, 10 millones de mexicanos se situaron en más de 60 años, con un marcado aumento de las tasas de fecundidad y la proporción de jóvenes irá disminuyendo paula-

tinamente mientras que la población mayor de 60 años aumentó su volumen hasta representar 11.7% de la población total (Gutiérrez, Serralde y Guevara, 2007; Parra y Quintero, 2007).

Por su parte la (Zúñiga y Vega, 2004) estiman que para el año 2050, de acuerdo con la proyección poblacional, uno de cada cuatro mexicanos será mayor de 60 años de edad, calculando que actualmente 7% del total de la población es mayor de 60 años. Datos que problematizan el envejecimiento por el cual está atravesando México, cuyas implicaciones no sólo repercutirán en este grupo de edad, sino también para las familias, los cuidadores, las instituciones y la sociedad en su conjunto.

Esbozando una problemática de interés

Ahora bien, además de los intereses relacionados con la demografía y el proceso de envejecimiento en México, hubieron investigaciones que se enfocaron a temáticas que tienen más que ver con las características de los viejos y las dinámicas sociales y económicas que ellos impulsan (Ham, 2003; INEGI, 1990; Montes de Oca, 1999; 2010; OMS, 2015; Partida, 2005; Reyes, 2006; Tuirán, 1999; Zúñiga y Vega, 2004).

Pero antes de destacar las temáticas sobre los adultos mayores, conviene dejar en claro un punto importante. Si el envejecimiento de la población, como ya se vio, afecta a todas las sociedades y por eso se trata de un proceso homogéneo, los adultos mayores como sujetos de estudio, como categoría son portadores de una gran heterogeneidad, cuestión que ha fundamentado justamente la presencia de una gran cantidad de investigaciones sobre el tema.

La heterogeneidad de los viejos es la consecuencia del lugar que ocupa en la sociedad el sujeto, dado que se caracteriza a variar a lo largo del tiempo en consonancia a la estructura de oportunidades – movilidad social – que son diferenciales para hombres y mujeres, para pobres y ricos o que se trate de indígenas, blancos o mestizos (Montes de Oca, 2010).

Cuando nos referirnos a la vejez de manera general, es decir como una etapa dentro de un continuo temporal del ciclo de vida de una persona, nos percatamos que no todos los individuos envejecen de la misma manera. Dentro de esta población se encuentra toda una gama de paisajes diferentes, cristalizando las particularidades de cada trayectoria de vida.

Como se mencionó en el inicio de este trabajo, las investigaciones sobre la vejez y el envejecimiento no datan de hace muchos años en México, uno de los primeros trabajos fue *La tercera edad en México, 1993*. IX Censo General de Población y Vivienda (INEGI, 1990). Por el contrario, es a partir de la década de 1990, que comienzan a aparecer la mayoría de los aportes. Es sobre esta situación,

además del propio interés de este trabajo, que es posible agrupar lo que en la actualidad se sabe sobre los adultos mayores en México, alrededor de algunas temáticas principales.

En primer lugar, se pueden situar los fundamentos que han construido la vejez como fenómeno de estudio en las Ciencias Sociales.

Actualmente no quedan dudas que no hay un solo enfoque o disciplina que investigue la vejez. El proceso de envejecimiento y el interés que han despertado las personas de la tercera edad confluieron hacia la aparición de una vasta bibliografía. Sin embargo, la Gerontología y las Ciencias Médicas fueron inicialmente las primeras en abordar el tema de la vejez, aunque la impronta estaba caracterizada por una el rótulo de problema y patología, más que como un fenómeno social en construcción.

La preocupación inicial es el aislamiento social de las personas mayores y su baja autoestima. En esta tónica las nociones utilizadas rotulan a la vejez como una locura, o degradación, muy en sintonía con los primeros avances de la geriatría.

La Gerontología es principalmente la disciplina que se ocupa del estudio o conocimiento de los más viejos, pero como señala Osorio (2006), muchos estudios sociales y gerontológicos responden a una demanda de qué hacer con el envejecimiento – dimensión empírica y aplicada –, dejando de lado todo aspecto teórico que no ha sido desarrollado hasta nuestros días (Osorio, 2006).

De esta manera la Gerontología, como menciona Johnson (2001), ha estado dominada por el aspecto empírico y patológico del envejecimiento, más preocupada por la cantidad de datos, que no han sido acompañada de un cuerpo teórico. Podríamos decir que la Gerontología se acerca más a la Medicina que a la Sociología en la manera de tratar inicialmente el tema.

Justamente las críticas iniciales a la Gerontología giraban en torno a la falta de explicaciones teóricas para abordar la diversidad de experiencias de las personas de edad en la sociedad. Es decir, existía una concentración en el problema funcional de la población envejecida, como puede ser la preocupación por la falta de autonomía.

Esta crítica esboza a partir de la historia de los inicios del tema de la vejez en los años 70, donde la Biología, la Medicina y la Psicología habían hecho los principales aportes. Producto de una reconceptualización, en la actualidad la Gerontología no estudia solamente la edad, sino el envejecimiento y el proceso de envejecer. Para los autores es el estudio de la vejez, teniendo en cuenta fenómenos biológicos, psicológicos y sociales lo que caracteriza actualmente la Gerontología (Scolich, 2005).

En síntesis, hay que mencionar que la gerontología tradicional de asendencia positivista y biomédica fue, con el avance de la teoría social

contemporánea, reemplazado por la gerontología social crítica, reclamando con éxito el exámen crítico de las construcciones conceptuales con un fuerte contenido feminista (Yuni y Urbano, 2008).

Además, se han elaborado otras teorías que han ido ocupado el vacío explicativo en torno a la vejez. Acompañando al despliegue teórico originado a partir de los trabajos de Talcott Parsons, principalmente en la década de los sesenta, se encuentra la teoría de la desvinculación creada por Cummings y Henry en los sesenta, "que centró su interés en las personas de edad en cuanto individuos que ya no participaban en el mercado laboral y por lo tanto, ya no formaban parte de una esfera esencial de la sociedad" (Osorio, 2006: 7). Cuarenta años más tarde, encontramos posturas y enfoques hacia la vejez "activa" o "exitosa", que en muchos casos se centran en una actitud hacia la vida, más que en una teoría.

Para Johnson (2001), como especialista en salud y política social, el razonamiento de los investigadores interesados en el envejecimiento debería girar en torno a tres ejes principales. En primer lugar, sobre la población considerada mayor por su longevidad y esperanza de vida. Desde hace algunas décadas una gran cantidad de estudios gerontológicos han insistido sobre las dificultades funcionales de los viejos tomando como ejemplo la salud y la incapacidad de desarrollar su autonomía (Johnson, 2001).

El segundo eje presenta el tema del envejecimiento desde el punto de vista evolutivo y el énfasis es puesto en cómo una especie se desarrolla y envejece, sin olvidar las cuestiones biológicas, psicológicas y sociales que se interrelacionan. Para el autor, la mayoría de las investigaciones sobre este tema se realizan de forma transversal, y el enfoque longitudinal es necesario para analizar el envejecimiento en términos de proceso.

El tercer y último eje, consiste en una aproximación hacia la vejez como un aspecto de la estructura y de comportamiento de las especies. Particularmente este eje ha capturado la atención de sociólogos, además de otros científicos, dado que se examina las poblaciones humanas, así como las organizaciones sociales que se crean y modifican como respuesta a esquemas de socialización, de acceso a la edad adulta y la jubilación. En este punto, las explicaciones necesarias son aquellas que relacionan la edad con las instituciones y la sociedad, como por ejemplo el mercado de trabajo, la salud y el sistema de pensiones (Johnson, 2001).

Existen algunos puntos de encuentro entre el anterior autor y el sociólogo español Sánchez (2000), para quien en los estudios socioeconómicos sobre los adultos mayores se abordan las siguientes temáticas con sus críticas:

1. La dominación de una perspectiva ideológica (sin negar que hayan varias en juego).

2. La hegemonía de lo "económico" sobre lo "sociológico", y de lo "social" sobre lo "sociológico".
3. La preeminencia de lo macro sobre lo micro.
4. La diversidad y dispersión de los objetos de estudio.
5. La falta de definición y de clarificación conceptual sobre los efectos benefactores de las conductas y los comportamientos del mayor sobre la economía.
6. La servidumbre de otros estudios que incluyen "lo económico" directa o tangencialmente como una variable discreta, y que están referidos al comportamiento de diferentes grupos etarios, en donde suele incluirse al grupo de mayores de 65 años.
7. La falta de articulación y posiblemente de permeabilidad en este campo, de la Sociología de la Vejez con otras Sociologías: Sociología de la Salud, de la Familia, de la Población, Industrial y del Trabajo, del Género, de la Vida Cotidiana, del Consumo, del Ocio.
8. La dependencia de "lo social", de "lo económico"; y la dominancia de la perspectiva del bienestar social y de la política social (estudios sobre pobreza) sobre los estudios básicos sobre comportamiento y valores económicos del mayor (Sánchez, 2000: 41).

Aunque el autor escribe desde otro contexto mundial, los puntos no parecen estar alejados de las necesidades que desde México se imponen en la agenda de investigación sobre la vejez y el envejecimiento de la población. La dependencia de lo económico, como se señala, cristaliza la preocupación de la opinión pública sobre la vejez vista exclusivamente como un problema, que va más allá de la construcción de una problemática social compleja y dinámica.

En otra área temática, los conceptos de pobreza y vulnerabilidad en la vejez, han estado presentes desde el inicio en las investigaciones. Este tema cobra una relevancia mayor en México, un país que actualmente no ha podido resolver los desafíos impuestos por una sociedad cada vez más desigual y con un alto grado de rezago social. Sobre este aspecto, para mencionarlo de manera breve, se ha mostrado que el envejecimiento de la población en México se lleva a cabo en un contexto caracterizado por un alto índice de pobreza, una amplia desigualdad social y económica producto de una redistribución regresiva del ingreso, y en el plano del mercado de trabajo, con una clara deficiencia en la creación de empleos de calidad y regulados (Zúñiga y Vega, 2004).

Es por ello que las características de la sociedad mexicana son poco favorables para el panorama del envejecimiento demográfico ya que existe una

correlación entre ancianidad y empobrecimiento, como resultado de la falta de ahorro o acumulación de bienes durante la trayectoria de vida de una persona (Ribeiro y Mancinas, 2009). En esta misma dinámica, Zúñiga y Gomes (2002), señalan que la menor incidencia de la pobreza en México se encuentra a partir de los 45 años de edad, pero, a partir de los 65 años, momento del cese institucional de actividades laborales, comienza a ascender el impacto de la pobreza hasta alcanzar un 31.1% en el grupo de 75 años y más de edad.

Para Woolf (1989, citado por Huenchuan y Guzmán, 2003), la pobreza en los adultos mayores está relacionada con la vulnerabilidad en el ciclo de vida, de esta manera la edad, pasa a conformar una condición de fragilidad que permite el descenso brusco de una situación de subsistencia, hacia la pobreza con mayor facilidad que en otras etapas de la vida. Si la vejez se asocia con pobreza es porque está presente el proceso de retiro de la actividad laboral y la muerte de la pareja en muchos casos, que reducen sensiblemente los recursos económicos y aumenta así las probabilidades de caer en la falta de recursos (Huenchuan y Guzmán, 2003).

Asimismo el CONAPO (2003) construye índices de desarrollo social para seis etapas de la vida, y para ello tiene en cuenta dimensiones como la salud, educación entre otras. Los resultados de este trabajo muestran que los mayores de 60 años de edad en México exhiben las condiciones de desarrollo social más precarias. Una de las dimensiones construidas para esta etapa fue la capacidad de gozar un nivel de vida adecuado y los resultados más desalentadores nuevamente se encuentran en edades avanzadas (CONAPO, 2003).

La situación es que se asocia el riesgo del empobrecimiento a la reducción de oportunidades laborales para las edades avanzadas, además de la "pérdida paulatina de sus capacidades físicas y de salud, como también la a insuficiente cobertura de los sistemas de seguridad social y la dependencia de las transferencias familiares" (Montes, 2009: 23).

En este escenario, es normal encontrar miradas pesimistas con respecto al envejecimiento de la población en México; aun así es fundamental recalcar que "la calidad de vida de las futuras generaciones de adultos mayores dependerá en buena medida de la capacidad de la sociedad para construir y consolidar las instituciones encargadas de procurar su protección y bienestar" (CONAPO, 2003: 16). Pero, lo cierto es que el colectivo de ancianos es heterogéneo – no todos son pobres o sufren un proceso de empobrecimiento – y su situación tiene más que ver con las características sociales y las oportunidades acumuladas a lo largo de la vida y el contexto sociohistórico en el que se desenvuelven.

A partir del panorama anterior aparece otra área de investigación y sobre todo una línea de acción

con respecto a la situación de los adultos mayores; se trata de las políticas sociales.

El origen de la Política Social hacia los adultos mayores se encuentra en el "plan de Viena". En efecto, en 1982 se llevó a cabo en la capital europea la primera asamblea mundial sobre envejecimiento y a partir de allí surge el plan mencionado que, de manera resumida, contiene indicaciones y recomendaciones que forman una política universal para enfrentar los problemas ligados a la vejez y el envejecimiento (Viveros, 2001). A partir de estas tesis, los gobiernos no han cesado en incorporar en sus agendas el tema del envejecimiento y cómo enfrentar los desafíos sociales que resultan de este fenómeno. Las respuestas ensayadas han sido variadas de acuerdo al país y los contextos políticos que se viven.

México no es ajeno a esta dinámica y el 25 de julio de 2002, bajo la presidencia de Vicente Fox, se promulga la ley de los derechos de las personas adultas mayores para lo cual se crea el Instituto Nacional de las Personas Adultas Mayores (INAPAM), que es una de las instituciones rectoras en la atención de los adultos mayores. La población objetivo son los residentes en cualquier parte del territorio nacional que tengan 60 años o más, mismas que se denominan Personas Adultas Mayores.

A partir de este esquema se puede interpretar que los impulsos internacionales sobre el problema de la vejez, se tradujeron en México por un conjunto de iniciativas que traducen el valor moral y normativo de intentar revertir el rezago sufrido por este grupo etario. El hecho social que va a impulsar las políticas hacia los viejos es la constatación de un envejecimiento que se dará a gran velocidad y los rezagos que hasta hoy en día, presenta este grupo poblacional.

Una de las políticas que ha recibido atención de parte de los investigadores es el programa "70 y más" implementado a partir de mayo de 2004. El programa tiene como objetivo principal contribuir a abatir el rezago que enfrentan los adultos mayores de 70 años en adelante, mediante políticas orientadas a fomentar su protección social con acciones de promoción, participación social y el otorgamiento de un apoyo económico (SEDESOL, 2010).

La concepción sobre la vejez que predomina las políticas es la que la percibe como carencias económicas, físicas y sociales. Las primeras se expresan en falta de ingresos, las segundas en falta de autonomía, las terceras en falta de roles sociales. Por lo tanto, la intervención se define a partir de lo que las personas mayores no poseen en comparación con otros grupos sociales. Los instrumentos de política son así paliativos para superar esas pérdidas o carencias (Huenchuan, 2011).

A raíz de ello, algunos autores (Bueno y Dávila, 2010; Rodríguez, 1999), pugnan por el diseño de

políticas hacia los adultos mayores que sean integrales, lo que significa articular los diferentes dispositivos de atención. Esta postura equivale a sostener una mirada diferenciada entre políticas generales y políticas específicas para los integrantes de este grupo de edad. Cada grupo de edad y rango, tiene sus propias necesidades y urgencias, que hay que reconocer para construir políticas adecuadas (Rodríguez, 1999). Por ejemplo, a partir de la vejez las cuestiones ligadas a la salud cobren mayor importancia, así como a partir de los 65 años de edad la seguridad económica es un tema determinante para el bienestar de los viejos.

Recapitulando, el mismo autor señala que lo dicho anteriormente "refuerza la idea de que una política social sobre el envejecimiento y la vejez no puede fincarse sobre una sumatoria de programas existentes y debe, más bien, basarse en una reflexión respecto a las necesidades presentes y sobre todo las futuras de este grupo" (Rodríguez, 1999: 65).

Dentro de este debate, existe un área que ha recibido menor atención, pero que ya ha sido planteada y es el tema de las políticas laborales hacia los adultos mayores. Dadas las proyecciones sobre la estructura de edades de la población, uno de los principales desafíos se encuentra en "diseñar políticas de empleo y acceso al mercado laboral, que permitan la mantención o recuperación de empleos, distinguiendo la vocación y deseos de seguir activos junto a la de imposición de continuar trabajando por necesidades económicas" (Viveros, 2001: 21).

Retomando la necesaria integración de las políticas sociales hacia los adultos mayores, este escrito es también una oportunidad para contribuir al debate sobre este tema. La postura que se puede adoptar es iniciar el recorrido hacia una reflexión sobre los adultos mayores, desde las políticas de empleo y no solamente desde los grupos vulnerables. También se plantea la necesidad de una mirada a largo plazo que incluya un enfoque relativo al mercado de trabajo desde las trayectorias laborales (Pacheco, 2009).

Otra temática que ha recibido un fuerte interés es el tema del envejecimiento y vejez desde el enfoque del género, en donde uno de los trabajos más sólidos desde la Sociología es el de Arber y Ginn (1996). Además de éstas autoras, otras investigaciones pusieron en evidencia la estructura de oportunidades que tiene la población según el sexo en esferas sociales tales como la educación, el trabajo, la salud y la seguridad social a lo largo de toda la vida (Montes de Oca, 2010). La conexión entonces entre género y envejecimiento devela la distribución desigual de poder, privilegio y acceso al bienestar que tienen hombres y mujeres. Es así como en la vejez el género explica la acumulación de desventajas y funciona como una categoría estratificadora que traduce la posición económica para ambos sexos (CEPAL-CELADE, 2003).

Las críticas que se han hecho en este rubro iniciaron con romper la idea política del envejecimiento (hay que buscar soluciones prácticas) y el rostro femenino de la vejez, es decir, superar el problema social y dar espacio a la construcción de enfoques teóricos sobre género, envejecimiento y edad.

Relacionado con el género, en las últimas décadas, para conocer el bienestar de los mayores, se ha hecho énfasis en las formas de apoyo social, entre las que se destacan los apoyos familiares (Montes de Oca, 1999). Los apoyos familiares pueden ser considerados como tipos de ayuda que dan los miembros de una familia, independientemente que vivan o no con el anciano. En este tema se puede destacar que en la vejez los apoyos familiares toman una dimensión más importante que en otras edades, ya que a medida que avanza la edad, el ingreso por trabajo se reduce ante el cese de actividades generadoras de recursos económicos. En ese sentido, las transferencias monetarias son el indicador más adecuado para comprender el funcionamiento de los apoyos familiares y las redes sociales, que proporcionan recursos para satisfacer las necesidades de las personas envejecidas.

Un referente empírico de esta situación lo conforma un estudio comparativo basado en la encuesta sobre salud, bienestar y envejecimiento (SABE, 2001) de la Organización Panamericana de la Salud (OPS) realizado para siete ciudades en América Latina y el Caribe revela por ejemplo que en Buenos Aires el 59% de las personas mayores entrevistadas recibía ayuda en dinero; en São Paulo, este porcentaje alcanzaba al 61%; en Bridgetown y Montevideo al 65%, y en Santiago, La Habana y México, D.F., superaba el 70% (Saad, 2003).

En este mismo tema pero en el plano local, una investigación demostró que una proporción significativa (alrededor del 30%) de los hogares encabezados por personas mayores de 65 años, depende total o parcialmente de las transferencias informales de ingreso (Tuirán y Wong, 1993). Otro estudio que utilizó fuentes datos del año 2000 concluyó que una de las fuentes de ingreso más comunes de las personas mayores en el país era la ayuda familiar (33,7%); los que dependían exclusivamente de la ayuda familiar alcanzaban casi al 10% de ellos (Wong y Espinoza, 2003).

Sin embargo, se ha advertido que no se pueden tomar los apoyos familiares como exclusivamente monetarios, ya que existen aquellos ligados al cuidado y acompañamiento. En este sentido, los cuidados hacia los adultos mayores forman parte de las transferencias entendidas como flujos de intercambio y circulación de recursos, acciones e información como lo sostienen Guzmán, Huenchuan y Montes de Oca (2003: 49). Esta dimensión de los apoyos sociales o familiares, cobra una relevancia mayor en países con deficientes sistemas de

protección social, en donde los sistemas de apoyo informal (cuidados) ocupan un lugar preponderante en la calidad vida de los viejos.

Este tema es uno de los que necesitaba mayor evidencia empírica sobre los viejos y el entorno social de los mismos, sin embargo Robles, ha insistido mucho sobre el tema. Los cuidados aparecen como respuesta a la dependencia en la vejez que se define como "la condición social de un sujeto incapaz de satisfacer sus necesidades por sí mismo" (Robles, 2006: 145). Para la misma autora esta situación se explica de manera longitudinal, en cuanto: "Envejecer es un proceso de declive funcional, cognitivo, social, económico y político, el cual culmina con la muerte. La enfermedad crónica, por su parte, añade más dependencia a la vejez porque produce incapacidades de tipo biológico y funcionales progresivas e irreversibles, y finaliza también con la muerte" (Robles, 2006: 145).

Los cuidados sólo existen si hay dependientes, por lo tanto ambas situaciones aparecen juntas, con un nuevo actor social: el cuidador (Robles, 2006). Es de suma importancia mencionar que los cuidados se han centrado en el trabajo femenino más que en la familia u otros miembros de la comunidad. Más allá de los que se cree sobre la responsabilidad de la familia hacia los ancianos "casi siempre es una mujer quien asume dicha responsabilidad. La feminización del cuidado ha convertido una responsabilidad familiar y comunitaria en un asunto privado por que algunas mujeres de la familia se convierten en cuidadoras permanentes" (Robles, 2002 citado por Guzmán, Huenchuan y Montes de Oca, 2003: 55).

En definitiva, las investigaciones centradas en la familia y las redes sociales permiten dar cuenta de la importancia de los apoyos que de ellas se desprenden, como medio de compensación social ante la falta de mecanismos institucionales para satisfacer sus necesidades (Montes de Oca, 2001). Sin embargo, hay que tener en cuenta que aunque las familias funcionan de manera solidaria ayudando a sus viejos, esta situación se verá trastocada dada la sensible baja en las tasas de fecundidad. Aun así, no podemos prever el comportamiento de los núcleos familiares cada vez menos numerosas en el futuro, pero sí sabemos que se contará con menos miembros familiares disponibles para aportar recursos económicos y cuidados hacia los viejos. Finalmente, como menciona Montes de Oca (2001), en la literatura sobre los apoyos a los viejos existe mucha confusión e idealización romántica sobre el rol de la familia.

Otro rubro es la escolaridad, que es siempre un indicador relevante para medir el progreso y es también una la causa y consecuencia del desarrollo de un país, puesto que permite explicar cualquier otro fenómeno social o económico (Ham, 2003). Para el caso de México, las oportunidades de educación son diferentes en el tiempo y en el espacio situa-

ción que se refleja en los rezagos actuales. Como consecuencia del avance en la cobertura educativa, son los jóvenes que cuentan hoy en día con mayores credenciales escolares; al interior de ellos muestran mejores indicadores los que se encuentran en las zonas urbanas en comparación con las rurales. Asimismo, el acceso a la educación ha sido más favorable para los hombres que las mujeres.

Se sabe que una buena parte de la población adulta mayor en México se encuentra en generaciones con en el llamado rezago educativo, dado que no ha completado la educación básica. Esta realidad limita las posibilidades de los ancianos en la sociedad y en la obtención de mejores condiciones de vida (INEGI, 2005). Por consiguiente, quienes enfrentan la vejez con un nivel educativo adecuado, tienen más herramientas para responder de manera activa y adaptarse mejor en la etapa de la vida adulta mayor.

México ha logrado importantes avances en cuanto a la educación con una franca ampliación de su cobertura, situación provocó una reducción de la tasa de analfabetismo que pasó del 25.8 % en 1970, al 9.5% en el año 2000 para el grupo de población de 15 años y más (INEGI, 1998 citado en INEGI, 2005).

A pesar de ello, los cambios en la educación no fueron homogéneos. En efecto, el 30% de los adultos mayores no sabe ni leer ni escribir un recado, situación que afecta en un 50% más a las mujeres que a los hombres.

La tasa de alfabetismo permite comprender de manera más clara esta situación. El 35% de las mujeres mayores de 60 años es analfabeta, contra 24% por su parte a los hombres (Zúñiga y Vega, 2004). Este fenómeno no es extraño, dado que alrededor del 70% de los adultos mayores no ha finalizado el nivel primario. El resto del grupo se compone de proporciones muy bajas, en cuanto el 17% ha logrado terminar la primaria, un 1.1% corresponde a la secundaria completa, el 5.3% ha logrado terminar la secundaria, y finalmente, 6.6% ha accedido a la educación media o superior (Zúñiga y Vega, 2004).

Dentro del mundo de los viejos, aparece una variable explicativa de su situación actual y que ha suscitado un gran interés; es el tema de la salud. Las investigaciones observadas señalan que la vejez se caracteriza por el aumento de los "riesgos de pérdidas en las capacidades físicas y mentales, disminución de la autonomía y la adaptabilidad, menoscabo de roles familiares y sociales, retiro del trabajo, pérdida de capacidad económica, cese de otras actividades y deterioros en la salud de consecuencias incurables y progresivas" (Ham, 1998: 32).

En este contexto resalta el hecho de que el envejecimiento de la población trae consigo una mayor demanda de servicios de salud, pero también demandas hacia la familia y la sociedad en gene-

ral. El tema que más preocupa sin embargo es el desplazamiento de las causas en la morbilidad y la muerte de las enfermedades transmisibles hacia las crónicas, degenerativas e incapacitantes, que afectan principalmente en las edades más avanzadas (Frenk *et al.*, 1990 citado por Ham, 1998).

Si bien este panorama es preocupante, dado que implica un fuerte aumento de los gastos en salud por parte de los gobiernos, aún más acuciante es la situación de los individuos que no cuentan con una correcta cobertura en salud. En este sentido, llegar a la vejez sin haber podido tener una cobertura médica básica, implica mayores riesgos o propensión a enfermedades no prevenidas, además de una obligación de conseguir recursos económicos para solventar los gastos en salud. En resumen, "Las enfermedades y las afecciones crónicas, así como el hecho de vivir solas, son factores de riesgo adicionales para las personas de edad" (ONU, 2010: 8).

En México este tema se relaciona con el término derechohabencia, entendido como "las personas que están afiliadas a instituciones de seguridad social o tiene acceso a los servicios de salud" (INEGI, 2010: 4). Según el conteo de Población y Vivienda 2005, el 55.6% de los mayores de 60 años tienen una cobertura de salud (INEGI, 2010). Las evidencias son claras cuando mencionan que casi el 50% de la población envejecida no cuenta con cobertura en salud y aún mayor teniendo en cuenta el deterioro natural del cuerpo con el incremento de la edad.

En un nivel más práctico, cabe señalar que la falta de cobertura en salud puede ser el causante de estrategias económicas, sean éstas individuales o colectivas, para costear esa necesidad de atención. Para ello será necesario continuar con las investigaciones desde una mirada a lo largo de la vida y en especial en la vejez, el comportamiento de los adultos mayores en relación al mercado de trabajo, teniendo en cuenta también la salud como otros factores.

Una de las temáticas que ha desatado profundos debates académicos de todas las disciplinas y resultado en una reforma institucional, es el de los sistemas de pensiones, íntimamente relacionado con los conceptos anteriores. En las últimas décadas, este han atravesado problemas financieros, producto principalmente del aumento porcentual de los adultos mayores y como contrapartida se impusieron reformas. Frente a ello los gobiernos han optado en general por dos estrategias: una que toma el lugar de privatizar el sistema; en segundo lugar mantener un sistema con opción a público o privado, además de imprimir una extensión del tiempo de cotización.

Aun así los resultados no han sido los mejores. En el telón de fondo de los debates y las reformas de los sistemas de pensiones deja entrever una mirada exclusivamente financiera a pesar de que los

sistemas de pensiones se relacionan con aspectos demográficos, sociales y políticos.

El caso mexicano es analizado por Ham, Ramírez y Valencia (2008), quienes sostienen que la baja cobertura y monto, la desactualización, dispersión y la desigualdad son los principales conceptos que caracterizan los problemas que enfrenta el sistema de retiro en el país.

En cuanto a la cobertura, más del 60% de la población económicamente activa no cuenta con pensión y los mayores de 65 años que han obtenido el servicio es inferior al 20% (Ham, Ramírez y Valencia, 2008). Existen muchos aspectos que deben mencionarse acerca de las pensiones en México, sobre todo porque es un tema inseparable de la calidad de vida de los mayores.

Ahora bien, no se puede dejar de mencionar un tema que ha sido objeto de un gran debate en los últimos años como lo es el tema de los derechos en la vejez. Es justamente a raíz de constatar las condiciones de vulnerabilidad en las que vive una gran parte de la población de la tercera edad, sus situaciones de pobreza, la falta de acceso a la salud, que ha impulsado a develar una situación alejada de los derechos de vivir una vida digna.

Revisar el derecho y las diferentes instancias de éste sobre los adultos mayores en el contexto mexicano, es de suma importancia. Principalmente interesa saber el marco legal a partir del cual el Estado controla, gestiona y resuelve la situación de un grupo de edad, en este caso la vejez, que según numerosas investigaciones (Huenchuan y Guzmán, 2003), se caracteriza por un alto porcentaje de vulnerables (aunque no todos comparten la misma situación).

Precisamente, ante la preocupación de la calidad de vida de los ancianos, se han formulado en el plano internacional y nacional numerosas leyes para acompañar el envejecimiento. El ejemplo más claro está en la Ley de los derechos de las personas adultas mayores publicada en el Diario Oficial de la Federación el 25 de junio de 2002.

Los diferentes artículos que la componen, hacen referencia a las garantías en vistas del derecho, que son inalienables para los adultos mayores. Por ejemplo, en el área laboral la ley menciona como derecho: "A gozar de igualdad de oportunidades en el acceso al trabajo o de otras opciones que les permitan un ingreso propio y desempeñarse en forma productiva tanto tiempo como lo deseen, así como a recibir protección de las disposiciones de la Ley Federal del Trabajo y de otros ordenamientos de carácter laboral" (Ley de los derechos de las personas adultas mayores, 2002).

Ahora bien, no hay norma jurídica que pueda separarse de un valor, ni de la costumbre o la moral que da origen al derecho. Parece que en México, más allá de la ley, la costumbre y la cultura, son las

guías de comportamiento más importantes y que se reparten con la ley, el monopolio legítimo del control social. Es la misma ley por tanto, que da sentido a la vulnerabilidad de las personas de la tercera edad, quiénes presentan en su mayoría problemas en el acceso al bienestar y la protección social.

En 2006, la Cepal impulsa una agenda para lograr el consenso en América Latina y el Caribe sobre la protección, en donde los adultos mayores fueron una parte importante de dicho consenso (Huenchuan, 2009). Siguiendo con el mismo texto, la autora pregona por una responsabilidad departe de los Estados para "promover el pleno goce de los derechos de las personas mayores, creando las condiciones jurídicas, políticas, económicas, sociales y culturales que permitan el desarrollo íntegro de la persona humana" (Huenchuan, 2009: 33).

Este reclamo es coherente con el vacío que se detecta entre la cobertura legal y la cobertura real de los derechos económicos, sociales y culturales para los adultos mayores y en general para el conjunto de la sociedad (Huenchuan y Morlachetti, 2007).

Otro punto relevante con respecto a los derechos en la vejez, es que detrás de este tema se encuentra el desafío de una sociedad más justa, inclusiva y solidaria, no solamente para los viejos, sino para todas las edades.

Por último, encontramos las actividades laborales en la vejez, tema que ha sido investigado y que en el caso de México, en comparación con otros países, llama la atención que en las edades avanzadas siguen participando económicamente.

No obstante, la actividad laboral de los adultos mayores es un fenómeno que se manifiesta en todo el mundo, pero con dinámicas e intensidades diferentes según la región o el país que se estudie; lo que sí es claro es que se esta frente a un fenómeno que abarca a una amplia proporción de éstos sujetos. Por ejemplo, en 2008 a nivel global, los mayores de 65 años de edad económicamente activos representaron el 30% de los hombres y 12% de las mujeres (ONU, 2010).

En el caso de México, un trabajo realizado en base al XI Censo de Población y Vivienda de 1990, el INEGI (1990) muestra que en el transcurso de 1970 al año 1990 la tasa de participación de los adultos mayores se redujo en un 12.8%, dado que este indicador pasó de 41.4% a 28.6% para ambos sexos (INEGI, 1990). A pesar de ello, no se puede hablar de una tendencia clara hacia la reducción, porque desde 1990 hasta nuestros días, se constata contrariamente un aumento del mismo indicador.

Teniendo en cuenta los datos que arroja el XII Censo del 2000, éstos relevan que el 55.1% del grupo de edades de 65 a 69 años aún permanece activo, 45% para el grupo de 70-74 y finalmente la proporción de mayores de 75 años y más que trabaja alcanza al 28.7% (Ham, 2003).

Sin embargo, es lógico que a medida que avanza la edad la posibilidad de trabajar es menor; si bien puede atribuirse esta idea al natural deterioro físico y mental del cuerpo, habría que agregar otras variables como el género y los apoyos familiares que son también influyentes. Lo cierto es que conforme avanza la edad hay una mayor dificultad para permanecer en el mercado de trabajo, hasta llegar a la ausencia total de actividad. No obstante, a los 80 años, uno de diez varones mexicanos sigue trabajando (Zúñiga y Vega, 2004).

Esta es una evidencia irrefutable de que en México no existe para la mayoría de la población, un límite de edad, en los hechos, para trabajar. Basta con observar la vida cotidiana del país para corroborar lo dicho. Los supermercados mexicanos son un buen ejemplo de la ausencia de límite de edad para trabajar, dado que los conocidos "paqueteros", son mayores de 65 años de edad y otros menores de 12 años. Esto es congruente con un mercado de trabajo que es sumamente heterogéneo, en el sentido que las formas laborales son diversas (y se han diversificado aún más en las últimas décadas).

En realidad no se puede decir que el trabajo en la vejez sea por sí mismo un problema social, después de todo esto ha siempre sucedido. Sin embargo, la relación entre la economía y el envejecimiento, el mercado y la vejez y aún más importante, la edad y el trabajo son hechos sociales que son necesarios poner en relación para comprender un aspecto fundamental de la vida de los viejos en México.

Esta situación adquiere rasgos propios al paisaje económico mexicano, que ha sido el objeto de hondas transformaciones económicas (desregulación laboral, privatizaciones, ajustes económicos) que han repercutido en el mercado laboral y en consecuencia en la vida laboral de las personas.

No obstante, al problema actual se le suma una preocupación mayor considerando que las tendencias demográficas presentan escenarios en donde los viejos ocuparán, en los próximos 40 años, un peso porcentual y absoluto mayor que en la actualidad y esto a nivel laboral genera interrogantes acerca de cómo responder a nuevas demandas, con un mercado laboral que ya se caracteriza por funcionar con una mayoría de trabajadores en el sector informal, sin protección social y que llevan a situaciones de pobreza extrema al llegar la vejez.

La construcción social de la vejez

Los temas que se han destacado corresponden como se mencionó, a una selección del desarrollo histórico de investigaciones y autores que lograron instalar el debate sobre la vejez y las características en México. Pero este trabajo quedaría incompleto sin afrontar la difícil tarea de develar la construcción social de la vejez.

Para comenzar, es menester señalar que la aproximación a la vejez no se puede entender acabadamente en el vacío sino, en un contexto sociohistórico particular que le da sentido. La imagen que se construye sobre la vejez es producto histórico-cultural que refleja imaginarios diferentes que son construidos desde la sociedad y las instituciones, como es por ejemplo la imagen de la vejez como un momento de descanso después de años de aporte laboral o, desde otro lado, la imagen de la vejez como dependencia y pobreza. Estas caras de la vejez son ante todo el resultado de la construcción social a partir de la edad.

Estos heterogéneos imaginarios alrededor de la edad como categoría social indican que la vejez hay que abordarla como una construcción social. En este sentido se coincide con Kehl y Fernández (2001), quienes sostienen que hay una careta o disfraz detrás de la vejez que circula socialmente. A pesar de ello es posible desmascarar algunas cuestiones que participan en la construcción de las etiquetas, el problema reside en su característica principal es que se incorporan socialmente por mecanismos muy sutiles. Por ejemplo, hoy en día enunciar la palabra Viejo en México tiene una carga negativa en cuanto nos envía a una situación poco feliz o deseada de muchos de los seres humanos.

Las casusas se encuentran en que el concepto se ha amalgamado con un estereotipo negativo — imágenes —, que no necesariamente coincide con características de vida de todos nuestros ancianos. Esto también tiene que ver con la lucha por el posicionamiento de las edades en la escala social, donde la juventud es identificada como la belleza y vigor, contra la vejez con la imagen de lentitud, deterioro, debilidad y dependencia.

De esta manera, bajo el *ethos* de la modernidad, el éxito, la competitividad, velocidad y agresividad, son claramente identificados con la juventud y las personas de la tercera edad son presentadas como anacrónicas (Rodríguez, 1979). Esta visión no distingue de clase social, raza, o color de piel; retiro e inutilidad, quedan entrelazados a la imagen de la vejez, y trasforma los prejuicios, en hechos casi irrefutables.

Hay que recordar que las clasificaciones y categorías del mundo social, hasta las más naturales y objetivas, nos comunican a los fundamentos sociales. La edad, como propiedad biológica, sirve de criterio de clasificación de los individuos en el espacio social. Por lo tanto, las etiquetas sociales no son naturales, sino socialmente construidas.

Finalmente la edad es una noción social, establecida en comparación con otros grupos. En esa comparación, se pone en juego el poder de los diferentes ciclos de vida¹. Esta variable es un buen espacio para analizar las relaciones sociales entre

generaciones, clases sociales y las representaciones dominantes de las prácticas legítimas asociadas a la definición de la edad.

Reflexiones finales: las deudas en la investigación sobre la vejez en México

Una recapitulación del análisis social del envejecimiento y la vejez en México muestra que se han producido avances en muchos temas — aunque todavía estas temáticas no han sido agotadas — entre ellos destacan los aspectos demográficos, las pensiones, la atención y el cuidado con los apoyos familiares, la escolaridad, la salud, la vulnerabilidad, los derechos en la vejez y la participación económica de las personas mayores. Sin embargo, no todos los temas han recibido la misma atención a pesar de conocerse su existencia.

Después de una revisión sobre las temáticas más relevantes que tratan sobre la situación de los viejos, se puede subrayar que en la mayoría de ellas existe un acuerdo en que una de las principales preocupaciones del envejecimiento en México es el rezago social en que se encuentra este grupo y la urgencia en la cual se deben imprimir mejoras en sus situaciones. Las características de la sociedad mexicana son poco favorables para el panorama del envejecimiento demográfico, ya que existe una correlación entre ancianidad y pobreza como resultado de la falta de ahorro o acumulación de bienes durante la trayectoria de vida de una persona (Ribeiro y Mancinas, 2009). Aunado a esto, el envejecimiento demográfico está impulsando cambios en los individuos y en la sociedad al trastocar los deberes y los roles con respecto a la edad.

Dadas las condiciones económicas y sociales actuales en México, además de los cambios que han sucedido a lo largo de las últimas décadas (transformación del modelo económico-político), que han subvertido los escenarios y personajes, esto impulsa a la imaginación científica a pensar sobre nuevas respuestas al comportamiento de la población mayor.

Porque como menciona una autora “Los cambios sociales obligan a pensar en una nueva vejez; a introducir nuevos análisis en diversos niveles, e incluir otros fenómenos atravesados por el envejecimiento. El estudio de la vejez lejos de estar agotado, está abierto a múltiples posibilidades analíticas” (Robles, 2006: 142).

Hay que recordar que las diferentes temáticas tratadas, algunas se han presentado aquí, conforman un zócalo desde el cual debemos lanzar nuevos interrogantes sobre el comportamiento de la población de la tercera edad. El desafío no es menor, teniendo en cuenta que la acumulación de la cantidad de sujetos mayores de 60 años está en permanente aumento.

Una nueva agenda de investigación necesita superar el debate entre lo exclusivamente teórico y lo práctico. Se necesitan realizar aportes tanto teóricos como prácticos, en el tema de la acción social de que llevan los sujetos a cabo en diferentes contextos sociales. En términos teóricos esto puede abordarse desde el enfoque de las estrategias que también permite incorporarse con el debate que sostiene la imposibilidad de los sujetos de ser conscientes de la dirección de sus trayectorias de vida, frente a las teorías que por el contrario, insisten en la incapacidad racional de los sujetos en torcer el destino de los caminos sociales predeterminados.

En el área de la práctica, el aporte se puede extender a las políticas sociales y en particular aquellas que tienen como beneficiarios a las personas de la tercera edad. Lo que estas personas viven cotidianamente, sus redes y estrategias, son fundamentales de conocer para adecuar la intervención social y mejorar su calidad de vida.

Resaltando la aportación práctica, pero sin olvidar la relación con la teoría, una nueva agenda de investigación necesita desentrañar un fenómeno que es complejo y comprenderlo a partir de los actores mismos. Se sostiene que los fenómenos sociales planteados como causas-efecto se pueden enfrentar a graves errores si no se tiene en cuenta la dimensión temporal. Así, las crisis económicas pueden desatar efectos en el corto plazo que "pueden ser confundidos con tendencias de largo plazo en la estructuración de los mercados de trabajo" (Solís y Billari, 2003: 561).

Como se mencionó inicialmente, México cuenta con pocos años para adaptar las estructuras institucionales que se verán afectadas por la presencia de un mayor porcentaje de ancianos. Ciertamente, si lo que se busca es un futuro con mejor bienestar para esta población y sus entornos. Lo que nos lleva a que el camino para lograr un régimen de bienestar digno "comienza por generar conocimiento de las condiciones, oportunidades y problemas que enfrenta la población que envejece, con objeto de identificar estrategias y posibilidades" (Ham, 2003).

Notas

¹ También conocido como curso de vida, esta perspectiva ha sido inicialmente trabajada desde la Psicología, pero desde la Sociología se ocupa principalmente por analizar procesos y, entre otras cosas, las trayectorias de vida de los individuos y sus interrelaciones (Blanco, 2011).

Referencias bibliográficas

- ACEVEDO, J.; F. Bruno; M. Trujillo y M. Lopez (2015), "La calidad de vida de los adultos mayores, los grandes desafíos", en *Problemática de los grupos vulnerables visiones de la realidad*, Tomo VII, UAdeC, FTS.
- ARANIBAR, P. (2001), "Acercamiento conceptual a la situación del adulto mayor en América Latina", *Serie Población y Desarrollo*, n° 21, CEPAL-FNUAP.
- ARBER, S. y J. Ginn (1996), *Relación entre género y envejecimiento. Enfoque sociológico*, Madrid, Narcea Ediciones.
- BLANCO, M. (2011), "El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo", *Revista Latinoamericana de Población*, 5 (8), pp. 5-31.
- BUENO, A. y A. Dávila (2010), "Textos y contextos del envejecimiento en México", en S. M. Ribeiro, *La población de tercera edad en México: políticas de atención, perspectivas y retos*, México, Plaza y Valdes, pp. 135-148.
- CEPAL-CELADE (2003), "Las personas mayores en América Latina y el Caribe: diagnóstico sobre la situación y las políticas", en *Conferencia regional intergubernamental sobre envejecimiento*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CONAPO (2003), *Índices de desarrollo social en las etapas del curso de vida, 2000*, México, Consejo Nacional de Población.
- GUTIÉRREZ, J.; A. Serralde y M. Guevara, (2007), "Prevalencia de desnutrición del adulto mayor al ingreso hospitalario", *Nutrición Hospitalaria*, n° 22, pp. 702-709.
- GUZMÁN, J.; S. Huenchuan y V. Montes de Oca (2003), "Redes de apoyo social de las personas mayores: marco conceptual", *Notas de Población*, 30 (77), pp. 35-70.
- HAM, R. (1998), "Implicaciones del envejecimiento en la planeación del bienestar", *Papeles de Población*, CEPAL, 4 (17), pp. 31-38.
- HAM, R. (2003), *El envejecimiento en México: el siguiente reto de la transición demográfica*, México, Miguel Ángel Porrúa.
- HAM, R.; B. Ramírez y A. Valencia (2008), *Evaluación y tendencias de los sistemas de pensiones en México*, México, Miguel Ángel Porrúa.
- HUENCHUAN, S. (2009), *Envejecimiento, derechos humanos y políticas públicas*, Santiago de Chile, Naciones Unidas.
- HUENCHUAN, S. (2011), *Los derechos de las personas adultas mayores. Materiales de estudio y divulgación*, Santiago de Chile, CELADE - CEPAL.
- HUENCHUAN, S. y A. Morlachetti (2007), *Derechos sociales y envejecimiento: modalidades y perspectivas de respeto y garantía en América Latina*, Santiago de Chile, CEPAL.
- HUENCHUAN, S. y M. Guzmán (2003), "Seguridad económica y pobreza en la vejez: tensiones, expresiones y desafíos para el diseño de políticas", *Notas de Población*, n° 83, pp. 99-125.
- INEGI (1990), *La tercera edad en México, 1993, IX Censo General de Población y Vivienda*, México, INEGI.
- INEGI (2005), *Los adultos mayores en México. Perfil sociodemográfico al inicio del siglo XXI*, Aguascalientes, INEGI.

- INEGI (2010), *Principales resultados del censo de población y vivienda 2010*, México, INEGI.
- JOHNSON, M. (2001), "La conception de la vieillesse dans les théories gérontologiques", *Retraite et Société*, 3 (34), pp. 51-67.
- KEHL, S. y J. Fernández (2001), "La construcción social de la vejez", *Cuadernos de Trabajo Social*, n.º 14, pp. 125-161.
- LEY DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS ADULTAS MAIORES (2002), México, Diario Oficial de la Federación el 25 de junio de 2002.
- MONTES DE OCA, V. (1999), "¿Envejecimiento? Una discusión sobre la edad y su relación con el empleo, retiro y reproducción social", *Taller sobre envejecimiento, empleo y previsión social*, Tepoztlán.
- MONTES DE OCA, V. (2001), "Bienestar, familia y apoyos sociales entre la población anciana en México: una relación en proceso de definición", en C. Gomes (org.), *Procesos sociales, población y familia. Alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre la vida doméstica*, México, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales y Miguel Ángel Porrúa, pp. 345-376.
- MONTES DE OCA, V. (2010), "El adultos mayor en situación de pobreza y vulnerabilidad en el área metropolitana de Monterrey: retos para la política pública", en M. Ribeiro y S. Mancinas (orgs.), *Textos y contextos del envejecimiento en México*, México, Plaza y Valdés, pp. 15-40.
- OMS (2015), *Envejecimiento y salud*, OMS.
- ONU (2010), Seguimiento de la Segunda Asamblea Mundial sobre el envejecimiento: análisis exhaustivo, *A/65/157*.
- OSORIO, P. (2006), "La longevidad: más allá de la biología. Aspectos socioculturales", *Papeles del CEIC*, 6 (22), pp. 1-28.
- PACHECO, E. (2009), "Las políticas de población en México. Debates y propuestas para el Programa Nacional de Población 2008-2012", *Memorias del Foro Nacional*, México, CONAPO, pp. 177-178.
- PARRA, C. y A. Quintero (2007), "Mínimo vital y los derechos de los adultos mayores", *Estudios Socio-Jurídicos*, vol. 9, pp. 236-261.
- PARTIDA, V. (2005), *Proyección de indígenas de México y de las entidades federativas 2000-2010*, México, CONAPO.
- REYES, M. (2006), *Análisis demográfico de la población de adultos mayores en México, 2006-2050*, México, Cámara de Diputados.
- RIBEIRO, M. y S. Mancinas (2009), *Textos y contextos del envejecimiento en México*, México, Plaza Valdés.
- ROBLES, L. (2006), "La vejez: nuevos actores, relaciones sociales y demandas políticas", *Relaciones*, XXVII (105), pp. 140-175.
- RODRÍGUEZ, C. (1999), "El papel de las instituciones públicas en la atención de la tercera edad", en CONAPO, *El envejecimiento demográfico de México: retos y perspectivas*, México, CONAPO, pp. 55-68.
- RODRÍGUEZ, J. (1979), "Perspectiva sociológica de la vejez", *ReiS*, n.º 7, pp. 77-97.
- SAAD, P. M. (2003), "Transferencias informales de apoyo de los adultos mayores en América latina y el Caribe; estudio comparativo de encuesta SABE", *Notas de Población*, n.º 77, pp. 175-217.
- SABE (2001), *Encuesta sobre salud, bienestar y envejecimiento*, Kingston, Organización Panamericana de la Salud.
- SÁNCHEZ, D. (2008), "Adultos mayores en la planeación del espacio turístico rural en Tamaulipas", *Papeles de Población*, 14 (55), pp. 59-94.
- SÁNCHEZ, P. (2000), "Sociología de la vejez versus economía de la vejez", *Papers* 61, pp. 39-88.
- SCOLICH, N. (2005), "Pensar la vejez", *Cartapacio de Deracho*, vol. 9, pp. 1-55.
- SEDESOL (2010), *Primer informe trimestral 2010*, México, Gobierno Federal.
- SERRANI, D. (2012), *Distinción entre envejecimiento y vejez*, Buenos Aires, Argentina.
- SOLÍS, P. y F. Billari (2003), "Vidas laborales entre la continuidad y el cambio social: trayectorias ocupacionales masculinas en Monterrey, México", *Estudios Demográficos y Urbanos*, n.º 54, pp. 559-595.
- TUIRÁN, R. (1999), "Desafíos del envejecimiento demográfico en México", en CONAPO, *Envejecimiento demográfico en México. Retos y perspectivas*, México, CONAPO, pp. 16-22.
- TUIRÁN, R. y Wong, R. (1993), "Transferencias familiares en el envejecimiento", en *Seminario sobre envejecimiento demográfico en México*, México, Somede, Mimeo.
- VIVEROS, A. (2001), "Propuestas para la formulación de políticas públicas y fomento de acciones desde la sociedad civil en América Latina y el Caribe", *CEPAL - Series de Población y Desarrollo*, n.º 22, pp. 64.
- WONG, R. y M. Espinoza (2003), "Ingresos y bienes de la población de edad media y avanzada en México", *Papeles de Población*, n.º 37, pp. 129-166.
- YUNI, J. A. y C. A. Urbano (2008), "Envejecimiento y género: perspectivas teóricas y aproximaciones al envejecimiento femenino", *Revista Argentina de Sociología*, 6 (10), pp. 151-169.
- ZÚÑIGA, E. y C. Gomes (2002), "Pobreza, curso de vida y envejecimiento poblacional en México", en CONAPO, *La situación demográfica de México 2002*, México, CONAPO, pp. 141-153.
- ZÚÑIGA, E. y D. Vega (2004), *Envejecimiento de la población de México. Retos del siglo XXI*, México, CONAPO.

Recebido a 23/11/2015. Aceite para publicação a 23/11/2016.

Fernando Bruno (fernandobruno77@hotmail.com). Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Trabajo Social, Cuerpo Académico de Grupos Vulnerables. Avenida Dr.^º Cuquita Cepeda de Dávila, s/n, Col. Adolfo López Mateos, 25125 Saltillo, Coahuila, México.

Jesús Acevedo Alemán (jesusaceve@hotmail.com). Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Trabajo social, Cuerpo Académico de Grupos Vulnerables. Avenida Dr.^º Cuquita Cepeda de Dávila, s/n, Col. Adolfo López Mateos, 25125 Saltillo, Coahuila, México.

INFÂNCIA, DIREITOS E RISCO(S): VELHOS E NOVOS DESAFIOS IDENTIFICADOS A PARTIR DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA CNPCJR (2000 E 2010)

CHILDHOOD, RIGHTS AND RISK(S): OLD AND NEW CHALLENGES IDENTIFIED FROM THE ANALYSIS OF THE REPORTS OF CNPCJR (2000 AND 2010)

Natália Fernandes

■ Universidade do Minho, Instituto de Educação

Catarina Tomás

■ Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho)

Resumo

A análise da situação da infância em risco em Portugal caracteriza-se por um conjunto de avanços, impasses e retrocessos, na afirmação dos direitos da criança e na edificação de condições de bem-estar social para esta categoria social de tipo geracional. Através de um quadro teórico ancorado na Sociologia da Infância, este artigo tem como objetivo analisar os indicadores plasmados nos relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, em 2000 e em 2010. Propõe-se, assim, a partir de uma análise qualitativa e crítica, compreender as tensões e as ambiguidades que caracterizam a infância das crianças na sociedade portuguesa, em situação de risco, e os contornos que ele foi assumindo no período em análise.

Palavras-chave: direitos da criança, sociedade portuguesa, risco(s), políticas públicas para a infância

Abstract

The state of children at risk in Portugal has been characterized by a series of advances, setbacks and stalemates, in what concerns children's rights and the edification conditions of their welfare. From a sociological point of view, we analyzed the data embodied in the reports of the National Commission for the Protection of Children and Young People at Risk, in 2000 and 2010. Through a qualitative and critical analysis, we propose to understand the tensions and ambiguities that characterize children at risk and the shapes that this phenomenon has been assuming during this period in Portugal.

Keywords: children's rights, Portuguese society, risk (s), public policies for children

Introdução

A atualidade da problemática dos riscos, individuais e coletivos, tende a colocar-se de forma intensa nas sociedades contemporâneas, devido aos efeitos da globalização (Beck, 1992; Santos,

2001), da atual crise económico-financeira e as suas implicações nos direitos humanos, assumindo neste texto especial relevância os direitos da criança.

Um olhar atento sobre a realidade da infância e uma leitura particular sobre a infância em risco permite-nos constatar a situação paradoxal

dos direitos da criança nas sociedades contemporâneas, com especial intensidade em sociedades semiperiféricas ou de desenvolvimento intermédio (Santos, 1994), como é o caso de Portugal, onde um quadro legislativo avançado não é acompanhado por práticas sociais e jurídicas concordantes com o mesmo.

Podemos afirmar que as crianças foram adquirindo ao longo do século passado um estatuto de sujeitos com direitos, pelo menos no campo dos princípios e dos discursos, que se consubstanciaram num *corpus* jurídico e teórico robusto e abundante, que influenciaram novos modos de pensar e intervir com esta categoria social.

No entanto, o século XXI iniciou-se com grandes turbulências e desassossegos, dos quais resultam impactos negativos no que diz respeito aos direitos das crianças, que parecem estar a desviar-se, cada vez mais, da sua concretização e, conseqüentemente, da sua não tradução na melhoria das condições de vida das crianças. Vivemos, assim, o início deste novo século, apreensivos com a crise económica e o aumento das desigualdades sociais, sendo as crianças um dos grupos sociais mais atingidos pelas mesmas (UNICEF, 2012a; 2012b).

Considerando este contexto, propomo-nos fazer uma análise comparativa dos dados dos relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), com o objetivo de cartografar a situação das crianças em risco em Portugal, em retrospectiva, através da análise dos relatórios relativos ao ano de 2000 e de 2010.

Do ponto de vista metodológico, a construção deste artigo parte da análise dos dois relatórios, tentando assim compreender quais as faces do risco das crianças que chegam ao sistema de proteção. A exploração desta comparação potencia a exploração de inúmeras possibilidades de análise sobre a infância em risco em Portugal, ainda que neste artigo tenhamos presentes as limitações epistemológicas e metodológicas dessa mesma comparação, nomeadamente o fato de os dois relatórios se contextualizarem em dois modelos jurídicos diferenciados, isto é, o Relatório de 2000 no modelo da Organização Tutelar de Menores e o Relatório de 2010 na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Mais ainda, a análise foi feita a partir de algumas opções que será necessário aqui dar conta: incidimos, somente, na análise dos processos instaurados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de forma a possibilitar a comparação e, assim, a configuração de cenários de risco; mantivemos não só as classificações/terminologias utilizadas em cada um dos relatórios, pois não era objetivo deste texto uma análise crítica dessas mesmas categorias, mas também os grupos etários que cada um dos relatórios apresentava. Significa que, em fim último, pautámos a análise

dos dados e as comparações por alguma cautela em termos analíticos, ou seja, um registo mais descritivo e exploratório.

Esta análise terá como eixos orientadores a definição de um breve retrato sobre a infância, a família e o risco em Portugal nos anos em análise, com o objetivo de por um lado, caracterizar as faces novas e persistentes do risco e, por outro, interpelar estes dados e lançar algumas pistas para a compreensão dos (des)assossegos da proteção das crianças em situação de risco.

O conceito de risco e de proteção na sua relação com a infância

Quando se discute a infância, o que nos diz a história é que o risco tem vindo a assumir diferentes matizes ao longo dos tempos. Loyd de Mause, um historiador da infância, defende que: "a história da infância é um pesadelo do qual só recentemente começamos a acordar. Quanto mais longe vamos na história, mais baixo e deficiente é o nível de cuidados para com a infância, maiores são as probabilidades de morte, abandono, espancamento e abuso sexual." (Mause, 1991: 1).

Reconhecemos, no entanto, que o século XX foi palco do surgimento de um intenso debate científico e de uma concetualização do risco na infância, que foi assumindo contornos cada vez mais amplos na sua própria definição e, de forma mais profunda, nas categorias que são usadas para o classificar.

O olhar clínico e patologizante sobre a problemática do risco na infância marcou o percurso de sistematização desta problemática, sendo posteriormente ampliado por outros olhares científicos, nomeadamente o da Psicologia, o qual ajudou a compreender as dimensões individuais, nomeadamente as características psicológicas dos vítimas e dos vitimizadores, como fatores explicativos das situações de risco (Machado, 1996; Sani, 2002); ou ainda, da Psicologia Social que alertou para a importância de ir além das meras características individuais dos sujeitos e mobilizar também os contextos onde ocorrem as interações entre as pessoas, como fatores importantes para a compreensão do risco (Garbarino e Sherman, 1980).

Nas discussões sociológicas é consensual a ideia de que vivemos em sociedades de risco (Areosa, 2008; Beck, 1992), fato que tem levado ao desenvolvimento de diferentes análises e múltiplos olhares, sendo difícil encontrar consensos na sua própria definição¹. Como defende Areosa (2008), trata-se de uma questão bastante complexa, de difícil definição e objetivação, onde os seus limites e fronteiras são difíceis de delimitar "visto que a sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais" (Areosa, 2008: 1).

Segundo Hespanha (2002), o risco pode ser analisado a partir de duas perspectivas: por um lado, a ideia do risco associada ao dinamismo e à mudança social, sendo o risco um fator indispensável para que tal ocorra; por outro lado, a ideia que o risco implica incertezas nem sempre controláveis, sobretudo num contexto de economia mundializada.

Frade (2009) sugere também que, numa perspectiva sociológica do risco, é necessário identificar duas abordagens distintas: as que adotam uma conceção objetiva do risco e as que o consideram como uma construção social, “apesar de quase nenhum cientista defender hoje estes paradigmas no seu estado puro” (Frade, 2009: 55). A oposição dualista destas perspectivas não obriga a que as respostas sejam necessariamente exclusivas, tendo as duas perspectivas uma capacidade heurística. Ainda assim, a propósito da última perspectiva enunciada, a do risco enquanto construção social, Giddens (1991) defende que a sua análise deve ser socialmente situada em relação aos discursos e às estruturas socioeconómicas. Parece-nos que estas dimensões são importantes e especialmente úteis para ampliar a discussão no âmbito da temática da infância e do risco (Harden, 2000).

Talvez o único consenso que possamos descrever relativamente ao risco seja a ideia da multiplicidade de concepções sobre o mesmo, e a fluidez das suas diferentes características. Não obstante, são essas características que possibilitam o exercício político e científico de um olhar “dentro e fora do risco”, ou seja, um olhar sobre os modos como as condições estruturais o provocam e alimentam, sendo estas complexas, dinâmicas e múltiplas, nomeadamente o espaço-tempo onde ocorre.

A este propósito consideramos que o risco na infância tem vindo a sofrer algum desgaste em termos conceituais e, conseqüentemente alguma trivialização. Um dos fatores responsáveis para que tal tenha acontecido relaciona-se com o impacto da sociedade de informação e comunicação. A este propósito, Carvalho e Ferreira (2009) defendem que a imprensa tem um papel fundamental na construção e divulgação de determinados tipos, nomeadamente “maus-tratos e abandono, violência sexual e crianças objecto de disputas familiares parecem ter-se tornado alvos de especial interesse” (Carvalho e Ferreira, 2009: 124). O espaço mediático reage, na maioria das vezes, à temática da infância quando associada a episódios alarmantes, construindo e distribuindo, para o efeito, determinadas imagens, demasiado simplistas e redutoras da realidade.

Na esteira desta reflexão propomos, em seguida, analisar o risco na infância, a partir dos relatórios já anunciados, considerando duas dimensões: o que se manteve inalterado e os novos traços desta problemática nos anos analisados.

Faces persistentes e renovadas da proteção e do risco na infância

É reconhecido que em Portugal, nas últimas duas décadas, têm merecido especial destaque os direitos de provisão e proteção das crianças o que nos levou a classificar este tempo como um período de “expansão da proteção” (Tomás, Fernandes e Sarmiento, 2011). Para tal, contribuíram aspetos como a reforma do sistema jurídico de proteção das crianças, em 1999, que permitiu, entre outros aspetos, uma separação jurídica das crianças vítimas de negligência ou maus-tratos colocadas ao abrigo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro; Ministério do Trabalho e da Solidariedade) das crianças que cometeram delitos qualificados como crimes (Lei Tutelar Educativa – Lei nº 169/99, de 14 de setembro; Ministério da Justiça)² e institui a Comissão Nacional para a Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (atualmente Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens).

É indiscutível que assistimos a uma ampliação do sistema de proteção de base sociocomunitária e de responsabilidade social coletiva, aspeto que é reconhecido por Pedroso e Branco (2008), quando referem que o Estado, em parceria com as autarquias e com as entidades associativas da comunidade, tem tido um papel muito importante na defesa e na ação em prol dos direitos da criança.

De registar, ainda, nesta tendência de expansão da proteção, a proibição dos castigos corporais a crianças, através da revisão do Código Penal, Lei 59/2007 de 4 de setembro, que expressamente consagra, pela primeira vez, no seu artigo 152, esta medida de proteção das crianças.

O percurso do último século, cujo início foi marcado pela quase ausência de documentos de proteção da infância e cujo remate se caracterizou pela existência de um significativo acervo de documentos legislativos a esse nível, leva-nos a afirmar que para além do idioma jurisdicista, assistimos a alguma vitalidade sociopolítica nesta área, uma vez que as preocupações com a proteção das crianças assumiram alguma visibilidade no desenvolvimento das políticas públicas para a infância, ainda que de baixa intensidade. Esta é justificada pelo fato de muitas crianças continuarem a ver a promoção dos seus direitos negada, muitas vezes de uma forma brutal, uma vez que os relatórios relativos à análise do fenómeno da pobreza e exclusão social (Bastos *et al.*, 2008; OECD, 2009; OECD 2011; UNICEF, 2012b; Wall e Almeida, 2014) revelam que os indicadores de pobreza infantil e de exclusão continuam a afetar mais as crianças que os adultos, e que os indicadores de risco continuam a aumentar. Estes fatos devem interpelar-nos considerando que, provavelmente, tal como defende Gaitán (2006): “o desejo de alcançar

o maior bem-estar das crianças é algo que se dá por feito, mas, no entanto, a definição do que se supõe ser o 'interesse superior da criança' fica ao arbítrio da interpretação adulta e está influenciado pelas convenções sociais que determinam o lugar e papel adequado para as crianças na sociedade" (Gaitán, 2006: 63).

Este é um fenómeno que, na nossa opinião, exige ser enfrentado para que as políticas públicas tenham efeitos mais consistentes e visíveis nos mundos das crianças, porque: as políticas públicas têm efeitos geracionais diferenciados. Não obstante, a avaliação dos impactos geracionais das políticas não é geralmente tida em conta. Similarmente, a intervenção dos vários grupos e categorias populacionais na construção do espaço público é atravessada por fatores de mobilização, por sistemas de crenças e representações sociais, e por dispositivos institucionais e políticos que diferenciam os direitos formais e as possibilidades reais de contribuição na decisão política (Sarmiento, Fernandes e Tomás, 2007: 183).

A infância é especialmente afetada, entre todos os grupos e categorias sociais excluídas (grupos étnicos minoritários, pobres, mulheres, pessoas idosas, etc.), quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de participação e decisão na vida coletiva. Como defendem Davis e Hill (2006), são várias as dimensões a considerar quando se discutem as questões da exclusão social das crianças, uma vez que:

"estão enraizadas nas condições materiais das famílias e nas condições económicas da sociedade, mas outras estão relacionadas com as relações sociais, sejam intergeracionais ou intrageracionais. Uma forma de exclusão social corresponde aos modos como as crianças pobres são marginalizadas por falta de recursos materiais. Outra reporta-se aos modos pelos quais as crianças são excluídas das principais decisões, dentro ou fora dos contextos familiares, de tal modo que as suas preferências e desejos não são reconhecidos pelos adultos." (Davis e Hill, 2006: 14)

Inspiradas por este conjunto prévio de aspetos que nos auxiliam no olhar sobre a complexa realidade do risco na infância, apresentamos de seguida dados para mapear algumas das suas dimensões à escala nacional.

As faces persistentes do risco

O risco assumiu ao longo dos anos em análise um aumento no que diz respeito ao volume processual. Em 2000, o volume processual de processos instaurados foi de 3745 casos e em 2010 foi de 5444 casos, o que nos leva a afirmar que houve um significativo aumento de casos de crianças sinalizadas às CPCJ em todo o país (CNPCJR, 2001; 2011). Mas quem são as crianças que estão contidas na impessoalidade destes números?

Ao longo desta década o perfil destas crianças sofreu algumas modificações e noutras dimensões o perfil manteve-se. Relativamente ao que se manteve, podemos aqui apresentar uma caracterização sucinta dos dados.

A análise do quadro 1 remete-nos para o fato de que continuam a ser os meninos os que mais são sinalizados (ainda que seja pouca a diferença relativamente às meninas). As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Porto são as mais representativas no volume processual global nacional das CPCJ (2011: 68), o que nos remete para a ideia da "metropolização do risco".

A negligência foi a principal problemática sinalizada (24,6% em 2000; 38,2%, em 2010). Os estabelecimentos de ensino (em 2000, 38%; em 2010; 24,2%) e as autoridades policiais foram as principais entidades sinalizadoras (em 2000, 8%; em 2010, 19%). O aspeto de novidade nesta dimensão prende-se com o fato de que em 2010 os pais/cuidadores passaram a ocupar o terceiro lugar, quando em 2000 eram os estabelecimentos de saúde.

No que diz respeito às medidas aplicadas, a opção de manter a criança ou jovem em meio natural de vida (em 2000, 70,1%; em 2010, 90,6%) foi a mais adotada. Em termos etários se não houve diferenças significativas no grupo de crianças até

Quadro 1 ▸ Perfil das crianças em risco em 2000 e 2010, em função do género, espaço e problemática

Categorias	Indicadores
	Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010)
Género	Meninos mais sinalizados
"Metropolização do risco"	Lisboa e Vale do Tejo e Porto como as áreas mais representativas do volume processual global nacional das CPCJ
Principal problemática sinalizada	Negligência <ul style="list-style-type: none"> • 2000: 24,6% • 2010: 38,2%

Fonte: CNPCJR (2001; 2011)

Quadro 2 ▸ Perfil das crianças em risco em 2000 e 2010, em função das entidades sinalizadoras, medidas aplicadas e idade

Categorias	Indicadores
	Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010)
Entidades sinalizadoras	Estabelecimentos de ensino <ul style="list-style-type: none"> • 2000: 38% • 2010: 24,2% Autoridades policiais <ul style="list-style-type: none"> • 2000: 8% • 2010: 19%
Medidas aplicadas	Manter a criança o jovem em meio natural de vida <ul style="list-style-type: none"> • 2000: 70,10% • 2010: 90,6%
Idade	10-14/15 anos

Fonte: CNPCJR (2001; 2011)

aos 5 anos, uma vez que ele representava em 2000 cerca de 25% das crianças atendidas e 28,4%, em 2010, as diferenças mais significativas situam-se com o grupo de jovens entre os 15/18 anos, uma vez que em 2000 representavam 3,77%, aumentando em 2010 para 20,6%. De referir, no entanto que há um indicador persistente nesta década: o fato de o maior número de crianças acompanhadas se situar no grupo etário entre os 10 e os 14/15 anos.

Outra dimensão crucial da imutabilidade dos dados foi o da caracterização das famílias das crianças com processo instaurado.

A análise sociológica dos principais indicadores permite-nos afirmar que a imagem de família que resulta da análise dos dois relatórios mantém exatamente o mesmo perfil: família biológica, nuclear, tendo os pais idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, com rendimentos provenientes do trabalho, com baixo capital escolar e tendo como principal problemática o alcoolismo. De referir, a este propósito, que algumas das medidas foram implementadas nos últimos anos no sentido de promover competências junto destas famílias, como o apoio junto de familiares, a educação e formação parental³, a criminalização dos castigos físicos⁴, entre outras. Não obstante, o perfil manteve-se inalterado, o que nos remete para uma insuficiência de medidas de políticas de apoio à família, que interrompam e enfrentem esta realidade (Portugal, 2000; Wall, 2012).

As pesquisas de alcance nacional que caracterizam o fenómeno (Almeida *et al.*, 1998; 1999; Amaro, 1986) e que se refletem na análise dos dados anteriores, são unânimes em afirmar que as situações de risco que envolvem crianças acontecem, principalmente, em contexto familiar. Esta é, no entanto, uma questão complexa, tanto mais que a maioria das crianças considera o espaço privado como um espaço de proteção e segurança. A este propósito, convocamos o contributo de Harden

(2000) quando identifica, a partir dos contributos das crianças, três esferas a partir das quais se pode considerar o risco. A autora defende que: as crianças constroem reflexivamente os seus cenários de risco e segurança à volta dos conceitos de privado, local e público. Enquanto a esfera privada da casa é descrita pelas crianças em termos de proteção e segurança, manifestam preocupações relacionadas com a sua vulnerabilidade na vida pública. Definem também uma esfera intermediária entre a pública e a privada – a esfera local – a qual é identificada em termos de proximidade da sua casa e de lugares e pessoas que para elas são familiares (Harden, 2000: 43).

Estamos, aparentemente, confrontados com uma questão de complexa resolução, que é aditada pela tendência de, modernamente, as crianças serem tematizadas a partir de uma “negatividade constituinte” (Sarmiento, 2004), sem visibilidade social, com possibilidades cada vez mais limitadas de “espreitar” a esfera local a que se refere Harden (2000). O desenvolvimento de políticas com um enfoque muito paternalista e assistencialista exacerba esta invisibilidade das crianças noutras esferas que não a privada, deixando também no ar a dificuldade que há de enfrentar os riscos que ela corre no espaço privado, de ultrapassar a ideia de que esta é uma questão gerível, quase exclusivamente, no interior da família, o que nos remete para uma imagem das crianças enquanto objetos e não sujeitos de direitos.

Finalmente, da análise dos dois relatórios, uma outra dimensão deve ser realçada, a da localização das respostas sociais, ou seja, na sua grande maioria as situações de risco que envolvem as crianças, são sinalizadas e acompanhadas nos seus concelhos de naturalidade: tanto em 2000 como em 2010 a maioria das crianças eram naturais do concelho onde estava implementada a CPCJ (73,9% em 2000; 62% em 2010).

As novas faces do risco

Nos anos em análise decorreram, no entanto, algumas alterações nas faces do risco para as crianças em Portugal.

na sociedade portuguesa, nomeadamente com as questões da imigração (Machado, 2003) relaciona-se com o aumento das crianças sinalizadas e acompanhadas naturais de outros países: em 2000 representavam 2% do total de crianças e em 2010

Quadro 3 ▸ Perfil das crianças em risco em 2000 e 2010, em função da idade das crianças, imigração, escolaridade e trabalho artístico

Categorias	Indicadores
	Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010)
Crianças pequenas (0 aos 5 anos)	Aumento dos processos
Crianças imigrantes	<ul style="list-style-type: none"> • 2000: 2% • 2010: 17%
Escolaridade – Crianças que não frequentam o ensino	<ul style="list-style-type: none"> • 2000: 18,6% • 2010: 5,1%
Trabalho artístico	2010: 93 processos iniciados

Fonte: CNPCJR (2001; 2011)

Relativamente ao que se alterou, um dado importante de referir, é o aumento dos processos relativos às crianças pequenas (0 aos 5 anos) no período em análise. Em 2000, as 519 crianças dos 0 aos 2 anos (273 meninos e 246 meninas) representavam cerca de metade do escalão etário dos 0 aos 5 anos e 13,9% do total de crianças com processo instaurado. Em 2010, 7987 crianças dos 0 aos 2 anos (2125 meninos e 2058 meninas) representavam cerca de 55,3% do escalão etário dos 0 aos 5 anos e 15,3% do total de crianças com processo instaurado. Na nossa opinião este aumento poderá estar relacionado, de alguma forma, com as alterações que aconteceram entre estas duas datas relativamente à frequência de estabelecimento de educação: se em 2000 apenas 5,6% das crianças sinalizadas frequentavam o ensino pré-escolar, em 2010 esse número aumenta significativamente para 25,8%, considerando ainda as cerca de 21,4% de crianças que frequentavam creche ou jardim de infância e que no relatório de 2000 não assumem qualquer expressão (CNPCJR, 2011: 87). A frequência de contextos formais de educação proporciona, entre outros aspectos, uma maior visibilidade e acompanhamento destas crianças, que de outro modo permaneceriam invisíveis ao sistema de proteção e sem possibilidade de poder ser desencadeada qualquer medida no sentido de as proteger.

Outra dimensão crucial da mudança da situação da sociedade portuguesa e que aqui se reflete tem a ver com a escolaridade, sendo possível encontrar uma diferença significativa entre a percentagem de crianças que não frequentavam o ensino em 2000 – 18,6% –, tendo diminuído em 2010 para 5,1%.

Outro dado significativo, que tem que ser entendido à luz das próprias mudanças verificadas

já eram 17%, sendo que o número de crianças oriundas dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) se manteve – (2%). As crianças sinalizadas por trabalho infantil, fenómeno com grande expressão em Portugal até à década de 80 do século passado, assume hoje outros contornos. Houve uma mudança parcial sobre este fenómeno em Portugal, ainda que as condições estruturais se tivessem mantido (por exemplo, a competitividade sustentada em baixa remuneração, longas horas de trabalho, desigualdade salarial entre géneros, etc.). No relatório de 2000 foram identificados 9 casos de trabalho infantil (CNPCJR, 2000: 22), no relatório de 2010 esse número aumentou para os 26 casos (CNPCJR, 2011: 91), sendo também interessante verificar a alteração da própria designação para “exploração do trabalho infantil”. A este propósito convocámos as palavras de Padilha (2010) no sentido de esclarecer algumas nuances entre estes dois conceitos: “considero fundamental uma relação entre o trabalho infantil e a exploração do trabalho infantil, pois a exploração circunscreve-se na perspectiva da alienação, máxima do capital, que resulta numa relação alheia do sujeito com o objecto (trabalho), coisificando, por conseguinte, transformando, aviltando, degradando os homens e o produtor do labor em mercadorias” (Padilha, 2010, s/p).

Ainda nesta dimensão, a novidade, entre o relatório de relativo ao ano de 2000 e o de 2010, prende-se com a consideração da participação de crianças menores de 16 anos em espetáculos ou outras atividades de natureza cultural, artística ou publicitária, sendo este um assunto ausente em 2000 e que assume uma visibilidade interessante no relatório de 2010. A este processo não está alheia a

regulamentação, em 2004, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 99/2003, de 27 de agosto, atribuída pela Lei nº 35/2004, de 29 de julho, que incumbia as CPCJ de autorizar ou não a participação de crianças com menos de 16 anos em espetáculos e outras atividades de natureza cultural, artística ou publicitária. Posteriormente em 2009, através da lei 105/2009, de 14/9, houve algumas alterações ao disposto em 2004, que se relacionam, sobretudo, com a natureza das atividades proibidas e com a natureza da participação, estabelecendo-se uma distinção entre participação esporádica ou continuada. Os dados dizem-nos que, em 2010, foram iniciados 93 processos desta natureza, havendo 17 que transitavam do ano anterior. Foram solicitados 110 processos de autorização (93 iniciados em 2010; 17 processos transitados). Foram autorizados 65 processos e 33 foram indeferidos. De registar que ocorreu um aumento do número de comissões onde foram movimentados estes processos (CNPCJR, 2011: 131-134).

Interpelando os (des)ossegos da proteção das crianças em Portugal

Como afirmámos inicialmente, a complexidade da sociedade portuguesa, enquanto sociedade de desenvolvimento intermédio ou semiperiférica reflete-se na análise que aqui apresentámos da situação das crianças em risco. Por conseguinte, não será exagero se afirmarmos que vivemos numa "sociedade dilemática" (Pais, 2007), nomeadamente entre a proclamação e a defesa, pelo menos ao nível dos discursos, dos direitos das crianças e severa restrição nas condições sociais do seu usufruto.

Se por um lado, assistimos, ao desenvolvimento de políticas sociais e de um conjunto de medidas para a infância e para as famílias⁵, que se refletiram na melhoria da situação das crianças e podem explicar alguns dos dados apresentados; por outro lado, no caso das crianças em situação de risco, parecem demorar a ter o impacto esperado. A persistência de problemáticas no interior das famílias, como o alcoolismo, que se manteve como o principal fator de adversidade das famílias maltratantes tem, necessariamente, que interpelar as políticas públicas de combate a este fenómeno. O mesmo se pode afirmar da principal face do risco das crianças: a negligência. Uma das grandes críticas apresentadas ao sistema de proteção de crianças em Portugal é a ausência de políticas preventivas eficazes, as quais deveriam permitir uma intervenção técnica qualificada junto das famílias e das crianças de forma a impedir que estas entrem em ciclos de risco, difíceis de quebrar e ultrapassar.

Consideramos que as dificuldades que estão subjacentes a este aspeto têm a ver com o fato

de Portugal continuar a ser um país pautado por fortes desigualdades e exclusões sociais (Silva, 2009), sendo por esse motivo necessário recolocar as questões do risco na infância num quadro mais abrangente de discussão, nomeadamente o relativo às questões da pobreza e da exclusão social.

Face aos ciclos de reprodução geracional da pobreza, característicos da sociedade portuguesa, a questão que aqui se coloca é: apesar de ter havido um conjunto significativo de medidas implementadas no espaço que separa os dois relatórios em análise, porque não tiveram impacto na rutura deste ciclo? Será que, tal como referem Hespanha *et al.* (2000: 89-90), "a pobreza e a exclusão social reproduz-se ao longo das gerações, sem que exista capacidade de as superar"?

Assim, e de forma muito sucinta, defendemos que a exclusão social das crianças exige políticas para a infância de alta intensidade, articuladas e eficazes, e ainda que específicas, não podem ser dissociadas das políticas e medidas de âmbito mais geral do combate à exclusão. Mas será a aposta nesta especificidade que poderá ajudar a acautelar a ideia de que o bem-estar das crianças deverá ser ponderado a partir de três propostas: (i) mais e melhor conhecimento sobre as crianças e sobre as crianças em risco; (ii) mais e melhor acesso à justiça pelas crianças e suas famílias; (iii) mais políticas integradoras que assumam uma perspetiva geracional, tal como defende Gaitán (2006), quando refere que desta forma "contribui para por em relevo o lugar da infância como grupo social que compete com outros grupos sociais para aceder a recursos comuns, tendo como finalidade conseguir intercâmbios justos e mutuamente satisfatórios. Através dessa análise tornam-se explícitas as opções de preferência da sociedade relativamente a cada grupo social" (Gaitán, 2006: 75).

Talvez dessa forma, possamos combater a existência de "terceiro mundo interno" (Santos, 1993: 17), resgatando para a infância modos novos de combate à exclusão e marginalização dos seus direitos, consolidando, também, novas redes de proteção que permitam enfrentar a carga real e simbólica do risco de qualquer criança.

Notas

- ¹ Para uma análise mais aprofundada do conceito de risco no campo sociológico, veja-se Areosa (2008) e Frade (2009).
- ² Estas duas leis vêm substituir o modelo até então vigente consubstanciado na Organização Tutelar de Menores (DL n.º 314/78, de 27 de outubro). Para saber mais sobre o assunto, veja-se Santos (2004; 2010) e Carvalho (2013).
- ³ Cf. Lei 147/99, artigo 41º - Educação Parental.
- ⁴ Art.º 152 do Código Penal, lei n.º 59/2007 de 4 de setembro.

⁵ Algumas dessas medidas são: o rendimento social de inserção, a promoção da educação pré-escolar, a extensão das redes sociais locais, a aposta numa escolarização para todos e para todas, a constituição de equipas de intervenção precoce, o maior cuidado ao nível da saúde, o esforço de mobilização da opinião pública em redor das crianças e da sua proteção, promovida sobretudo por organizações da sociedade civil, pelos direitos das crianças (contra o trabalho infantil, contra a pedofilia, os maus tratos e mais recentemente pela promoção dos direitos de participação).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. N.; I. André e H. Almeida (1999), "Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família", *Análise Social*, XXXIV (150), pp. 91-121.
- ALMEIDA, A. N.; M. Guerreiro; C. Lobo; A. Torres e K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", in J. M. Viegas e A. Costa (eds.), *Portugal, que modernidade?*, Lisboa, Celta, pp. 45-78.
- AMARO, F. (1986), *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicância*, Lisboa, CEJ.
- AREOSA, J. (2008), "O risco no âmbito da teoria social", *Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos sociais: saberes e práticas*, pp. 1-16. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>
- BASTOS, A.; M. J. Malho; J. Passos e G. Fernandes (2008), *Um olhar sobre a pobreza infantil. Análise das condições de vida das crianças*, Coimbra, Almedina.
- BECK, U. (1992), *Risck Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- CARVALHO, M. J. (2013), *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, M. J. e L. Ferreira (2009), "Infância e risco social: retratos da imprensa portuguesa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 60, pp. 105-129.
- CNPCJR (s/d), *Promoção e protecção dos direitos das crianças. Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*, Lisboa, CNPCJR. Disponível em: http://www.cnpcjr.pt/downloads/Guia_acciao_social.pdf
- CNPCJR (2001), *Avaliação da actividade das comissões de protecção de crianças e jovens 2001*, Lisboa, CNPCJR.
- CNPCJR (2011), *Relatório anual da actividade das comissões de protecção de crianças e jovens 2010*, Lisboa, CNPCJR.
- DAVIS, J. M. e M. Hill (2006), "Introduction", in E. Kay, H. Tisdall, M. Hohn Davis, H. Malcolm e A. Prout (eds.), *Children, Young People and Social Inclusion: Participation for What?*, UK, The Policy Press, pp. 1-22.
- FRADE, C. (2009), "O direito face ao risco", *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 86, pp. 53-72.
- GAITÁN, L. (2006), "El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños", *Política y Sociedad*, 43 (1), pp. 63-80.
- GALLARDO, J. (1994), *Maus-tratos à criança*, Porto, Porto Editora.
- GARBARINO, J. e D. Sherman (1980), "High-Risk Neighborhoods and High-Risk Families: The Human Ecology of Child Maltreatment", *Child Development* 51 (1), pp. 188-198.
- GIDDENS, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- GILL, T. (2010), *Sem medo. Crescer numa sociedade com aversão ao risco*, Cascais, Princípia.
- HARDEN, J. (2000), "There's no Place Like Home. The Public/Private Distinction in Children's Theorizing of Risk and Safety", *Childhood*, 7 (1), pp. 43-59.
- HARDGROVE, A.; A. Eneajor e A.-J. Lee (2011), *Risk and Childhood Poverty: Notes from Theory and Research*, Oxford, University of Oxford/Young Lives.
- HESPANHA, P. (2002), "Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, pp. 21-31.
- HESPANHA, P.; A. Monteiro; A. C. Ferreira; F. Rodrigues; M. H. Nunes; M. J. Hespanha; H. Madeira; R. Van Den e S. Portugal (2000), *Entre o Estado e o Mercado - As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra, Editora Quarteto.
- JAMES, A. (2008), "Changing Childhood in the UK: Reconstructing Discourses of 'Risk' and 'Protection'", in A. James e A. James (eds.), *European Childhoods: Cultures, Politics and Childhoods in Europe*, Basingstoke, Palgrave Macmillian, pp. 105-108.
- JENKS, C. (1996), *Childhood*, London, Routledge.
- MACHADO, C. (1996), "Maus tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise", *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, n.º 1, pp.133-148.
- MACHADO, F. (2003), "Imigração e imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão", *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 41, pp.183-188.
- MADGE, N. e J. Barker (2007), *Risk & Childhood*, London, RSA.
- MAUSE, L.-D. (1991), *Historia de la infancia*, Madrid, Alianza Universidad.
- OECD (2009), *Doing Better for Children*, Paris, OECD.
- OECD (2011), *Doing Better for Families*, Paris, OECD.
- PADILHA, M. (2010), "Trabalho, questão social e exploração do trabalho infantil no Brasil", *Actas do III Encuentro Internacional contra el Trabajo Infantil*. Disponível em <http://encontrotrabalho infantil.fundacaotelefonica.com/users/miriamdamasce-nopadilha/work>.
- PAIS, J. M. (2007), "Cotidiano e reflexividade", *Educação & Sociedade*, 28 (98), pp. 23-46.

- PEDROSO, João e Patrícia Branco (2008), "Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 82, pp. 53-83.
- PORTUGAL, S. (2000), "Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 56, pp. 81-92.
- PROUT, A. (2005), *The Future of Childhood: Towards the Interdisciplinary Study of Children*, London, Routledge Falmer.
- SANI, A. I. (2002), *As crianças e a violência. Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*, Coimbra, Quarteto.
- SANTOS, B. S. (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português", in B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 17-56.
- SANTOS, B. S. (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (2001), "Os processos da globalização", in B. S. Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 31-106.
- SARMENTO, M. (2004), "As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade", in M. Sarmiento e A. Cerisara (orgs.), *Crianças e miúdos. Perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação*, Porto, Edições Asa, pp. 9-34.
- SARMENTO, M.; N. Fernandes e C. Tomás (2007), "Participação infantil e políticas públicas", *Educação, Sociedade e Culturas – Cidades, Género e Infância. Abordagens Pluridisciplinares*, n.º 25, pp.183-206.
- SILVA, M. C. (2009), "Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica", *Configurações. Exclusões, Poderes e (sub)Culturas*, 5/6, pp. 11-40.
- TOMÁS, C.; N. Fernandes e M. Sarmiento (2011), "Jogos de imagens e espelhos: um olhar sociológico sobre a infância e as crianças em Portugal", in V. Müller (ed.), *Crianças dos países de Língua Portuguesa: histórias, culturas e direitos*, Maringá, EDUEM, pp. 194-227.
- UNICEF (2001), *Situação mundial da infância 2011*, Nova Iorque, UNICEF.
- UNICEF (2012a), *Situação mundial da infância 2012, Crianças em um mundo urbano*, Nova Iorque, UNICEF.
- UNICEF (2012b), "Measuring Child Poverty: New League Tables of Child Poverty in the World's Rich Countries", *Innocenti Report Card 10*, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.
- VALENTINE, G. (1997), "Children Should be Seen and Not Heard: The Production and Transgression of Adults, 'Public Space'", *Urban Geography*, 17, pp. 205-220.
- WALL, K. (org.) (2012), *OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família. Relatório 2011*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- WALL, K. e A. N. Almeida (2014), *As crianças e a crise em Portugal: vozes de crianças, políticas e indicadores sociais*, Lisboa, UNICEF Portugal.

Recebido a 01/01/2014. Aceite para publicação a 28/06/2016.

Natália Fernandes (natfs@ie.uminho.pt). Universidade do Minho, Instituto de Educação. Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

Catarina Tomás (ctomas@esexl.ipl.pt). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Campus de Benfica do IPL, 1549-003 Lisboa, Portugal.



A GESTÃO DA PERFORMANCE NAS CULTURAS JUVENIS

PERFORMANCE MANAGEMENT IN YOUTH CULTURES

Elsa Pegado

■ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Egas Moniz, Centro de Investigação Interdisciplinar (CiiEM)

Resumo

Este artigo procura contribuir para uma reflexão sobre o lugar que a gestão da performance ocupa nas culturas juvenis, focando em particular as percepções dos jovens sobre os consumos de performance, entendidos como o consumo de medicamentos e/ou produtos terapêuticos com finalidades de gestão do desempenho neuro/cognitivo e/ou físico/corporal. A análise tem como base material empírico resultante da componente extensiva de um projecto de pesquisa sobre consumos de performance na população jovem (18-29 anos) em Portugal, designadamente um inquérito por questionário a uma amostra (n=1483) que abrangeu estudantes do Ensino Superior e trabalhadores sem formação superior. Os resultados revelam uma relativa permeabilidade nas culturas juvenis à ideia de gestão da performance, embora essa permeabilidade não seja homogénea e assuma modulações, quer em função de diferentes critérios de legitimação dos consumos, quer em termos da diversidade social e dos contextos culturais em que os jovens se situam.

Palavras-chave: culturas juvenis, gestão da performance, consumos de performance, corpo

Abstract

This article seeks to contribute to a discussion of the place of performance management in youth cultures. For that purpose, it focuses on young people's perceptions concerning performance consumptions, defined as the consumption of medicines and/or natural therapeutic products for purposes of mental/cognitive and/or physical/body performance. The empirical data for this analysis was drawn from the extensive stage of a research project on performance consumptions among young people (aged 18-29) in Portugal, which consisted of a survey to a sample (n=1483) that comprised both university students and young workers without higher education. The results reveal a certain permeability in youth cultures to the notion of managing performance. However, this permeability is not homogeneous; it is modulated according to the different criteria of legitimacy associated with performance consumptions, as well as to the social and cultural diversity of the contexts in which young people are integrated.

Keywords: youth cultures, performance management, performance consumptions, body

Introdução

A performance como ideologia (Heilbrunn, 2004) ou o culto da performance (Ehrenberg, 1991), quer no domínio neuro/cognitivo, quer no físico/corporal, têm vindo a ser apontados como traços característicos da modernidade. Tendo começado por ser circunscrita a contextos específicos, em que a competitividade constitui o valor dominante – como é o caso do desporto de competição ou do universo

empresarial –, a pressão social para a performance tem vindo a estender-se para lá destes espaços e a adquirir crescente importância nos quotidianos dos indivíduos em geral, em que as exigências para a optimização da capacidade produtiva são cada vez mais prementes (Williams e Boden, 2004).

No presente artigo, a noção de performance, significa, pois, a necessidade e a capacidade de desempenhar, de forma socialmente adequada, o conjunto de papéis sociais representados em diversas

esferas da vida – por exemplo, na família, na escola, no trabalho –, caracterizados por diferentes imperativos de desempenho. Se esta definição nada tem de novo, o que suscita novas reflexões é o facto de, nas sociedades modernas, a possibilidade de gerir essa performance ter vindo a ser crescentemente alimentada por um florescente mercado de oferta de produtos e serviços orientados para (a criação de) essas necessidades, no quadro da cultura de consumo (Featherstone, 1982). Uma das formas em que essa gestão se pode traduzir passa pelo recurso aos consumos de performance, aqui entendidos como o consumo de medicamentos e/ou produtos terapêuticos naturais com finalidades de gestão do desempenho neuro/cognitivo e/ou físico/corporal (Lopes *et al.*, 2015; Lopes e Rodrigues, 2015).

Estes consumos têm vindo a ser objecto de pesquisas empíricas que se debruçam especificamente sobre a população jovem, quer incidindo no desempenho cognitivo em contexto académico, quer focando o desempenho físico/corporal, quer ainda abarcando o desempenho nos vários domínios e abrangendo jovens de diferentes perfis sociais, com vivências inscritas em diferentes contextos (Lopes *et al.*, 2005; Lopes e Rodrigues, 2015), no pressuposto de que a população jovem constitui um enfoque empírico particularmente profícuo para a exploração de novas formas de gestão da performance. Tal não significa tomar a juventude como uma categoria socialmente homogénea, mas sim assumi-la como “socialmente dividida, em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações” (Pais, 1990: 149). É neste sentido que ganha relevância mobilizar o conceito de culturas juvenis, que retomaremos mais à frente.

O presente artigo procura contribuir para uma reflexão sobre o lugar que a gestão da performance ocupa nas culturas juvenis, a partir de dois focos analíticos. O primeiro corresponde à discussão das percepções dos jovens inseridos em diferentes contextos da vida quotidiana – designadamente académicos e profissionais – sobre a gestão da performance. O segundo remete para a exploração das suas percepções relativamente àquela gestão através do recurso a medicamentos e/ou produtos naturais.

A análise é empiricamente sustentada nos resultados de um estudo, de âmbito nacional, sobre consumos de performance na população jovem em Portugal (18-29 anos), abrangendo jovens estudantes do Ensino Superior e jovens trabalhadores sem formação superior¹. Importa deixar claro que a análise aqui desenvolvida não foca a dimensão das práticas sociais de consumo, já abordadas noutras publicações resultantes desse estudo (cf. Clamote, 2015; Lopes *et al.*, 2015; Lopes e Rodrigues, 2015; Raposo, 2016), mas sim as atitudes face à perfor-

mance e face à possibilidade de a gerir através de consumos medicamentosos, sejam fármacos ou naturais. Procura-se, assim, responder às seguintes questões: em que medida a população jovem revela alguma permeabilidade à ideia de gestão da performance e que diferenciações se verificam consoante os diferentes contextos sociais juvenis? Quais as percepções sobre a legitimidade dos consumos de performance que emergem nos discursos dos jovens e que critérios são mobilizados para as diferentes atribuições de legitimidade?

Culturas juvenis e performance

O conceito de culturas juvenis, entendidas enquanto “conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de partilhar” (Pais, 1990: 140), é mobilizado, no presente artigo, para dar conta da diversidade contextual que molda as vivências quotidianas dos jovens. Como propõe Machado Pais (1990), a juventude pode ser olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). Várias pesquisas têm demonstrado como esses atributos sociais constituem poderosos diferenciadores das vivências da juventude como fase da vida (cf. Shildrick e MacDonald, 2006), não só em termos de desiguais trajectórias escolares e profissionais – mais ou menos qualificadas –, mas também de acesso a experiências em contextos quotidianos de vida, onde se vão construindo culturas específicas (por exemplo culturas académicas e culturas laborais). Na sociedade portuguesa em particular, em que, não obstante um significativo aumento da escolaridade da população, a percentagem de jovens que completou o Ensino Superior continua a ser reduzida – designadamente por comparação à média europeia² –, a qualificação académica constitui um importante atributo diferenciador.

A abordagem às culturas juvenis aqui privilegiada não se foca, como parte das pesquisas sobre culturas juvenis, na juventude espectacular, exuberante (frequentemente a partir das suas manifestações visuais ou musicais), mas sim na juventude normal (*ordinary*) (Shildrick e MacDonald, 2006). Pressupõe perspectivar os jovens a partir dos seus contextos vivenciais, quotidianos (Pais, 2000). É nesses contextos, socialmente diferenciados, que os traços dessas culturas se manifestam. No presente artigo, a exploração desses contextos justifica-se na medida em que as suas características podem revelar exigências de performance particulares, que se constituem enquanto pressões (ou mesmo imperativos) para investimentos direccionados para a gestão da performance. Esta dimensão analítica

traduz-se na opção metodológica de abranger jovens que se encontrem a frequentar o Ensino Superior e jovens inseridos no mercado de trabalho, sem frequência desse nível de ensino. Efectivamente, é expectável que os imperativos de desempenho quotidiano sejam distintos no universo académico e no universo laboral, gerando percepções diferenciadas face à performance.

Para lá desta diversidade social, que é analiticamente explorada através da relação entre as atitudes face à gestão da performance e o género e o perfil de actividade da população jovem – estudantes e trabalhadores –, importa considerar os jovens na sua unidade geracional, a juventude como uma fase da vida. Um dos traços que tem vindo a ser salientado é o facto de os jovens investirem muito no seu quotidiano; entre os jovens, o tempo presente tem ascendente sobre o passado e sobre o futuro (Pais, 1990). Nesta linha, outras propostas têm enfatizado o facto de as culturas juvenis contemporâneas partilharem valores que remetem para o hedonismo, o experimentalismo e o presentismo (Ferreira, 2011). O significado destas últimas noções – o experimentalismo como a tentativa de desafiar os limites, mesmo que tal implique riscos, e o presentismo como forma imediata de viver o momento presente – parece autorizar a sua mobilização para a análise das percepções e atitudes face à gestão da performance e, em particular, face aos consumos de performance. São, efectivamente, atributos que encontrarão eco nas expectativas de resultados com o consumo de medicamentos ou outros produtos para a melhoria do desempenho físico ou cognitivo: resultados rápidos, sem empreender os esforços que caracterizam investimentos orientados por lógicas de ascetismo (Pegado, 2010). Várias pesquisas sociológicas sobre a juventude têm também associado esta fase da vida a uma maior predisposição para a experimentação e a uma correlativa maior familiaridade com experiências de risco que, em alguns casos, são simbolicamente investidas de manifestações de não conformidade social (Moura Ferreira, 2003), sem que tal signifique, no entanto, assumir como característica distintiva da juventude o seu “natural” alheamento face aos riscos.

Uma segunda dimensão analiticamente relevante corresponde às culturas corporais. Embora “os limites para a aferição sociológica da ‘juventude’ não sejam de natureza eminentemente biológica e não se determinem exclusivamente pela idade dos indivíduos, certo é que, socialmente, ser jovem passa também pela codificação etária de um dado modelo de corporeidade (...)” (Ferreira, 2011: 258). Tal significa que ser jovem é ser portador de uma condição corporal, consubstanciada quer numa determinada imagem, quer em determinadas capacidades de desempenho físico, normativamente definidas para um grupo etário relativamente deli-

mitado. Nas sociedades contemporâneas, o “corpo jovem” assume-se como o modelo idealizado de corporeidade, amplamente veiculado através dos meios de comunicação social e, em particular, da publicidade, passível de ser atingido através de investimentos de natureza vária (onde se incluem os investimentos medicamentosos), crescentemente mercantilizados, que a indústria da corporalidade, no quadro da cultura de consumo (Featherstone, 1982), vem proporcionar. Esta imagem do “corpo jovem” terá consequências nas avaliações e regimes de vigilância e/ou modificação corporal que os próprios jovens fazem e impõem aos seus corpos. Pode traduzir-se, pois, em investimentos corporais que integram a categoria de corpo projecto, a partir da acepção de Shilling (1993), ancorados em valores de hedonismo corporal e orientados para a performatividade física e/ou estética.

É neste quadro que importa analisar as percepções dos jovens sobre a gestão da performance e sobre os investimentos que podem ser mobilizados para o fazer, designadamente os consumos de performance. Estes consumos tanto podem visar uma lógica de recuperação de níveis considerados “normais”, como uma lógica de melhoria desses níveis, ultrapassando os limites “naturais”. Trata-se de investimentos que, na sua intencionalidade, são exteriores a objectivos terapêuticos (de manutenção ou reposição da saúde), mas que não deixam de questionar as tradicionais fronteiras entre doença, saúde e bem-estar, bem como a distinção conceptual entre consumos terapêuticos e consumos de melhoria (Coveney, Gabe e Williams, 2011). Efectivamente, se estas categorias visam estabelecer a fronteira entre o que está dentro e fora do campo da saúde, um dos seus limites analíticos em matéria de consumos de performance é o facto de que “o espectro de finalidades de melhoria não se esgota na procura de otimização das capacidades de desempenho, já que, não raro, o objectivo não é superar o normal, mas tão-somente alcançá-lo de forma mais rápida ou com menor esforço” (Lopes e Rodrigues, 2015: 14).

Metodologia

A análise e discussão que a seguir se desenvolvem toma como material empírico os resultados da componente extensiva de um projecto de pesquisa sobre consumos de performance³ na população jovem em Portugal, onde se incluem fármacos e produtos naturais, na continuidade de outras pesquisas que vêm revelando a crescente expressão do natural nos consumos terapêuticos (Lopes, 2010; Lopes *et al.*, 2012). Em particular, neste artigo procede-se à análise de alguns indicadores incluídos num inquérito por questionário aplicado a uma amostra de jovens residentes em Portugal continental

(n=1483) – amostra por quotas não proporcional –, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos, uma parte dos quais a frequentar o Ensino Superior (70%)⁴ e outra parte sem frequência universitária, integrada no mercado de trabalho (30%). Estes últimos incluem trabalhadores de atendimento ao público em dois tipos de empresas: *call-centers* (51%) e *mega-stores* (49%). Os jovens do Ensino Superior abrangem estudantes de diferentes áreas científicas: Saúde (52,7%), Ciências Sociais (18,3%), Engenharia (19,3%) e Artes (9,7%). Na distribuição por sexo, as mulheres representam 59,2% e os homens 40,8%.

Não sendo uma amostra estatisticamente representativa, a construção da amostra obedeceu a critérios de representatividade teórica (Ferreira, 1986). Os estudantes estão intencionalmente sobre-representados por duas ordens de razões: primeiro, porque a literatura internacional aponta para uma maior expressão dos consumos de performance em contextos académicos; segundo, porque se pretendia abranger uma diversidade de áreas de formação, inquirindo um número suficientemente elevado de estudantes em cada uma dessas áreas de modo a possibilitar comparações com densidade analítica adequada. A sobre-representação dos estudantes da área da Saúde, também intencional, decorre da hipótese de que estes, por via dos conteúdos da sua formação académica, estariam mais familiarizados com os consumos de performance.

A aplicação dos questionários decorreu nos estabelecimentos de Ensino Superior, em espaços próprios para o efeito, após obtidas as autorizações institucionais necessárias. Os jovens trabalhadores foram contactados nas empresas e inquiridos em locais reservados cedidos por estas. O contacto com os inquiridos foi assegurado pela equipa de investigadores, constituída por sociólogos, sem interferência dos interlocutores institucionais; no caso das empresas, para salvaguardar qualquer equívoco quanto às finalidades e anonimato das respostas, foi também distribuída uma nota informativa prévia a todos quantos se voluntariaram para participar no estudo. Os questionários, anónimos e auto-administrados, foram aplicados com a presença da equipa de investigadores, de forma a assegurar um melhor controlo metodológico sobre as condições de aplicação⁵. A aplicação decorreu de Setembro de 2012 a Fevereiro de 2013, após a realização de um pré-teste a uma amostra de 90 inquiridos, com uma composição sociodemográfica equivalente à amostra final. O inquérito foi precedido por uma etapa inicial de pesquisa qualitativa, constituída pela realização de grupos focais (10 sessões; 57 participantes), que garantiu uma aproximação exploratória ao universo em análise e permitiu informar as opções metodológicas que presidiram à construção dos indicadores e da estrutura do questionário, bem como afinar

critérios para a construção da amostra. A par da observância dos requisitos éticos da investigação em Ciências Sociais – o anonimato dos sujeitos e das instituições e o carácter estritamente voluntário da participação – foi igualmente observado o consentimento informado para as fases da pesquisa que implicaram gravação, designadamente no caso dos grupos focais.

Do vasto conjunto de indicadores do questionário aplicado, mobilizam-se, para o presente artigo, aqueles que constituem contributos para a discussão sobre o lugar que a gestão da performance ocupa nas culturas juvenis. Essa discussão é realizada a partir de duas dimensões: uma dimensão das representações, que remete para as imagens dos jovens sobre o seu desempenho a vários níveis (cognitivo, corporal e social); e uma dimensão que remete para as percepções sobre a legitimidade dos consumos de performance, de diferentes naturezas e em diferentes contextos. O objectivo é o de proporcionar uma visão panorâmica, de carácter extensivo, bem como dar conta das principais tendências e diferenciações que as distribuições destes indicadores e o seu cruzamento com variáveis sociodemográficas sugerem. Procura-se ainda testar que relações se estabelecem entre, por um lado, auto-representações de desempenho e consumos efectivos e, por outro, entre percepções de legitimidade e esses consumos.

Auto-representações sobre desempenho

Os indicadores que remetem para as auto-representações dos jovens inquiridos sobre o seu desempenho nos vários domínios considerados revelam um padrão semelhante no que respeita à capacidade intelectual e de aprendizagem e à imagem corporal, caracterizado por uma distribuição relativamente equitativa entre os que gostariam de melhorar e os que estão satisfeitos com esses aspectos, e uma percentagem bastante reduzida dos que declaram não se preocupar (cf. Tabela 1). Tal parece ser revelador de uma relativa equivalência das valorações atribuídas pelos jovens ao físico e ao cognitivo e, simultaneamente, uma avaliação em que a melhoria se coloca como um cenário desejável para um número muito significativo de jovens (cerca de metade dos inquiridos), o que, não autorizando a assunção de predisposições para consumos de melhoria, permite, pelo menos, salientar a relevância dessa melhoria no seu horizonte representacional.

Já quanto à capacidade de relacionamento com os outros, categoria que procura operacionalizar o desempenho social, a maioria dos jovens consideram-se satisfeitos e pouco menos de um quarto indica que gostaria de melhorar este aspecto.

A análise da distribuição sociodemográfica destes indicadores revela algumas diferenças merecedoras de destaque⁶. A primeira respeita à

Tabela 1 ▶ Auto-representações sobre desempenho social, cognitivo e imagem corporal

Auto-representações sobre desempenho	Gostaria de melhorar		Está satisfeito		Não se preocupa		Total
	n	%	n	%	n	%	
A sua capacidade intelectual e de aprendizagem	726	49,2	726	49,2	23	1,6	100% (n=1475)
A sua imagem corporal	688	46,7	717	48,6	69	4,7	100% (n=1474)
A sua capacidade de relacionamento com os outros	337	22,9	1059	71,9	76	5,2	100% (n=1472)

segmentação de género que se verifica, traduzida num maior desejo declarado de melhorar os vários aspectos por parte da população feminina (respectivamente, 54,3%, 48,2% e 25,1%, enquanto as percentagens correspondentes na população masculina são de 41,9%, 44,4% e 19,7%). Por sua vez, verifica-se uma manifestação de indiferença ("não se preocupa") mais expressiva por parte dos jovens do sexo masculino ($P < 0,001$; $P = 0,018$; $P = 0,016$).

Esta segmentação é igualmente visível quando se considera o perfil de actividade dos jovens – estudantes do Ensino Superior ou trabalhadores. As auto-representações sobre o desempenho cognitivo e sobre a imagem corporal revelam padrões contrastantes nos perfis de actividade, com a população estudantil a manifestar menos satisfação com a capacidade intelectual e de aprendizagem (45,9%) e a declarar o desejo de melhoria (52,6%), enquanto na população laboral a distribuição é invertida (56,9% e 41,3%, respectivamente) ($P < 0,001$). Os níveis de satisfação com o desempenho cognitivo parecem, pois, revelar um forte enraizamento no contexto em que os jovens se movem, em que a frequência do Ensino Superior se constitui como um espaço e um tempo com exigências acrescidas a este nível. Quanto à imagem corporal, a relação também é estatisticamente significativa ($P = 0,008$), com os jovens trabalhadores a declarar menores níveis de satisfação (51,6% gostariam de melhorar, por relação a 44,6% dos estudantes).

A distribuição destes indicadores tendo em conta os consumos de performance efectivos⁷ mostra que existe uma relação significativa ($P < 0,001$) entre as práticas de consumo (ou a sua ausência) e as auto-representações de desempenho. Tal relação traduz-se em dois tipos de associações. Por um lado, a que se verifica entre os inquiridos que manifestam o desejo de melhorar a capacidade intelectual e de aprendizagem e o consumo efectivo de produtos com essas finalidades: 70,6% dos jovens que manifestam este desejo referem consumir, enquanto a percentagem homóloga para os que declaram estar satisfeitos é de 57,1%. Por outro lado, há igualmente

uma associação entre os que gostariam de melhorar a sua imagem corporal e os que consomem produtos direccionados para o desempenho físico/corporal. Dos que manifestam esse desejo, 36,3% consomem algum tipo de produto com essa finalidade, ao passo que entre os que se declaram satisfeitos ou não se preocupar as percentagens são de 24,3% e 23,1%.

Percepções sobre consumos de performance

As percepções dos jovens sobre a legitimidade dos consumos com objectivos de gestão do desempenho neuro/cognitivo e/ou físico/corporal foram operacionalizadas, no questionário, de duas formas. Por um lado, procurando obter informação sobre as atitudes de aprovação/reprovação destes consumos de forma indirecta (as percepções sobre as reacções dos outros aos hipotéticos consumos do próprio), estabelecendo assim uma hierarquia do que é aceitável/reprovável em torno dos medicamentos/produtos em si e das suas finalidades. Por outro lado, procurando captar essas percepções de forma directa (as opiniões do próprio sobre os consumos) em diferentes circunstâncias e contextos, e no quadro de diferentes finalidades de consumo.

Quanto ao primeiro aspecto⁸, impõem-se as seguintes considerações gerais: i) existe uma clara diferenciação das percepções sobre aprovação/reprovação dos vários medicamentos/produtos considerados (cf. Tabela 2); ii) as percentagens dos que referem reprovação são quase sempre superiores às de aprovação; as reacções de indiferença têm, em geral, percentagens relativamente elevadas face às positivas ou negativas. Evidencia-se, pois, um posicionamento normativo tendente a uma condenação destes consumos, a que não será alheia a atribuição de risco aos medicamentos/produtos (nomeadamente farmacológicos) que já havia sido evidenciada em outras pesquisas (Raposo, 2010). Para além deste padrão geral, o que importa salientar é a relativa coincidência que se verifica entre os tipos de consumos mais reprovados e aqueles que são objecto

Tabela 2 ▶ Percepção da reacção dos amigos a consumos hipotéticos do próprio

Tipo de consumos	Aprovação		Indiferença		Reprovação		Não sabe		Total
	n	%	N	%	n	%	n	%	
Bebidas energéticas	380	25,9	906	61,6	100	6,8	84	5,7	100% (n=1470)
Medicamentos para melhorar a concentração/memória	569	38,6	640	43,4	115	7,8	152	10,3	100% (n=1476)
Medicamentos para dormir	225	15,3	651	44,3	358	24,3	237	16,1	100% (n=1471)
Medicamentos para diminuir a ansiedade em situações pontuais	543	36,8	527	35,8	193	13,1	211	14,3	100% (n=1474)
Batidos de proteínas para a massa muscular	261	17,7	512	34,8	510	34,6	189	12,8	100% (n=1472)
Medicamentos para aumentar a resistência física na prática desportiva	172	11,7	449	30,5	637	43,3	212	14,4	100% (n=1470)
Esteroides anabolizantes para a massa muscular	26	1,8	147	10,0	1152	78,3	146	9,9	100% (n=1471)
Medicamentos para perder peso/emagrecer/combater a celulite	134	9,1	400	27,2	770	52,4	166	11,3	100% (n=1470)
Haxixe ou marijuana	90	6,1	261	17,7	1021	69,3	102	6,9	100% (n=1474)
Medicamentos para se manter acordado/a	75	5,1	352	23,9	842	57,2	203	13,8	100% (n=1472)

de atribuições de risco mais elevado, autorizando a hipótese de o risco estar a ser mobilizado como um dos critérios de (des)legitimação dos consumos de performance.

Na hierarquia de aprovação/reprovação que se estabelece entre os diferentes medicamentos/ produtos e/ou finalidades, podem ser identificados três grupos de medicamentos/produtos. O primeiro integra aqueles cujos consumos obtêm percentagens de reprovação mais elevadas, acima dos 40%. Os esteróides anabolizantes encabeçam esta lista (78,3% consideram que os amigos reprovariam), seguidos pelo haxixe ou marijuana (69,3%)⁹. De referir que, quer num quer no outro caso, poderão estar aqui a ser mobilizados critérios associados à ilicitude e/ou à transgressão conotada com o seu consumo. Fazem ainda parte deste grupo: os medicamentos para se manter acordado (57,2%), muito acima da reprovação dos medicamentos para dormir (24,3%), que poderão estar a ser considerados como uma resposta terapêutica a problemas de perturbação do sono e não associados a objectivos de melhoria; os medicamentos para perder peso/emagrecer/combater a celulite (52,4%); e os medicamentos para aumentar a resistência física na prática desportiva (43,3%). Esta ordenação indica uma segmentação das finalidades, traduzida em taxas geralmente mais

elevadas de reprovação dos consumos associados a finalidades de desempenho físico/corporal do que de desempenho neuro/cognitivo.

O segundo grupo de medicamentos/produtos é constituído por aqueles cujos consumos obtêm percentagens mais elevadas de aprovação (mesmo face a um padrão de aprovação na generalidade baixo), mas em que a indiferença é ainda mais elevada ou, pelo menos, da mesma ordem de grandeza. Inclui os medicamentos para melhorar a concentração/memória (39% aprovação e 43% indiferença), os medicamentos para diminuir a ansiedade em situações pontuais (37% e 36%) e as bebidas energéticas (26% e 62%). Este elevado peso da "aprovação" e da "indiferença" parece indiciar uma relativa banalização e desproblematização deste tipo de consumos, tendo em conta que são precisamente estes os que assumem maior expressão em termos de consumo efectivo.

O último grupo engloba os medicamentos/ produtos em que tende a haver uma concentração na indiferença (e um pouco menos na reprovação), com percentagens baixas de aprovação, sendo constituído pelos medicamentos para dormir e pelos batidos de proteínas.

Os níveis de aprovação ou reprovação dos consumos de performance distribuem-se de forma diferenciada em função de algumas das variáveis sociodemográficas que temos vindo a invocar.

Embora não sendo generalizável a todos os medicamentos/produtos elencados, verifica-se uma maior aprovação e menor reprovação dos medicamentos/produtos para melhorar o desempenho neuro/cognitivo (medicamentos para melhorar a concentração/memória, medicamentos para diminuir a ansiedade em situações pontuais e medicamentos para dormir) por parte das jovens do sexo feminino, por oposição aos medicamentos/produtos para melhorar o desempenho físico/corporal (batidos de proteínas para a massa muscular, medicamentos para aumentar a resistência física na prática desportiva), que reúnem níveis de aprovação superiores por parte dos jovens do sexo masculino. Exceptuam-se deste padrão os medicamentos destinados a perder peso/emagrecer, em que a percentagem de raparigas que refere reacções de aprovação é superior. Estas percepções são congruentes com os consumos efectivos, onde foi identificada a mesma tendência de associação entre investimentos neuro/cognitivos e raparigas (aos quais acresce o consumo de fármacos e produtos naturais para emagrecer), por um lado, e investimentos físicos/corporais e rapazes, por outro. Vão também ao encontro de uma maior disponibilidade para a melhoria do desempenho cognitivo por parte das jovens inquiridas, atrás referida. Não deixarão de estar ainda associadas a uma cultura de maior valorização e, correlativamente, de um maior investimento, nos resultados escolares/académicos por parte das raparigas, como vem sendo demonstrado em outros estudos desenvolvidos junto de estudantes do Ensino Superior (Costa e Lopes, 2008).

A relação com o perfil de actividade dos jovens inquiridos é significativa no caso dos consumos direccionados para a performance física/corporal (batidos de proteínas, medicamentos para aumentar a resistência física e medicamentos para emagrecer), traduzindo-se na sua maior aprovação por parte da população laboral, por comparação com os estudantes. Trata-se de mais um caso em que as percepções sobre os consumos são consonantes com as práticas, já que o consumo dos medicamentos/produtos em causa assume uma maior expressão entre os jovens trabalhadores (Lopes *et al.*, 2015; Lopes e Rodrigues, 2015).

Um outro indicador que introduz diferenciação nas percepções sobre legitimidade dos consumos de performance é a prática desportiva. Um pouco mais de metade dos jovens inquiridos pratica uma actividade desportiva; além disso, a prática em regime federado assume uma expressão considerável entre a população jovem (11,9%). Como outros estudos têm demonstrado (Ferreira, 2003), a prática de actividade desportiva é diferenciada em termos de género, com os jovens do sexo masculino com taxas bastante superiores. Entre estes, neste estudo, apenas 32,1% não são praticantes, enquanto essa

percentagem soma 58,1% entre as jovens. No caso do perfil de actividade dos jovens não se verificam diferenças dignas de relevo, o que demonstra que a prática de actividade desportiva é transversal aos vários contextos sociais – estudantil, laboral – em que os jovens se integram. No caso dos consumos mais directamente relacionados com essa prática – os batidos de proteínas para a massa muscular e os medicamentos para aumentar a resistência física na prática desportiva – a relação entre a prática desportiva e a percepção da legitimidade dos consumos é significativa. Os praticantes federados aprovam mais e/ou reprovam menos estes consumos, relativamente aos praticantes não federados, cujas percentagens de aprovação e de reprovação estão mais próximas dos não praticantes. Trata-se de mais um dado que vem evidenciar a pertinência analítica de atender aos contextos de inserção dos jovens – e os imperativos de desempenho que os caracterizam –, como potenciadores de atitudes de aceitação ou rejeição da possibilidade de melhoria da performance e, em particular, de o fazer através do recurso a medicamentos ou produtos naturais.

A análise das percepções sobre a legitimidade dos consumos tendo em conta os consumos efectuados revela um padrão que, embora não extensível a todas as categorias de medicamentos/produtos e a todas as finalidades, tende a associar as percepções de aprovação/reprovação às experiências efectivas de consumo. Quer dizer que a maior aceitação do consumo de determinados produtos tem correspondência com um perfil de consumo orientado para as mesmas finalidades, indiciando a relação dialéctica que se estabelece entre a experiência do consumo e as percepções sobre os consumos.

Um outro olhar sobre as percepções da legitimidade dos consumos traduziu-se na análise da distribuição do posicionamento dos inquiridos face a um conjunto de asserções que ilustram diferentes tipos de situações, contextos e circunstâncias de consumo, em que emergem três padrões, que variam de acordo com critérios diferenciados, seja o da natureza dos produtos, seja o das finalidades de consumo (cf. Tabela 3).

Em primeiro lugar, verifica-se que os consumos que remetem para uma legitimação que podemos designar por contextual ou circunstancial, onde se incluem os produtos usados para finalidades circunstanciais e/ou contextuais (épocas de exames, melhoria dos resultados escolares, melhoria da produtividade no local de trabalho), tendem a ser legitimados pelos jovens inquiridos. A maioria concorda que estes consumos se justificam (A), como tal discordando do argumento da existência de situações de injustiça relativa – batota nos resultados escolares (B), ou concorrência desleal entre os colegas no local de trabalho (C).

Tabela 3 ▶ Posicionamentos face a diferentes tipos e circunstâncias de consumo

Tipos e circunstâncias de consumo	Concorda		Discorda		Não sabe		Total
	n	%	n	%	n	%	
A. Em épocas de frequências e exames, justifica-se o consumo de medicamentos ou outros produtos para melhorar a concentração ou a memória.	989	66,7%	468	31,6%	25	1,7%	100% (n=1482)
B. Tomar medicamentos ou outros produtos para melhorar os resultados escolares/ académicos equivale a fazer batota.	304	20,5%	1134	76,6%	43	2,9%	100% (n=1481)
C. Tomar medicamentos ou outros produtos para melhorar a produtividade no local de trabalho cria situações de concorrência desleal entre os colegas.	469	31,7%	881	59,5%	130	8,8%	100% (n=1480)
D. O consumo de esteróides anabolizantes é aceitável em certas actividades desportivas, desde que seja devidamente controlado.	272	18,4%	1109	74,8%	101	6,8%	100% (n=1482)
E. Só em casos de obesidade devem ser consumidos medicamentos ou outros produtos para emagrecer.	789	53,3%	627	42,4%	64	4,3%	100% (n=1480)
F. Não é aceitável tomar medicamentos para ficar mais calmo em situações que provocam ansiedade, sem prescrição médica.	699	47,3%	726	49,1%	54	3,7%	100% (n=1479)

* As categorias "concorda" e "discorda" resultam de uma agregação de quatro categorias em que os inquiridos se podiam posicionar: "concorda totalmente", "concorda parcialmente", "discorda parcialmente" e "discorda totalmente".

Já no que respeita aos casos que poderíamos classificar de legitimação pericial, ou seja, em que são avançados critérios de validação do consumo por parte de profissionais de saúde (de forma mais ou menos explícita), prevalece um padrão de relativo equilíbrio entre a legitimidade e a ilegitimidade, com valores próximos nas categorias "concordo" e "discordo", revelador de uma maior ambiguidade. Integram esta categoria os produtos para emagrecer (E), em que a asserção remete para a legitimação do consumo pela existência de uma condição medicalizada e, pelo menos implicitamente, patologizada (a obesidade); os produtos para a ansiedade (F), em que essa legitimação surge por via da intervenção directa do médico, através da prescrição; e ainda os esteróides anabolizantes, em que a asserção remete para o seu uso "devidamente controlado" (D).

As percepções sobre a legitimidade do consumo de esteróides anabolizantes constituem precisamente um caso singular, pelo seu afastamento do padrão de respostas relativo à legitimação pericial. Em consonância com as respostas ao indicador anterior – o escalonamento da legitimidade –, estes produtos voltam a figurar como o caso paradigmático da ilegitimidade: 74,8% dos inquiridos discordam da aceitabilidade do seu uso. Nesta avaliação, terá porventura mais importância o tipo de produto em si do que o controlo do seu consumo.

Síntese conclusiva

O panorama traçado neste artigo corresponde a um primeiro patamar de aproximação analítica à gestão da performance no quadro das culturas juvenis. Através da análise dos indicadores incluídos no questionário que remetem para esta dimensão, foi possível explorar as auto-representações sobre o desempenho e as percepções sobre a legitimidade dos consumos de performance, e ainda analisar a relação entre essas percepções e os consumos efectivos dos inquiridos. Esta análise permitiu também demonstrar empiricamente a constatação de que estas representações e percepções são socialmente diferenciadas.

Dos resultados obtidos, importa destacar três aspectos. Em primeiro lugar, a existência de uma avaliação do próprio desempenho, quer corporal, quer cognitivo, em que o desejo de melhoria é declarado, revelando assim como a melhoria está presente no horizonte representacional dos jovens portugueses.

Em segundo lugar, a constatação de uma clara hierarquia de legitimidade entre os consumos, que parece reportar-se ora à natureza dos produtos em si, ora às suas finalidades e aos contextos em que são consumidos. Nesta hierarquia, os consumos associados a finalidades de desempenho neuro/cognitivo são, em geral, considerados mais legítimos que os direccionados para o desempenho físico/corporal.

Acresce que no caso de os consumos de performance serem objecto de uma validação pericial, verifica-se um padrão de relativo equilíbrio entre declarações de legitimidade e de ilegitimidade, enquanto o consumo de produtos usados para finalidades circunstanciais e/ou contextuais, ligadas aos imperativos da vida quotidiana (resultados académicos, produtividade no trabalho) tende a ser legitimado. Esta conclusão é convergente com a análise de alguns autores, segundo os quais os valores dominantes das culturas juvenis remetem para o hedonismo, o experimentalismo e o presentismo (Ferreira, 2011; Pais, 1990), que se constituem enquanto potenciadores de adesão aos consumos de performance, no sentido em que estes permitem alcançar, de forma mais rápida e com menos esforço, os objectivos que esses contextos suscitam.

Em terceiro lugar, o perfil de actividade dos jovens inquiridos (estudantes do Ensino Superior ou trabalhadores sem formação superior) veio a confirmar-se como uma variável significativamente diferenciadora das atitudes face aos consumos de performance. Em concreto, os estudantes do Ensino Superior manifestam maior preocupação com a performance neuro/cognitiva, ao passo que os trabalhadores revelam maior adesão atitudinal aos investimentos para a performance físico/corporal. O mesmo se pode afirmar a propósito do género, com as jovens a revelarem maior preocupação com a gestão do desempenho neuro/cognitivo, enquanto os jovens estão mais direccionados para investimentos com finalidades de performance física/corporal. Tais relações vêm renovar a necessidade de ter em consideração as teses que continuam a defender uma análise das culturas juvenis socialmente enraizada na estrutura social (Shildrick e MacDonald, 2006).

Em suma, os resultados são reveladores de uma relativa permeabilidade nas culturas juvenis à ideia de gestão da performance e mesmo ao desejo de melhoria do desempenho nas esferas neuro/cognitiva e físico/corporal. No entanto, esta permeabilidade não é homogénea e assume modulações, quer em função de critérios de legitimação dos consumos de performance, quer em termos da diversidade social que caracteriza a juventude e dos contextos em que os jovens se situam.

Finalmente, o retrato extensivo traçado permite identificar um conjunto de pistas analíticas merecedoras de exploração futura. Entre esses questionamentos destaca-se, em primeiro lugar, o aprofundamento dos contextos particulares em que os jovens se movem, incluindo, para além da segmentação imediata entre contexto académico e contexto laboral, a atenção a universos específicos, como sejam os ligados a determinados tipos de prática desportiva, na medida em que constituam nichos de disposições sociais para certos consumos de performance. Em segundo lugar, a exploração de culturas de performance juvenis, procurando perce-

ber os sentidos atribuídos à performance, tanto ao nível físico/corporal como ao nível neuro/cognitivo, bem como os investimentos não terapêuticalizados (sem recurso a medicamentos ou outros produtos) que os jovens fazem com finalidades de manutenção ou melhoria do seu desempenho a esses níveis. Por fim, a compreensão das lógicas de legitimação dos consumos de performance e o modo como essas lógicas vão sendo construídas e alimentadas por práticas de consumo ou de não consumo, bem como por atitudes onde se cruzam percepções sobre o risco, concepções sobre o corpo, ou representações sobre o natural e o farmacológico.

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os jovens – estudantes e trabalhadores – que participaram no estudo, bem como aos responsáveis nas instituições – universidades e empresas – que possibilitaram a recolha de informação.

Notas

- 1 O projecto “Consumos terapêuticos de performance na população jovem: trajectórias e redes de informação”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CS-SOC/118073/2010), foi desenvolvido no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), em parceria com o Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM). Para além da autora do presente artigo, fizeram parte da equipa de investigação Noémia Lopes (coordenadora), Telmo Clamote, Hélder Raposo, Carla Rodrigues e Ana Isabel Fernandes.
- 2 Em 2014, 31,4% dos jovens entre os 25 e os 34 anos tinham o Ensino Superior completo, enquanto a média da União Europeia era de 37,2% (Eurostat: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>).
- 3 No quadro da pesquisa, a categoria consumos de performance foi operacionalizada através da enunciação de um conjunto de medicamentos e produtos naturais para diferentes finalidades: 1) no domínio do desempenho neuro/cognitivo (para dormir, para a concentração, para descontraír/acalmar); 2) e no domínio do desempenho físico/corporal (para aumentar a energia física, para emagrecer, para aumentar a massa muscular) (cf. Relatório Estatístico do projecto, Lopes, 2014, pp. xiii, disponível em http://www.cies.iscte.pt/Consumos_de_Performance.pdf).
- 4 A amostra dos estudantes do Ensino Superior não inclui trabalhadores-estudantes.
- 5 Para uma reflexão sobre questões metodológicas no estudo de consumos terapêuticos ver Rodrigues, 2010.
- 6 Todos os dados apresentados e analisados ao longo do artigo, bem como o inquérito por questionário, podem ser consultados no Relatório Estatístico do projecto de investigação (Lopes, 2014), disponível em: http://www.cies.iscte.pt/Consumos_de_Performance.pdf.
- 7 Refira-se que 65,8% dos jovens inquiridos já usaram algum tipo de fármaco ou produto natural para a

gestão do desempenho. Para uma análise detalhada da expressão dos consumos de performance na população jovem, ver Lopes *et al.*, 2015 e Lopes e Rodrigues, 2015.

- ⁸ Operacionalizado no questionário através da questão "Indique qual considera que seria a reacção dos(as) seus/suas amigos(a)s se soubessem que tomava algum dos seguintes medicamentos ou produtos naturais para melhorar o seu desempenho físico, intelectual ou social?" (cf. Lopes, 2014).
- ⁹ A introdução do haxixe e da marijuana na lista de produtos sobre os quais se procura captar percepções de legitimidade não corresponde a um entendimento de que estes produtos façam parte do quadro de consumos de performance considerados no estudo, mas teve como objectivo incluir uma referência de um consumo com alguma expressão entre a população jovem (ou com o qual está familiarizada), de forma a estabelecer comparações com as atitudes face aos consumos com finalidades de performance.

Referências bibliográficas

- CLAMOTE, T. C. (2015), "Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXIX, pp. 35-57.
- COSTA, A. F. e J. T. Lopes (orgs.) (2008), *Os estudantes e os seus trajectos no Ensino Superior*, CIES-IUL, IS UP (Relatório Final).
- COVENEY, C.; J. Gabe e S. Williams (2011), "The Sociology of Cognitive Enhancement: Medicalisation and Beyond", *Health Sociology Review*, 20 (4), pp. 381-393.
- EHRENBERG, A. (1991), *Le culte de la performance*, Paris, Calmant Lévy.
- FEATHERSTONE, M. (1982), "The Body in Consumer Culture", *Theory, Culture and Society*, 1, pp. 18-33.
- FERREIRA, V. (1986), "O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos", in A. S. Silva e J. M. Pinto (eds.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- FERREIRA, V. S. (2003), "Atitudes dos jovens portugueses perante o corpo", in J. M. Pais e M. V. Cabral (eds.), *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo*, Oeiras, Celta Editora, pp. 246-263.
- FERREIRA, V. S. (2011), "Dar corpo à juventude: o corpo jovem e os jovens nos seus corpos", in J. M. Pais, R. Bendit, e V. S. Ferreira (eds.), *Jovens e rumos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 257-275.
- HEILBRUNN, B. (ed.) (2004), *La performance, une nouvelle idéologie?*, Paris, Éditions La Découverte.
- LOPES, N. (org.) (2014), *Relatório estatístico – Consumos terapêuticos de performance na população jovem*, CIES-IUL. http://www.cies.iscte.pt/Consumos_de_Performance.pdf
- LOPES, N. e C. Rodrigues (2015), "Medicamentos, consumos de performance e culturas terapêuticas em mudança", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 78, pp. 9-28.
- LOPES, N. M. (org.) (2010), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento.
- LOPES, N.; T. Clamote; H. Raposo; E. Pegado e C. Rodrigues (2012), "O natural e o farmacológico: padrões de consumo terapêutico na população portuguesa", *Saúde & Tecnologia*, 8, pp. 5-17.
- LOPES, N.; T. Clamote; H. Raposo; E. Pegado e C. Rodrigues (2015), "Medications, Youth Therapeutic Cultures and Performance Consumption: A Sociological Approach", *Health*, 19 (4), pp. 430-448.
- MOURA FERREIRA, P. (2003), "Comportamentos de risco dos jovens", in J. M. Pais e M. V. Cabral (eds.), *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo*, Oeiras, Celta Editora, pp. 41-166.
- PAIS, J. M. (1990), "A construção sociológica da juventude – Alguns contributos", *Análise Social*, 25 (105/106), pp. 139-165.
- PAIS, J. M. (2000), "Transitions and Youth Cultures: Forms and Performances", *International Social Science Journal*, 52 (164), pp. 219-232.
- PEGADO, E. (2010), "Consumos terapêuticos e investimentos de saúde", in N. M. Lopes (org.), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento, pp. 223-266.
- RAPOSO, H. (2010), "Consumos terapêuticos, percepção e gestão do risco", in N. M. Lopes (org.), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento, pp. 159-222.
- RAPOSO, H. (2016), "O risco e os consumos de performance na população jovem: entre as conceções e as práticas", *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 34 (2), pp. 186-195.
- RODRIGUES, C. F. (2010), "Consumos terapêuticos: notas e reflexões metodológicas", in N. M. Lopes (org.), *Medicamentos e pluralismo terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento, pp. 267-282.
- SHILDRICK, T. e R. MacDonald (2006), "In Defense of Subculture: Young People, Leisure and Social Divisions", *Journal of Youth Studies*, 9 (2), pp.125-140.
- SHILLING, C. (1993), *The Body and Social Theory*, Londres, Sage Publications.
- WILLIAMS, S. e S. Boden (2004), "Consumed with Sleep? Dormant Bodies in Consumer Culture", *Sociological Research Online*, 9 (2). (<<http://www.socresonline.org.uk/9/2/williams.html>>)

Recebido a 24/04/2014. Aceite para publicação a 11/10/2016.

Elsa Pegado (elsa.pegado@iscte.pt). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Egas Moniz, Centro de Investigação Interdisciplinar (CiiEM). CIES-IUL, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

AS LÓGICAS DA EXCLUSÃO URBANA NO CONTEXTO PORTUGUÊS: UMA PERSPECTIVA SUL-NORTE

URBAN EXCLUSION RATIONALES IN PORTUGAL: A SOUTH-NORTH PERSPECTIVE

Elena Tarsi

■ Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Resumo

A exclusão urbana é um fenómeno em crescimento no contexto português da crise e das medidas de austeridade. Apesar disso, as lógicas subjacentes são ainda pouco debatidas e sistematizadas, reduzindo a exclusão urbana ao somatório das exclusões sociais no território. Neste artigo, a autora aponta para o papel do “urbano” na produção e reprodução da exclusão através da identificação de quatro lógicas principais e das relações de interdependência entre elas. Esta formulação conceptual resulta do confronto com a realidade brasileira, na qual o fenómeno se apresenta como estrutural, sendo por isso mais facilmente inteligível.

Palavras-chave: exclusão urbana, perspectiva Sul-Norte, Brasil, Portugal

Abstract

Urban exclusion is a growing phenomenon in Portugal, in a context of economic crisis and austerity. Despite this, the underlying rationales are still hardly debated or systematised, reducing and subsuming urban exclusion to the generalised social exclusions found on the territory. In this paper, the author underlines the role of “the urban” in the production and re-production of exclusion, through the identification of four main rationales and interdependencies among them. This conceptual formulation arises from comparison with Brazilian reality, where urban exclusion is structural and therefore more easily intelligible.

Keywords: urban exclusion, South-North perspective, Brazil, Portugal

Introdução

O presente artigo expõe uma reflexão sobre o fenómeno da exclusão urbana em Portugal. Fá-lo partindo do reconhecimento de quatro lógicas que subtendem o fenómeno e que são identificadas a partir de uma comparação entre a realidade metropolitana brasileira e a portuguesa. Este foco comparativo surge de três diferentes considerações: (1) em primeiro lugar, do reconhecimento do carácter periférico de ambos os países no âmbito da economia internacional. O Brasil tem assistido ao desenvolvimento dos seus sistemas metropolitanos nos anos 80 sob a influência das políticas de carácter neoliberalista, através dos Programas de Ajuste

Estrutural.¹ As áreas metropolitanas de Portugal, por outro lado, estão em processo de transformação, apesar de ainda difícil leitura, devido às políticas de austeridade. Como sublinhado por Cavero e Poinasamy, “os Pacotes de Ajustamento Estrutural têm uma semelhança notável com as medidas de austeridade a ser implementadas na Europa de hoje e, a partir deles, podemos estabelecer comparações úteis sobre o impacte potencialmente destrutivo da austeridade” (Cavero e Poinasamy, 2013: 16). (2) Em segundo lugar, considero útil superar a “dominação conceptual” dos países da Europa do centro sobre os países da periferia, ou seja, a tendência, apontada por vários estudiosos (Diogo, 2006; Fortuna, 2012) de não reconhecer as particularidades das

condições sociais e económicas dos países menos influentes e os diferentes fenómenos urbanos que estas condições produzem. (3) Em terceiro lugar, como sublinhado por Fortuna (2012), uma contribuição específica do Brasil para os estudos urbanos é a de ter conseguido superar os limites disciplinares particulares na abordagem das questões urbanas, que, dada a própria natureza do fenómeno, precisam de uma perspectiva transdisciplinar.

O facto de a autora ter desenvolvido por muitos anos estudos teóricos e empíricos sobre a segregação e a exclusão urbana no contexto brasileiro (veja-se Tarsi, 2013; 2014) permite traduzir as visões adquiridas para entender os processos em acção nas metrópoles portuguesas e ao mesmo tempo abrir novos espaços heurísticos de investigação comparativa do mundo urbano actual.

A oportunidade da perspectiva Sul-Norte

Como sublinhado por muitos autores (Bauman, 2004; Levitas, 2005; Wacquant, 2008a), onde é maior a exclusão social menores são a qualidade da vida urbana e o bem-estar da população, com graves danos para o conjunto da sociedade – não somente para os mais vulneráveis. De facto, o tema da exclusão social na cidade está rigorosamente ligado ao da violência e da segurança.

O corte dos investimentos públicos em políticas de habitação, a insolvência de muitas famílias incapacitadas de pagar os créditos à habitação, as novas derivas dos processos de gentrificação e a pressão do capital imobiliário são só algumas das dinâmicas que estão a transformar profundamente o espaço urbano e o tecido social nos países europeus periféricos como Portugal, os que mais sofreram com a crise (Rodrigues *et al.*, 2015).

A nível global, a experiência urbana dos países do Sul torna-se paradigmática em relação a um processo que interessará sempre mais os países do Norte. Como apontado por Carlos Fortuna (2015: 3) "estas 'outras cidades', como a generalidade das cidades latino-americanas, contêm em si um potencial heurístico inestimável e largamente inexplorado para se ensaiar uma reforma da teoria urbana". A re-emergência da construção informal do espaço, a radicalização do discurso sobre a segurança e o consequente aumento de condomínios fechados, o controle dos espaços públicos, a sistemática periferização da população economicamente vulnerável, são todas dinâmicas que transformam significativamente a cidade europeia e que impõem novas perspectivas capazes de entendê-la e governá-la.

Com o objectivo de reflectir sobre estes fenómenos proponho utilizar os esquemas interpretativos desenvolvidos para compreender as dinâmicas urbanas nos países latino-americanos (Brasil), aplicando-os a uma leitura das actuais transformações das

metrópoles europeias (Portugal). Muitos estudos tiveram como objecto a formação do espaço urbano brasileiro (Maricato, 2001; Rolnik, 2003; Santos, 1982 e 1996; Villaça, 2001; 2012), cujas problemáticas foram objecto do debate a partir do processo de democratização do país (1985) e tiveram um novo impulso com a criação do Ministério da Cidade no primeiro Governo Lula (2003). As cidades brasileiras tornam-se um terreno de estudo privilegiado do fenómeno da exclusão urbana porque este se apresenta aí como estruturante da formação do tecido urbano. Parece difícil estabelecer uma comparação entre países tão profundamente diferentes como o Brasil e Portugal em termos de posição geográfica, extensão, processos históricos e ciclos económicos, mesmo restringindo o âmbito do confronto à análise da exclusão urbana. A escolha de utilizar as categorias analíticas desenvolvidas para entender a metrópole brasileira baseia-se na hipótese de que a condição semi/periférica que caracteriza o enquadramento dos dois países no sistema económico e político internacional contribua para produzir fenómenos espaciais parecidos em contextos historicamente e socialmente muito diferentes. O foco comparativo permitirá evidenciar como no caso português estarão também presentes as condições para criar metrópoles fortemente duais em termos sociais. Se confrontarmos os dados estatísticos sobre o défice quantitativo de alojamentos nas duas áreas metropolitanas do país, nomeadamente em 2001 e 2011 (INE, 2015), podemos observar que apesar da forte diminuição da presença de alojamentos não-clássicos, o número absoluto das famílias residentes em hotéis e similares ou em convivência, mais do que duplicou nos dois contextos. A percentagem de famílias que residem em regime de ocupação partilhada permaneceu a mesma na AML [Área Metropolitana de Lisboa] enquanto na AMP [Área Metropolitana do Porto] a percentagem diminuiu substancialmente. Os dados parecem contraditórios porque, se por um lado sugerem a leitura duma geral melhoria das condições de habitação nas duas áreas metropolitanas do país, ao mesmo tempo apontam para o crescimento de uma parte da população sem as condições mínimas.

A hipótese que estou a explorar é a de que exista um processo a que alguns economistas chamam latino-americanização dos países do Sul da Europa (Araújo, 2010; Bichara, 2012; Moisés, 2011), visível não só nos aspectos da reestruturação do Estado e das políticas económicas, mas também na produção de fenómenos de dualidade e exclusão urbana. Sem dúvida estes fenómenos dependem dos contextos específicos em que ocorrem, mas, como sublinha Harvey (2011), enquadram-se definitivamente num modelo de cidade construído globalmente sob a influência do sistema económico neoliberal nas políticas urbanas. O contexto português será aqui analisado considerando apenas as dinâmicas

que afectam as duas maiores metrópoles do país, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A importância de definir os contornos da exclusão urbana

O conceito de exclusão não tem fundamento sem a dicotomia inclusão/exclusão e, conseqüentemente, sem a existência de um limite entre as duas condições. Segundo Foucault (1978) este limite é definido por uma determinada cultura através de um processo histórico e representa então um fenómeno social e cultural sujeito a contínuas mudanças e redefinições no decurso do tempo. Partindo da ideia de que existe uma multiplicidade de formas de viver uma cidade, ligadas à intrínseca desigualdade de acesso da população aos recursos económicos e às oportunidades culturais, onde estará o limite além do qual definimos o excluído? E, acima de tudo, quais são as forças que contribuem para definir e modificar este limite? A análise conceptual apresentada neste artigo é uma tentativa de leitura da complexidade do fenómeno evidenciando os vínculos específicos que articulam o espaço urbano com a economia, a política, a retórica e a ideologia. O fenómeno da exclusão social foi amplamente debatido através de uma vasta gama de perspectivas analíticas e políticas (Geddes, 2000; Silver, 2007); historicamente ligado à pobreza e marginalidade (Park, 1915; Simmel, 1903), a evolução do conceito passou de um *focus* sobre a privação material à incapacidade de usufruir plenamente o desenvolvimento social e económico e os direitos políticos (Levitas, 2005). Numa visão mais radical, a exclusão foi descrita como um processo activo, guiado por forças de poder e por mecanismos das três esferas do mercado, da sociedade civil e do Estado (Castells, 1995; Levitas *et al.*, 2007; Sen, 1992). Como afirmam Power e Wilson (2000), a exclusão social refere-se à incapacidade de uma dada sociedade de incluir os grupos e os indivíduos no que esperamos de uma sociedade e tornou-se um problema urbano, tal como a agenda da exclusão social é já uma agenda urbana (Power e Wilson, 2000). Contudo, a exclusão social, apesar de fundamental na produção dos espaços da segregação e marginalização, é de facto insuficiente para explicar as lógicas de formação de tais espaços e a relação entre estes e a cidade. Por isso, a exclusão urbana não pode ser considerada exclusivamente como o somatório dos diferentes graus de exclusão social que se verificam num determinado lugar da cidade; também tem de ser investigada a especificidade do espaço e das dinâmicas da sua construção para determinar a exclusão que se verifica especificamente naquela cidade.

O carácter excludente congénito da cidade brasileira permite-nos destacar os aspectos da sociedade que a produz e sublinhar as principais lógicas de

exclusão que subtemem a marginalização social e espacial nas metrópoles brasileiras. Estas mesmas lógicas determinam situações excludentes também no contexto europeu, principalmente quando a sociedade, sob a pressão das políticas de liberalização e, como no caso português, de austeridade, assiste a um rápido aumento da dualidade tanto social como espacial (Abreu *et al.*, 2013: 116).

Nos parágrafos seguintes vou sintetizar quatro lógicas principais que identifico como componentes estruturais do fenómeno da exclusão urbana, todas elas evidentes no contexto brasileiro. Cada lógica compõe-se de diferentes tipologias de dinâmicas, originadas ou pela sociedade, ou pela instituição do Estado ou pela componente que pretendo introduzir nesta análise, a saber, as dinâmicas propriamente urbanas. As lógicas assim definidas serão então utilizadas como instrumento conceptual para explorar o contexto português com o objectivo de iluminar a importância das dinâmicas urbanas na determinação do fenómeno da exclusão urbana.

A lógica da desigualdade (ou da injustiça)

Se olharmos a paisagem da metrópole brasileira com os seus arranha-céus ao lado das favelas, percebemos logo uma desproporção em termos da qualidade dos diferentes espaços urbanos construídos por e para distintas camadas da população. A primeira lógica identificada reside, pois, no grau de desigualdade da sociedade que produz o espaço. Desigualdade primariamente de tipo económico, que permite à população ter acesso a habitação e a espaços urbanos com características qualitativas diferentes. Paralelamente à desigualdade económica, as desigualdades em termos sociais e de acesso ao poder político influenciam profundamente não só o acesso à habitação, mas também ao mais amplo "direito à cidade" (Lefèbvre, 1967). Como evidenciado por muitos estudiosos da sociedade brasileira (Arantes, Maricato e Vainer, 2000; Freire, 1970; Santos, 1987; Villaça, 2001), o problema mais profundo do Brasil não é a pobreza, mas sim a desigualdade: isso aponta para esta distância entre cidadãos como tendo uma específica responsabilidade na reprodução da pobreza, passando esta a ser então uma consequência em vez de uma causa. A lógica da desigualdade (ou da injustiça) é alimentada no Brasil por quatro fenómenos: (1) a herança social e económica do passado colonial, (2) na qual é importante sublinhar a específica herança social e económica da escravatura, (3) o consequente acesso a uma cidadania restrita; (4) e enfim, a interiorização destas heranças no contexto do Estado que se manifesta no que podemos chamar "racismo institucional".

O Estado democrático, baseado nos conceitos de igualdade e solidariedade, foi de facto implementado

num país em que a herança colonial era ainda muito profunda, apesar de dissimulada, um país muito marcado pelas diferenças raciais e económicas. Descrevendo a figura do “senhor – cidadão”, Chaui salienta a alma da sociedade brasileira: “conserva a cidadania como um privilégio de classe, tornando-a numa concessão regulada pela elite, com o poder de retirá-la quando quisesse (como na ditadura)” (Chaui, 1986: 53). Como sublinha Lopez (2012), quando tratamos dos conceitos de igualdade, equidade e cidadania na sociedade brasileira não podemos prescindir da perspectiva racial. No Brasil a academia lidou com a problemática racial através da construção de uma identidade nacional privilegiando os conceitos de mestiçagem e democracia racial, que constituiriam historicamente a singularidade do Brasil, contrastando com os exemplos de segregação racial dos Estados Unidos ou da África do Sul (Lopez, 2012). O processo de construção ideológica do Brasil como uma nação mestiça, a partir do século XIX, baseou-se em tomar como dado adquirido a fusão harmoniosa das raças e das culturas, chamada *a posteriori* “democracia racial”. Esta idealização esconde, segundo Haufbauer (2000), um projecto de “branqueamento” da Nação permitindo a permanência das hierarquias raciais existentes. De facto, a passagem da escravatura ao trabalho livre aconteceu sem políticas direccionadas à inclusão económica, social e política da população afro-descendente.

Milhares de cidadãos no Brasil vivem concretamente uma cidadania de segunda categoria. Esta concretiza-se também na qualidade dos serviços das instituições direccionados às camadas distintas da população, o chamado racismo institucional, na definição da *Commission for Racial Equality* (UK): “a incapacidade de uma organização de prestar um serviço adequado às pessoas por causa da sua cor, cultura ou origem étnica. Isto pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que resultam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagem a pessoas de minoria étnica” (Sampaio, 2003: 79). No caso brasileiro o racismo institucional não funciona somente com base étnica, mas também tem muito que ver com a componente territorial: os serviços públicos (educação, saúde, transporte) nas áreas da cidade habitadas pela população de baixo rendimento são de qualidade muito inferior aos das zonas da cidade onde há maior concentração de população rica. As instituições públicas fornecem dois graus diferentes de serviços a cidadãos de primeira ou segunda classe.

A desigualdade no contexto português

Vou agora analisar sob esta mesma perspectiva o contexto português. Os dados europeus

que calculam o coeficiente de GINI² revelam que, embora isto não seja tão evidente como no caso brasileiro, a sociedade portuguesa actual mostra o grau de desigualdade mais alto dos países da União.³ Neste mesmo ano, os rendimentos dos 20% mais ricos do país eram 5,7 vezes superiores aos dos 20% economicamente mais vulneráveis (Eurostat, 2012). Segundo o estudo de Carmo e Cantante (2015) sobre a desigualdade em Portugal, os serviços públicos (saúde, educação e habitação) fornecidos pelo Estado contribuíam mais do que em outros países da Europa para a notável redução do coeficiente de GINI. As políticas de austeridade, por constrangerem o Estado a fortes cortes nos sectores públicos redistributivos, têm como efeito o aprofundamento da desigualdade. Segundo a visão de Costa (2012) as desigualdades sociais contemporâneas encontram suporte cultural num conjunto de crenças que emergem das cinzas de anteriores formas de injustiça e têm vindo a disseminar-se socialmente. Entre estas torna-se factor decisivo a crença na inevitabilidade de tais situações. Por exemplo, “o racismo e o sexismo institucionalizados deram em grande parte lugar a novas formas de ‘preconceito’, explícita ou implicitamente assentes em crenças na superioridade de uns e na inferioridade de outros, sendo estas (superioridade e inferioridade) agora frequentemente consideradas como de base genética, embora também de base sociocultural” (Costa, 2012: 23). O passado colonizador manifesta-se hoje em Portugal na numerosa população proveniente das antigas colónias a partir da década de 70. A integração tanto no sistema económico como no tecido da cidade dos novos “cidadãos” não foi de modo algum estimulada ou acompanhada pelo Estado. Estas condições foram ainda mais limitadas pelas restrições de acesso à cidadania portuguesa, com as consequentes impossibilidades de acesso aos direitos reconhecidos. A situação portuguesa é similar à de outros países europeus: a construção da identidade europeia implicou a identificação de barreiras simbólicas e físicas com os “outros”, os “estrangeiros”. A abolição das barreiras internas de circulação das pessoas coincidiu com o reforço das fronteiras comunitárias. Este processo de construção identitária baseado na exclusão, misturou-se com uma visão monocultural e racista que assimilou ao binómio “nós / os outros” um juízo moral “normalidade / patologia”. Por isso, como sublinhado por Almeida, “o imigrante é representado, nas sociedades de acolhimento, como alguém que intrinsecamente não lhe pertence” (Almeida, 2002: 65). Segundo ele, “nacionalismo e colonialismo alimentaram-se mutuamente” porque o “Estado-Nação permitia conceber uma ideia de ‘comunidade’ que elidia as diferenças e desigualdades internas (de género, de classe, de região, etc.), a Colónia, por outro lado, assegurava a ordem ‘natural’ de uma desigualdade

hierárquica, implícita na ideia de que alguns povos ou nações seriam superiores e teriam a obrigação de tutelar os outros, inferiores” (Almeida, 2002: 63). O racismo contribui para a manutenção de uma classe subalterna, fonte de mão-de-obra de baixo custo, sem representação política e sem reivindicações. Isto porque, diversamente da desigualdade com base económica, que gerou lutas de classe, o racismo age de forma subtil, levando as próprias vítimas a assimilarem e reproduzirem a sensação de inferioridade. Representa em definitivo um dispositivo de controlo institucional, e de bio-poder (Foucault, 1978). O facto de que muitos países da UE ainda aplicarem o *Ius Sanguinis*⁴ (Portugal fê-lo até 2006) e não garantem os mesmos direitos de cidadania a crianças e adultos que nasceram e sempre viveram no país, contribui para reproduzir formas de exclusão que se reflectem também no acesso à cidade: estes cidadãos hóspedes não podem, por exemplo, ter acesso ao crédito para compra de casa ou à habitação social. Segundo o ultimo relatório da Amnistia Internacional (2015), em Portugal a discriminação das comunidades cigana e de origem africana é ainda muito significativa. Em termos de acesso à habitação, esta discriminação é sublinhada pelo estudo de Malheiros e Fonseca (2011) que demonstra como é mais difícil para população de origem brasileira ou africana ter acesso ao mercado de arrendamento privado por causa de preconceitos culturais. Esta discriminação é substancialmente racial-cultural, independentemente de nacionalidade (Malheiros e Fonseca, 2011: 28). Este mesmo racismo manifesta-se nas instituições, uma vez que elas são o reflexo da sociedade: são exemplares os casos de violência policial contra os cidadãos de origem africana que moram nas periferias de Lisboa ou a prática de despejos de famílias inteiras dos bairros auto-construídos sem nenhuma alternativa. A dificuldade das mesmas instituições em reconhecerem a própria atitude racista impede a implementação de medidas necessárias para uma mudança.

Os fenómenos que alimentam a desigualdade em Portugal podem ser assim sintetizados: (1) a imigração, como herança de um país que durante séculos foi colonizador, (2) o acesso restrito à cidadania da União Europeia e (3) o racismo institucional.

A lógica da localização

O que defino como lógica da localização compreende um conjunto de dinâmicas urbanas que produzem a exclusão e a segregação nas metrópoles. Das quatro, esta é a lógica que põe o acento nas específicas componentes que determinam a exclusão urbana como fenómeno em si e não como somatória de diferentes graus de exclusão social no contexto urbano; considero este aspecto relevante sendo

uma das contribuições deste artigo para melhor entender o fenómeno da exclusão.

A escolha do termo refere-se à teoria elaborada pelo geógrafo Milton Santos (1996), que foi o primeiro a dar uma descrição clara de como a cidade brasileira se organiza através da concentração de diferentes classes sociais em determinadas áreas da cidade desde o início do processo de urbanização maciça. Mas deve-se a Flávio Villaça (2001) a definição do conceito em relação as infra-estruturas, aos transportes e a acessibilidade e da ligação destes factores com a segregação urbana. Esta lógica no contexto brasileiro é orientada por três fenómenos diferentes: (1) pela estreita relação entre mercado imobiliário especulativo e a tendência para a segregação (Villaça, 2001); (2) em segundo lugar pelo papel do transporte e das infra-estruturas viárias na orientação das transformações urbanas; (3) e por último pelo papel do Estado (através do planeamento ou falta do mesmo) na contribuição para a tendência para segregação (Maricato, 2001).

Como sugerido por Villaça (2001), para se entender o fenómeno da segregação nas metrópoles brasileiras é necessário ir além da análise circunscrita a unidades de bairro e conceber a segregação como um processo através do qual diferentes classes ou grupos sociais tendem a concentrar-se em determinadas regiões. Vale a pena lembrar o conceito de localidade tal como proposto por Antony Leeds (1968), que sugere a mesma perspectiva. Este antropólogo critica os estudos sobre a cidade no âmbito das Ciências Sociais por utilizarem na maioria dos casos o conceito de comunidade como unidade de análise. Perde-se assim, de facto, a relação de uma área específica com a estrutura complexa da cidade e, para mais, com o âmbito extra-local (como, por exemplo, as políticas nacionais ou as influências internacionais sobre políticas urbanas). Por isso sugere o emprego do conceito de localidade, que permite considerar como parte da análise as influências directas que a cidade, considerada como uma entidade, tem sobre partes dela. Esta mudança de perspectiva permite ver mais facilmente a relação entre a segregação e a totalidade da estrutura urbana. Uma vez que os empreendimentos imobiliários se localizam nos eixos das melhores infra-estruturas viárias, é fácil entender como eles definem os rumos desta dupla segregação. É necessário então que a mobilidade espacial intra-metropolitana seja “incorporada na análise como um processo inerente à estruturação do espaço urbano e não como objecto de estudo em si, o que possibilita trabalhar com a perspectiva da mudança permanente da realidade social” (Correa do Lago, 2000: 16). No que se refere à localização da classe de maior poder económico, existe também uma componente simbólica na escolha do lugar que, como salientam, entre outros, Henrique

(2011) para o caso brasileiro e Lopes (2013) para o português, estão ligados principalmente aos conceitos de exclusividade e do privilégio da paisagem: áreas perto do rio ou do mar são as que mais sofrem a pressão imobiliária e a construção de condomínios de luxo.

Por outro lado, as políticas de habitação pública tiveram um papel fundamental nesta divisão em zonas mais ou menos homogêneas: durante os anos 70 e 80 as construções dos bairros sociais, sobretudo através das COHABs⁵ de âmbito estatal, decretaram verdadeiras vertentes de desenvolvimento das cidades das camadas economicamente mais vulneráveis. Construídos regra geral em terrenos poucos valorizados, muitas vezes ainda classificados como agrícolas, nas periferias das cidades, constituíram verdadeiros convites à ocupação dos espaços desocupados entre os novos bairros e os núcleos urbanos.

No contexto português nos últimos anos, a partir da introdução das medidas de austeridade, tornou-se mais clara a importância da especulação financeira e das políticas de liberalização do mercado do arrendamento, por exemplo, no aprofundamento dos processos de gentrificação dos centros históricos (Mendes, 2014; Queirós, 2013).

Alves (2013), através da análise dos dados estatísticos sobre a região metropolitana do Porto, põe em evidência como existe uma divisão por sectores em termos socioeconómicos e de habitação. Segundo o autor "os processos de produção e apropriação do espaço têm gerado um distanciamento cada vez maior entre estratos sociais provocando uma segregação socioespacial que tem origem na desigualdade socioeconómica e em decisões de política urbana" (Alves, 2013: 371). Entre estas últimas, refere as políticas de salubridade e de renovação do centro histórico e de realojamento dos seus residentes nos bairros de habitação social da periferia. "Em conjunto com a ação do mercado imobiliário, estas decisões no domínio da habitação e do planeamento urbano, reforçaram as tendências de bipolarização da estrutura socioeconómica do Porto" (Alves, 2013: 366).

Através do confronto com o fenómeno brasileiro é possível salientar que, dentro da lógica da localização, no contexto português, agem as três dinâmicas seguintes: (1) os processos de gentrificação e a consequente expulsão das populações dos centros históricos e de áreas que se tornam interessantes para o mercado imobiliário, acompanhados pelo fenómeno de uma grande quantidade de imóveis devolutos; (2) o papel dos transportes, em termos de mobilidade e acessibilidade, na valorização diferencial das regiões metropolitanas e consequente tendência para a segregação; (3) e o papel do Estado como executor destas políticas especulativas através de práticas de expulsão e da sua histórica

responsabilidade no processo de periferização das camadas vulneráveis da população.

Nas duas maiores áreas metropolitanas do país, o Estado, através das suas políticas de habitação social, tem contribuído de facto para o processo sistemático de periferização e muitas vezes de guetização das populações com menor poder económico e, logo, para o que Augusto define como "especialização da pobreza" (Augusto, 2000: 3). Um exemplo recente é o Programa Espacial de Realojamento⁶ que, a partir da década de 90, realojou as pessoas que habitavam nos bairros de barracas dos municípios em novas construções sociais que nada tinham aprendido das experiências europeias dos anos 60 e 70, em termos de concentração maciça de populações socialmente vulneráveis, como sublinhado por Cachado (2013: 149).

Por outro lado, os processos de reabilitação urbana dos centros históricos, voltados para o incremento do turismo, contribuem para uma nova fase de substituição de população em termos sociais e económicos. Mais uma vez, o papel do Estado neste processo de gentrificação é central: primeiro através dos planos de revitalização da primeira década do novo século e mais recentemente através da nova "lei das rendas" (Mendes, 2014). O centro histórico do Porto, que tinha sofrido um processo de forte degradação na década de 80, tem sido objecto a partir do ano 2000 do "Masterplan para revitalização urbana e social da Baixa do Porto":⁷ segundo Queirós (2013), o programa tem levado à expulsão da população idosa que ainda residia no bairro através do seu realojamento em áreas menos centrais, com objectivo de construir uma nova imagem do centro da cidade capaz de atrair investimentos principalmente ligados ao sector turístico. Lisboa mostra um cenário diferente, primeiro pelas dimensões e pela diversidade das áreas que compõem o antigo centro da cidade e secundariamente porque o processo de gentrificação está a manifestar-se paralelamente ao de turistificação da cidade: o papel do Estado foi promover o processo através da revitalização de áreas específicas, da venda de património público a privados (hotéis) e da aprovação de uma lei das rendas que vai expulsar os velhos moradores e acabar com a completa perda do antigo tecido social e económico do centro.

Outro aspecto a ser notado é o papel específico da localização dos transportes públicos rápidos (linhas do metro e do comboio suburbano) e das infra-estruturas viárias: a melhor acessibilidade determina a valorização de áreas e, por sua vez, esta valorização chama novos investimentos neste sector.

Um dos poucos estudos que vão na direcção de investigar a relação estreita, ainda que de difícil leitura, entre o desenvolvimento urbano e a exclusão social em Portugal é o de Ribeiro (2014), que através do casamento entre a geografia dos transportes

(mobilidade e acessibilidade) e a exclusão social, aponta para a necessidade de “reflectir em que medida os territórios estão a potenciar o crescimento da exclusão social” (Ribeiro, 2014: 18).

A lógica da dualidade

No Brasil a cidade espontânea foi sempre descrita pela contraposição com a cidade legal: a favela é o lugar da desordem; a cidade formal representa pelo contrário a ordem. A dicotomia entre favela e asfalto é a encarnação da dualidade brasileira que inspirou contemporaneamente imaginários preconceituosos ou poéticos, que deu origem a conflitos extremos, mas também a forte identidade. Dentro da lógica da dualidade, considero como relevantes para reprodução da exclusão urbana: (1) o discurso dicotómico entre cidade legal e ilegal; (2) a diferença entre as condições de direito de uma parte da população e as de sobrevivência da outra; (3) novamente o papel do Estado através do planeamento ou da sua ausência; (4) enfim, o que poderemos chamar a prática do “estado de excepção” (Agambem, 2003).

Durante o século passado a favela representou um dos fantasmas predilectos do imaginário urbano: lugar da carência, da marginalidade, do vazio, do perigo do outro, diferente do cidadão civilizado da metrópole. A elite sempre olhou para favela com medo: a necessidade de controlar este medo encontrou no início a retórica higienista e em seguida a da violência. A “desordem” das classes populares e das suas práticas tem de ser controlada, limpada, organizada, corrigida. Este controle manifesta-se em práticas do poder que podem ser descritas pelo conceito do “estado de excepção” (Agambem, 2003): a utilização do exército nas favelas para combater o crime, ou as demolições de centenas de casas para favorecer interesses privados são só alguns exemplos. Aliás, “as práticas estatais nas margens (em estado de excepção) não podem ser entendidas em termos de lei e transgressão, mas como práticas que se encontram simultaneamente dentro e fora da lei” (Magalhães, 2012: 124). O planeamento urbano é influenciado por esta mesma atitude: somente uma parte dos planos passa a ser realizada, a sua aplicação segue a lógica da cidadania restrita (Aran-tes, Maricato e Vainer, 2000: 165) e incide sobre e representa somente uma parte da cidade, criando uma espécie de sinédoque ideológica: ou seja, uma parte da cidade representa o total.

No contexto português a dualidade do espaço urbano não é tão evidente como nas metrópoles brasileiras; todavia, pelo confronto com este paradigma é possível revelar que existiu e existe ainda hoje: (1) uma forte retórica higienista por parte da sociedade e do Estado em relação aos espaços produzidos para e pela população vulnerável; (2)

uma forma de controlo sobre “o diferente” através de imagens urbanas heterotópicas (Foucault, 1982); (3) embora quantitativamente não tão relevante como no Brasil, uma parte da população (neste momento histórico em crescimento) que sobrevive na cidade; (4) as práticas políticas que também em Portugal reproduzem o “estado de excepção”.

Em Portugal, o binómio formal/informal foi construído historicamente, a partir dos anos 50 e 60, com referência a dois fenómenos principais: as “ilhas” do Porto, habitações para operários que se multiplicaram no tempo da revolução industrial, e os bairros auto-construídos mais recentemente, chamados de “barracas”.⁸ Na análise dos programas públicos que a seu tempo lidaram com os espaços construídos e com as maneiras de habitar das classes desfavorecidas é fácil reconhecer na base um discurso comum. A começar pelo “Plano de Melhoramento da cidade do Porto” (1956-1966), o “Plano de Salubridade das Ilhas do Porto” (1956), passando pelo “Plano Especial de Realojamento” (1993), até as mais recentes demolições do bairro do Aleixo ou do bairro de São Nicolau no Porto, a problematização refere-se aos “problemas de criminalidade, prostituição e toxicod dependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas” (Cachado 2013: 142). O problema das condições vem sempre acompanhado pela criminalização da população residente: estes dois factores conjugados justificam as demolições e a transferências das pessoas para lugares sem valor económico e onde as condições das habitações e do habitat nem sempre são melhores. As elites burguesas sempre tiveram o objectivo declarado de, pelo menos, limpem socialmente determinadas zonas que ganhavam o interesse do mercado (Queirós, 2013) e ao mesmo tempo de contribuírem para uma mudança de estilo de vida das suas populações (Cachado, 2013: 141). É por isso que o conceito de Foucault (1982) dos lugares da heterotopia, ou seja, os lugares onde a sociedade é representada e negada ao mesmo tempo, é útil para descrever a forma como a sociedade portuguesa (e a brasileira também) representou a cidade dos desfavorecidos e lidou com ela. Esta cidade representa o que uma cidade não deveria ser, uma espécie de espelho ao contrário, onde vemos o que não queremos para a nossa sociedade, mas, ao mesmo tempo, olhamos para ela. É uma forma de negação e precisa, portanto, de medidas de controlo e possivelmente de limpeza.

A lógica do estigma

Esta última lógica, apesar de parecer sobreposta à precedente, traz uma contribuição importante na medida em que introduz o factor da auto-reprodução

do sujeito. O estigma territorial, como definido por Wacquant (2008a), é tão limitante como o estigma de género e o racial. O morador da favela sofre os preconceitos derivantes do simples facto de ele viver num determinado lugar, nos vários domínios da sua vida privada e pública, como por exemplo na dificuldade de acesso ao trabalho ou ao crédito. Este estigma é compartilhado com os que vivem nos bairros populares das periferias ou nos bairros de barracas de Portugal. O estigma limita a criação de um sentido de pertença ao lugar, já que estimula um juízo negativo que o próprio morador reproduz. Assim, ao longo do tempo, os bairros sociais construídos pelo Estado tornaram-se guetos, ou mais correctamente anti-guetos, segundo a reconstrução conceptual de Wacquant (2008b: 115): "heterogeneidade étnica, fronteiras porosas, diminuição da densidade institucional e incapacidade para criar uma identidade cultural compartilhada tornam essas áreas o exacto oposto de guetos". Como sublinhado em referência à exclusão social, o estigma territorial também tem um "carácter cumulativo, dinâmico e persistente [...], constituindo simultaneamente causa e consequência das múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismo e fragmentação social" (Rodrigues *et al.*, 1999. 65). No contexto português, na maioria das vezes, o estigma territorial sobrepõe-se ao estigma racial, ligado à cor da pele, que actua da mesma forma através de uma auto-reprodução do sujeito que passa a ser o primeiro a alimentar o fenómeno. Além disso, em Portugal, o actual fenómeno das insolvências e das incapacidades de muitas famílias em ter acesso a uma casa digna estimula uma nova forma de auto-produção de estigma: o insucesso individual não vem sendo percebido como um problema estrutural do país ou da economia, e em muito poucos casos tem produzido movimentos de resistência ou debates sobre os pressupostos do direito à habitação. Vale a pena acrescentar que "a designação dos indivíduos

como pobres ou excluídos não é inocente, dado que tem importantes efeitos ao nível da identidade social e da reprodução das desigualdades" (Diogo, 2006: 262). A criação da identidade social sofre a influência do estigma territorial que é reproduzido pela sociedade através dos *media*. O emprego de termos como "pobres", "marginais", "excluídos" sempre que se fale de áreas específicas da cidade e o tipo de notícia, de violência ou roubo, sempre associada a determinados bairros, são exemplo desta tendência.

Breves reflexões para novas perspectivas

As grandes metamorfoses do mundo urbano actual necessitam de novas perspectivas analíticas e paradigmas capazes de interpretar, compreender e subsequentemente gerir o desafio que as metrópoles representam no mundo global de hoje. As reflexões aqui apresentadas surgiram da necessidade de: (1) reconhecer a especificidade da exclusão urbana no âmbito da exclusão social e de (2) identificar as forças subjacentes à exclusão urbana através da maior facilidade de leitura do fenómeno no contexto brasileiro, pretendendo-se através desta comparação (3) iluminar as lógicas menos evidentes no contexto português.

O esquema a seguir (Quadro 1) resume as componentes das lógicas propostas para uma leitura comparativa entre os dois contextos. É possível observar como muitas das componentes identificadas são análogas apesar das diferenças geográficas e históricas que caracterizam os dois países. Esta observação permite-nos afirmar, em primeiro lugar, que existe uma responsabilidade específica do Estado na produção das lógicas que determinam a exclusão urbana. Secundariamente possibilita avançar na hipótese de que exista uma correspondência nos fenómenos que estas componentes determinam, por exemplo a periferização da população econo-

Quadro 1 ▸ Esquema das componentes das lógicas de exclusão nos dois contextos

	Brasil	Portugal
Lógica da desigualdade (económica, social, política)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escravatura 2. Acesso restrito à cidadania 3. Racismo institucional 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Imigração 2. Cidadania UE 3. Racismo institucional
Lógica da localização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Especulação/segregação 2. Mobilidade e acessibilidade 3. Papel do Estado (planeamento) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gentrificação 2. Mobilidade e acessibilidade 3. Papel do Estado (planeamento e práticas)
Lógica da dualidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Legal/Illegal 2. Direito/sobrevivência 3. Planeamento/ausência 4. "Estado de excepção" 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retórica higienista 2. Direito/sobrevivência 3. Heterotopia – controlo 4. "Estado de excepção"
Lógica do estigma	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estigma territorial (Wacquant) 2. Cor da pele (escravatura) 3. Auto-reprodução 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estigma territorial (Wacquant) 2. Cor da pele (imigração/colonialismo) 3. Auto-reprodução

micamente vulnerável, as características das áreas informais, a auto-segregação da população com mais poder económico.

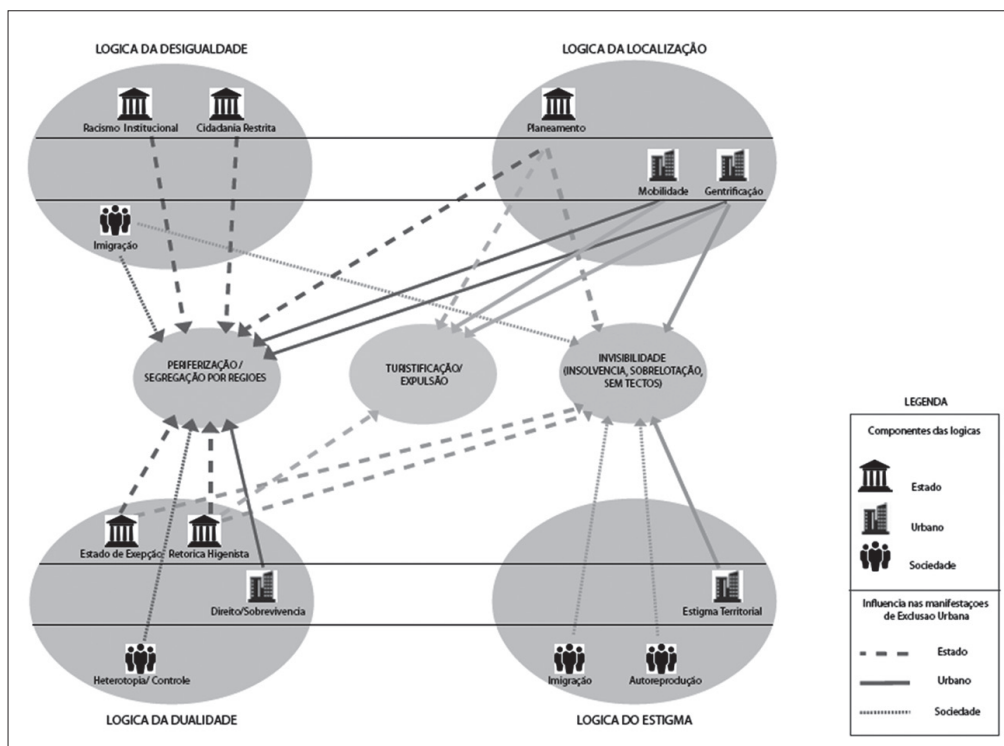
Uma vez identificadas as forças subjacentes às lógicas da exclusão urbana no contexto português e as suas manifestações mais salientes, é importante pôr em evidência a componente preponderante de cada conceito identificado, ou seja, a sua ligação a um aspecto da sociedade, da organização do Estado ou do carácter urbano. Para obter mais um plano de análise é possível evidenciar as relações de causalidade entre as componentes das lógicas identificadas e as situações concretas que reflectem o fenómeno da exclusão urbana. Estas podem ser resumidas assim: 1) a histórica tendência para a periferização da classe pobre através dos planos higienistas e das políticas de habitação social, à qual podemos somar a tendência para a segregação por regiões; 2) os processos de turistificação dos centros das cidades e a consequente expulsão da população idosa e de imigrantes que ali reside; 3) finalmente, os fenómenos ditos invisíveis, tais como a sobrelocação das casas devida a insolvência no crédito à habitação; o difícil acesso dos imigrantes à compra e arrendamento de casa; o número crescente de pessoas sem-abrigo devido ao desemprego e à falta de apoios públicos e de políticas de habitação.

No Esquema 1 são sintetizadas as relações de causalidade entre as componentes das lógicas e as manifestações mais relevantes da exclusão urbana no contexto português.

O esquema apresenta dois níveis distintos de leitura: o primeiro identifica o "carácter" de cada componente das quatro lógicas, atribuindo-o à responsabilidade do Estado, da sociedade ou ao âmbito das dinâmicas urbanas. O segundo descreve quais das componentes de cada lógica contribui para definir os processos actuais de exclusão urbana. O esquema permite uma leitura simplificada das responsabilidades do Estado – através de políticas, legislações e práticas – na produção de situações de exclusão e também do papel específico das dinâmicas urbanas neste processo.

Esta formulação, apesar de ser necessariamente uma simplificação, representa um instrumento conceptual que pretende contribuir para a compreensão do fenómeno complexo e multidimensional da exclusão urbana. Mostra claramente o papel do Estado na produção da exclusão urbana e põe também em evidência como a componente ligada às dinâmicas urbanas contribui para produzir exclusão de forma tão relevante como os outros tipos de problemáticas subjacentes à exclusão social, apesar da sua responsabilidade específica poucas vezes ser reconhecida.

Esquema 1 ▸ Esquema das relações de causalidade entre as componentes das lógicas e as manifestações mais relevantes da exclusão urbana no contexto português (Elaboração do autor).



Desta análise parece-me importante salientar algumas possíveis reflexões que servem de conclusão a este artigo, mas que abrem, por sua vez, novas possibilidades de análise e debate sobre o processo de mudança em acção nas metrópoles portuguesas. Em primeiro lugar, embora as manifestações de exclusão urbana não sejam tão evidentes em Portugal como no Brasil, as lógicas que a produzem estão sendo reforçadas pelas medidas de austeridade e irão produzir novos fenómenos; é possível que exista com a América Latina uma convergência de dinâmicas de transformação das metrópoles ligadas aos planos neo-liberais (parecidos com os PAS dos anos 80 e 90). Em segundo lugar, há que reconhecer e discutir o papel do Estado na produção e reprodução da exclusão, tanto pela formulação da legislação como pela elaboração de programas e políticas de habitação fundados ainda numa retórica de dualidade. Finalmente, há que superar a dicotomia inclusão/exclusão, à qual, como sugere Sassen, é necessário sobrepor a lógica complexidade/elementaridade: segundo esta socióloga, os mecanismos complexos tais como os instrumentos financeiros elaborados por matemáticos e incompreensíveis para a maioria das pessoas, conduzem a impactes elementares, mas ao mesmo tempo brutais em diversos territórios locais (Sassen, 2014). Exemplo disso são os milhares de famílias insolventes por causa do crédito para habitação e da crise económica, que acabam perdendo a casa e ficando com a dívida, apanhadas num círculo descendente de vulnerabilidade. Isto é possível quando as políticas locais obedecem a lógicas globais esquecendo as bases dos direitos e da democracia.

Agradecimentos

Muito agradeço o apoio financeiro providenciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/82510/2011), bem como os comentários e recomendações dos avaliadores anónimos.

Notas

- Os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) desenvolvidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial são condições económicas, financeiras, políticas e ideológicas exigidas pelas agências financeiras multilaterais, que incluem a liberalização do comércio e da indústria, mas também a desregulamentação e a privatização da propriedade estatal, de indústrias e serviços.
- O Coeficiente de GINI consiste em um número entre 0 e 1 e é utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda. O 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade.
- Segundo o Eurostat, em 2011 o Coeficiente de GINI de Portugal era 0,34, (média europeia 0,31). No mesmo ano no Brasil o Coeficiente calculado foi de 0,52, o menor da sua história (dados IPEA).

- O princípio do *jus sanguinis*, ou seja, é cidadão português o indivíduo filho de pai português ou mãe portuguesa, regulamentou a nacionalidade portuguesa até 2006. Pela Lei Orgânica n.º 2 de 17 de Abril de 2006 e pelo Decreto-Lei n.º 237-A de 14 de Dezembro de 2006, foram introduzidas alterações à Lei da Nacionalidade que a modificaram substancialmente. De entre essas alterações destaca-se o reforço do princípio do *ius soli*, o que constitui a concretização do reconhecimento de um estatuto de cidadania a quem tem fortes laços com Portugal.
- As Companhias de Habitação surgiram no 1965 em seguida à instituição do BNH—Banco Nacional de Habitação para implementar a política de habitação federal no âmbito local (estatal e municipal) através da construção de conjuntos habitacionais de interesse social.
- O PER foi legislado a 7 de Maio de 1993 através do Decreto-Lei n.º 163/93.
- O programa foi guiado pela PORTO VIVO, sociedade pública criada em 2004 para a recuperação dos imóveis antigos e para a requalificação do tecido urbano.
- Na Área Metropolitana de Lisboa no início dos anos 80 existiam 16.585 famílias a viver em “barracas”, concentradas, além do concelho de Lisboa, nos municípios limítrofes de Amadora, Loures e Oeiras. A maioria era de imigrantes sem capacidade económica (Cachado, 2013: 139).

Referências bibliográficas

- ABREU, A., et al. (2013), *A crise, a troika e as alternativas urgentes*, Lisboa, Edições Tinta-da-China.
- AGAMBEM, G. (2003), *Stato di eccezione*, Torino, Bollati Boringhieri.
- ALMEIDA, V. D. M. (2002), “Estado, Nação e multiculturalismo”, *Manifesto*, 1, pp. 63-73.
- ALVES, S. (2013), “Factores e processos de segregação sócio-espacial: o caso do Porto nas últimas décadas”, *I Associação Portuguesa de Geógrafos*, pp. 364-372.
- ARANTES, O.; E. Maricato e C. Vainer (2000), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, Editora Vozes.
- ARAÚJO, J. A. E. (2010), “El mecanismo europeo de estabilización o la latinoamericanización de Europa”, *Sociologia Critica*, 5 de Junho 2010. Disponível em: <https://dedona.wordpress.com/2010/06/05/el-mecanismo-europeo-de-estabilizacion-o-la-latinoamericanizacion-de-europa-jose-a-estevez-araujo/>
- AUGUSTO, N. M. (2000), “Habitação social: da intenção de inserção à ampliação da exclusão”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Porto.
- BAUMAN, Z. (2004), *Wasted Lives. Modernity and its Outcasts*, Cambridge, Polity Press.
- BICHARA, J. D. S. (2012), “Latinoamericanización del Sur de Europa”, 27 Setembro 2012. Disponível em: <http://augustoplato.blogspot.pt/2012/09/latinoamericanizacion-del-sur-de-europa.html#.VLeuMyfdl4y>
- CACHADO, A. R. (2013), “O programa especial de reaquecimento: ambiente histórico, político e social”, *Análise Social*, 206, pp. 134-152.

- CARMO, R. M. e F. Cantante (2015), "Desigualdade, redistribuição e o impacto do desemprego. Tendências recentes e efeitos da crise econômico-financeira", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, pp. 33-51.
- CASTELLS, M. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris, Fayard.
- CAVERO, T. e K. Poinasamy (2013), *A Cautionary Tale. The True Cost of Austerity and Inequality in Europe*, Oxfam Report.
- CHAUÍ, M. (1986), *Conformismo e resistência*, São Paulo, Brasiliense.
- CORREA DO LAGO, L. (2000), *Desigualdades e segregação na Metrópole*, Rio de Janeiro, Revan, Fase.
- COSTA, A. F. (2012), "Desigualdades globais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, pp. 9-32.
- DIOGO, F. (2006), "Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contextos portugueses", *Forum Sociológico*, 15/16, pp. 261-276.
- FORTUNA, C. (2012), "In Praise of Other Views: The World of Cities and the Social Sciences", *Iberoamericana*, XII (45), pp. 137-153.
- FORTUNA, C. (2015), "Velhas cidades, novíssimas metrópoles: um outro cânone urbano", XII CONLAB, Lisboa 1-5 de Fevereiro 2015.
- FOUCAULT, M. (1978), *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France 1977-1978*, Seuil, Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1982), "Space, Knowledge and Power", *Skyline*, 3, pp. 16-20.
- FREIRE, G. (1998 [1970]), *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- GEDDES, M. (2000), "Tackling Social Exclusion in the Europe Union? The Limits to the New Orthodoxy Local Partnership", *International Journal of Urban and Regional Research*, 24 (4), pp. 782-800.
- HARVEY, D. (2011), *Le capitalisme contre le droit à la ville*, Paris, Editions Amsterdam.
- HAUFBAUER, A. (2000), "Ideologia do branqueamento - racismo à brasileira?", *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto.
- HENRIQUE, W. (2011), "Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e região metropolitana", *Mercator*, 10 (21), pp. 63-80.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2015), *Estatística da construção e habitação 2014*, Lisboa, INE.
- KOGA, D. (2003), *Medidas de cidades*, São Paulo, Cortez Editora.
- LEEDS, A. (1994 [1968]), "The Anthropology of Cities: Some Methodological Issues", in R. Sanjek (ed.), *Cities, Classes and the Social Order*, Ithaca and London, Cornell University Press, pp. 233-246.
- LEFÈVRE, H. (2012 [1967]), *O direito à cidade*, Lisboa, Estudo e Livraria Letra Livre.
- LEVITAS, R. (2005), *The Inclusive Society. Social Exclusion and New Labour*, Palgrave, Basingstoke.
- LEVITAS, R., et al. (2007), *The Multi-Dimensional Analysis of Social Exclusion*, London, Cabinet Office Social Task Force.
- LOPES, J. Teixeira (2013), "Os condomínios da burguesia: modos de habitar e segregação espacial em Lisboa e Porto", *Interseções*, 15 (1), pp. 7-28.
- LOPEZ, L. C. (2012), "O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde", *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16 (40), pp. 121-134.
- MAGALHÃES, A. (2012), "Entre o legal e o extralegal. A reatualização da remoção de favela no Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 14 (1), pp. 119-133.
- MALHEIROS, J. e L. Fonseca, (2011), "Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal", *Estudos do Observatório da Imigração*, 48, Lisboa, ACIDI.
- MARICATO, E. (2001), *Brasil, cidades: alternativas para crise urbana*, Petrópolis, Editora Vozes.
- MENDES, L. (2014), "Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith", *Cadernos Metrôpoles*, 16 (32), pp. 487-511.
- MOISÉS, N. (2011), "La latinoamericanización de Europa", *El País*, 6 Novembro 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/11/06/internacional/1320534010_850215.html
- PARK, R. E. (1915), "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behaviour in the City Environment", *The American Journal of Sociology*, 20 (5), pp. 577-612.
- POWER, A. e W. J. Wilson, (2000), *Social Exclusion and the Future of Cities*, Centre for Analysis of Social Exclusion, London, London School of Economics.
- QUEIRÓS, J. (2013), "Social Housing Demolition as State-led Gentrification in Porto's City Centre", *ISA RC43 Conference - July 10-12*.
- RIBEIRO, V. (2014), *Exclusão social: um fenómeno invisível*, Faro, Sillabas & Desafios.
- RODRIGUES, E. V.; E. Samagaio, et al. (1999), "A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal", *Sociologia*, Porto, Faculdade de Letras.
- RODRIGUES, J.; A. Cordeiro Santos e N. Teles (2015), *A financeirização da Economia Portuguesa*, 2º Relatório Anual, Observatório sobre Crise e Alternativas.
- ROLNIK, R. (2003), *A cidade e a lei*, São Paulo, Fapesp/Studio Nobel.
- SAMPAIO, E. O. (2003), "Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de carácter afirmativo no Brasil", *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 4 (6), pp. 77-83.
- SANTOS, M. (1982), *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*, São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. (1987), *O espaço do cidadão*, São Paulo, Studio Nobel.
- SANTOS, M. (1996), *A natureza do espaço*, São Paulo, EdUSP.

- SASSEN, S. (2014), *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*, London, Harvard University Press.
- SEN, A. K. (1992), *Inequality Reexamined*, Oxford, Oxford University Press.
- SILVER, H. (2007), *The Process of Social Exclusion: The Dynamics of an Evolving Concept*, CPRC Working Paper 95, Providence, Brown University.
- SIMMEL, G. (1996 [1903]), *La Metropoli e la vita dello spirito*, Roma, Armando Editore.
- TARSI, E. (2013), "Global Challenges and Local Identity: Integrated Transformation of Informal Areas as a Basis for Social Inclusion", *Planum. The Journal of Urbanism*, 2 (27), pp. 43-51.
- TARSI, E. (2014), *FAVELAS. Il Brasile della città informale tra esclusione e partecipazione*, Firenze, Editpress.
- VILLAÇA, F. (2001), *Espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel.
- VILLAÇA, F. (2012), *Reflexões sobre as cidades brasileiras*, São Paulo, Studio Nobel.
- WACQUANT, L. (2008a), *Urban Outcasts*, Cambridge, Polity Press.
- WACQUANT, L. (2008b), "Ghettos and Anti-Ghettos: An Anatomy of the New Urban Poverty", *Thesis Eleven*, 94, pp. 113-118.

Páginas da Web

- Eurostat (2012), *Income Inequality Statistics*. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Income_inequality_statistics [Último acesso: 10 Maio 2016]
- Fundação AMI. Disponível em: <http://ami.blogs.sapo.pt/> [Último acesso: 10 Maio 2016]
- Relatório da Amnistia Internacional sobre Portugal (2015). Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/Relatorio%20Anual/2014/Re_AI2015_Portugal.pdf [Último acesso: 10 Maio 2016]

Recebido a 16/07/2015. Aceite para publicação a 04/10/2016.

Elena Tarsi (elenatarsi@ces.uc.pt). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Aatosartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.

FAMÍLIA EMPRESÁRIA E COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS

ENTREPRENEUR FAMILY AND ENTREPRENEURIAL COMPETENCES

Jorge Rodrigues

■ Instituto Politécnico de Lisboa & Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

Resumo

O modelo ideal de família preconizado na modernidade enfatizava o amor romântico, o matrimónio ideal e o afeto como base da vida familiar. Hoje, a ênfase parece estar no bem-estar do momento, sem importar o passado. Assim, o objetivo deste artigo é o de procurar compreender as relações entre as competências empreendedoras assentes no individualismo e a composição da família empresária, a cada momento. Cada geração tende a dispersar pelos seus públicos o acervo de património herdado, com a maioria das empresas familiares que desaparecem a terem como causa principal os conflitos familiares não resolvidos. Assim, através de uma pesquisa exploratória sobre as competências empreendedoras e a teoria baseada nos recursos, procurou-se contribuir para a definição do conceito de família empresária e o modo como esta depende e influencia os seus membros.

Palavras-chave: competências, família empresária, poder, redes de relações

Abstract

The family ideal model recommended in previous times emphasizes romantic love, ideal marriage and affection as a basis for family life. Today, the emphasis seems to be on the welfare of the moment, regardless the past. The objective of this theoretical essay is trying to understand the relationship between the entrepreneurial skills based on individualism and the entrepreneur family composition, in every moment. Each generation tends to disperse by their public the heritage collection inherited. In consequence most of family businesses disappear, having as main cause unresolved family conflicts. Thus, through an exploratory research on the entrepreneurial skills and theory based on resources, we tried to define the concept of family entrepreneur and how this depends on and influences its members.

Keywords: skills, business family, power, relations networks

Introdução

Um dos debates mais promissores entre académicos, entidades governamentais, sociólogos, antropólogos, psicólogos e teólogos, prende-se com a definição do conceito família (Allouche e Amann, 2000; Floriani, 2012: 40; Gallo *et al.*, 2009). Será que as diferentes conceções culturais de família variaram no tempo? A resposta é afirmativa e o modo como a família é definida afeta significativamente os resultados dos estudos empíricos (Bettineli *et al.*, 2014: 178).

A família sofreu uma série de transformações ao longo dos séculos e as mudanças continuam a

acontecer. Se antes o conceito de família variava de acordo com a cultura, hoje esse desafio está no seio da mesma cultura, onde coexistem diferentes combinações de família (Machado, 2005: 322). A família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura desse sistema, moldando-se às condições de vida que dominam num determinado espaço no tempo. A realidade do séc. XXI mostra um declínio do casamento, um aumento dos divórcios, uma subida da coabitação, múltiplos arranjos conjugais e novos laços de parentesco (Rosa e Chitas, 2010). A questão que se coloca ao empresário é a seguinte: quem é família e que capital simbólico esta lhe disponibiliza? (Bettineli *et al.*, 2014; Bourdieu, 1978; Habbershon

e Williams, 1999). A resposta a esta questão tem sido tentada muitas vezes, em função da dinâmica da família através dos tempos (Bettineli *et al.*, 2014: 163). Da aceitação da sua definição irá depender a evolução do negócio familiar, a liderança da família ou a divisão da herança (Floriani, 2012: 57; Gallo *et al.*, 2009: 52). Reconhecendo a importância do recurso capital simbólico, o grupo social família empresária orienta a sua aprendizagem empreendedora para a captação, manutenção, e utilização do mesmo. Este capital simbólico pode surgir por via endógena ou ser atraído para a família empresária através de membros externos ao clã, o que fará desta, em determinado momento, uma coligação de conveniências assente nos recursos e capacidades de que a mesma necessita e não controla. Esta é uma abordagem política que considera o conflito de interesses dos membros da família empresária pelo acesso a esse recurso, coloca exigências, articula interesses e influencia a formulação de políticas (Guedes, 2010: 7).

Assim, a estrutura do artigo comporta a introdução ao problema a tratar, depois aborda o que se entende por competências para, no ponto três, desenvolver o conceito de família empresária, enfatizando a teoria baseada nos recursos, os seus públicos e respetivas interações sociais, bem como as mudanças nas características desse tipo de família. Nas conclusões procuram retirar-se ilações úteis da problematização sobre o tema em discussão. Por fim, as referências bibliográficas.

Competências empreendedoras da família empresária

Competências empreendedoras

Tomamos aqui como premissa que os membros da família empresária são indivíduos que detêm, em algum grau, competências empreendedoras: o que eles precisam de saber, saber fazer e saber agir, para enfrentarem o mundo globalizado e para identificarem oportunidades de negócio (Zampier e Takahashi, 2011: 569). Logo, é importante entender como aqueles membros adquirem, desenvolvem e mantêm atualizado o corpo de conhecimentos específicos que possa contribuir para o desenvolvimento do negócio familiar.

As competências são aqui entendidas como as aptidões detidas por um indivíduo, as quais, quando mobilizadas através de ações específicas, possibilitam a prossecução de objetivos previamente definidos (Zampier e Takahashi, 2011: 569). Esta junção de competências com ações levou à criação do conceito de competência empreendedora, definida por Snell e Lau (1994) como sendo o corpo de conhecimentos, área ou aptidão, qualidades pessoais ou características, atitudes, visões ou motivações

que, de diferentes formas, podem contribuir para o pensamento ou ação efetiva do negócio. Antonello (2005) define a competência empreendedora como o conjunto de conhecimentos, aptidões e atitudes que viabilizam a um indivíduo imprimir a sua visão, estratégias e ações na criação de valor (tangível ou intangível) para a sociedade. Logo, vamos considerar a competência empreendedora como um corpo de conhecimento, área ou aptidão, qualidades pessoais ou características, atitudes, visões ou motivações que, de diferentes formas, podem contribuir para o pensamento ou ação efetiva do negócio e que permite a um indivíduo imprimir ações, estratégias e a sua visão na criação de valor, tangível e intangível, para a sociedade. Estas competências empreendedoras são recursos intangíveis importantes, que poderão ser aportados pelos elementos da família com origem fora do clã. É o capital social (Bourdieu, 1980b), constituído pelas relações de interconhecimento e de reconhecimento, que permitem dispor de cumplidades e de auxílios importantes na defesa de interesses próprios. Quanto mais numerosa for essa rede de contatos, quanto mais recursos detiverem e quanto mais forte for o relacionamento dos indivíduos com os seus conhecimentos, mais robusto será o seu recurso em capital social (Almeida, 2013: 38). Estas atitudes empreendedoras são desde muito cedo socializadas pelos filhos de pais empreendedores, pela sua imersão num espaço familiar onde estão expostos a situações e problemas vivenciados pela família, levando-os a desenvolverem as suas perceções de autoeficácia empresarial (Fayolle e Bégin, 2009: 14), as quais se refletirão ao longo da sua vida.

Tipologias de competências empreendedoras

A competitividade é fortemente influenciada pelas competências do empreendedor (Man e Lau, 2000), o que permite categorizar as competências em seis áreas distintas (Man e Lau, 2000):

- a) Competências de oportunidade. Estão relacionadas com a identificação, avaliação e procura de oportunidades de negócios. Um empreendedor deve estar apto a identificar os cenários favoráveis aos objetivos organizacionais e atuar sobre as potenciais oportunidades de negócios transformando-as em situações favoráveis.
- b) Competências de relacionamento. Referem-se aos relacionamentos pessoais do empreendedor que podem influenciar na definição do caminho a ser seguido num determinado negócio.
- c) Competências concetuais. Referem-se às capacidades de avaliar situações de risco que surgem em decorrência das suas ações

- em qualquer ambiente. Ou seja, o empreendedor tende a correr riscos calculados. Tem também a capacidade de perceber situações por ângulos diferentes e de forma positiva.
- d) Competências de gestão. Envolvem a eficiente afetação de talentos humanos, recursos físicos, financeiros e tecnológicos. Para tal é preciso que o empreendedor tenha a capacidade de planejar, organizar, dirigir, motivar, delegar e controlar.
 - e) Competências estratégicas. Referem-se à escolha e implementação das estratégias do negócio. Nestas, os empreendedores concebem cenários de longo prazo, objetivos de médio e curto prazos alcançáveis, além de elaborarem estimativas de viabilidade financeira e de mecanismos de controlo dos seus resultados.
 - f) Competências de comprometimento. Procuram a aptidão de manter a dedicação do gestor ao negócio, principalmente em situações adversas, além de demonstrarem a dedicação do empreendedor e do seu trabalho árduo, participando em tudo o que acontece na organização, em detrimento da sua vida pessoal.

Aprendizagem empreendedora

A aprendizagem empreendedora é um processo contínuo que facilita o desenvolvimento do conhecimento necessário para começar novos empreendimentos e administrá-los, sendo os conhecimentos advindos da aplicação do acervo intelectual do indivíduo e da sua experiência pessoal e utilizados para orientar a escolha de novas experiências (Zampier e Takahashi, 2011: 571). Logo, é um processo social contínuo de aprendizagem individual em que as pessoas aprendem com as suas próprias experiências e com as dos outros. A aprendizagem empreendedora pode derivar da experiência, da cognição e do *networking* (Man, 2006):

- a) A abordagem experiencial sugere que a aprendizagem é um processo em que os conceitos derivam da experiência e são continuamente modificados pela reflexão do indivíduo;
- b) Para a abordagem cognitiva a aprendizagem empreendedora é um processo mental de aquisição, armazenamento e uso do conhecimento a longo prazo. Esse processo é afetado por fatores emocionais, motivacionais, de atitude e de personalidade;
- c) O *networking* coloca o foco nas redes de relacionamento do indivíduo, incluindo clientes, fornecedores, bancos, educação universitária, profissionais de outras empre-

sas, parentes, amigos e mentores – ou seja, capital social (Bourdieu, 1980b).

Assim, na aprendizagem empreendedora parece haver características de ordem pessoal ocultas – como motivações, traços e conceitos – bem como competências visíveis, que se caracterizam em aptidões e conhecimento distintos, que podem ser melhoradas com o tempo. Estas competências, sejam advindas da personalidade, melhoradas pela aquisição de conhecimentos ou por práticas de gestão, no conjunto dos membros que trabalham na empresa familiar e fazem parte da família empresária, são consideradas a chave para o sucesso e bom desempenho económico, financeiro e social daquele tipo de empresas.

Família empresária

Conceito de família empresária

A continuidade dos negócios familiares é, em geral, baixa, sendo aceite pelos investigadores que a maioria das crises é originada involuntariamente, pois, nenhum empresário pensará em prejudicar o seu negócio ou as relações familiares, quando decide que a sua família se relacione com a empresa que ele próprio fundou (Zapatero *et al.*, 2012).

A família empresária como campo de investigação ainda está na sua infância (Bettineli *et al.*, 2014: 211; Randerson *et al.*, 2015: 143). Bettineli *et al.* (2014: 164) definem o construto família empresária como a resultante da sobreposição das interações dos comportamentos empreendedores da família, dos membros da família e do negócio da família. Ou seja, por família empresária entende-se um conjunto de pessoas, com vínculos familiares entre elas, que promovem a implementação de boas práticas e o desenvolvimento de vantagens competitivas nos negócios de que são proprietários, no pressuposto de estes serem ou virem a ser a fonte de geração de valor para o clã familiar (Zapatero *et al.*, 2012). Assim, referimo-nos à família como uma instituição ou estrutura social (Nordqvist e Melin, 2010: 214), a qual resulta da sobreposição dos construtos de família alargada, de empresa familiar e da capacidade empreendedora dos seus membros (Randerson *et al.*, 2015: 144).

É a falta de conhecimento acerca das características e particularidades do sistema, que se cria nas interações entre a família empresária e a empresa familiar, que origina um processo involuntário de confusões, sendo estas armadilhas as que desencadeiam a paulatina perda de competitividade do negócio, podendo chegar um momento, em que sob a propriedade da família empresária, a empresa familiar já não seja viável no mercado (Randerson *et al.*, 2015). Estas crises podem implicar uma

perda de património familiar ou uma deterioração das relações familiares (Gallo *et al.*, 2009: 51), pelo que os empresários que desejam manter a propriedade e/ou a gestão em poder da geração seguinte devem promover o processo de mudança da família empresária (Gallo *et al.*, 2009: 52). Esta pode ser aqui considerada como um grupo social especial, porquanto, é mais do que um grupo – é uma equipa – que persegue objetivos de negócio (D’Allura e Erez, 2009; Gallo *et al.*, 2009). O processo de mudança da família empresária é paulatino e estruturado, e inclui a análise, avaliação, definição e implementação de um conjunto de atividades que procuram (Carlock e Ward, 2010):

- a) Manter a competitividade da empresa, com a finalidade de a perpetuar como fonte de bem-estar económico do clã familiar.
- b) Constituir e/ou manter a família, ou parte dela, como uma equipa de trabalho. Para que um negócio familiar tenha êxito é importante manter uma família (Gallo *et al.*, 2009):
 1. Unida, em relação ao projeto de família que será a empresa;
 2. Preparada, para os papéis que lhe competem desempenhar;
 3. Comprometida, para evitar e prevenir a confusão entre família e empresa.

Como consequência daquelas atividades, havendo harmonia na família empresária, esta pode disponibilizar um conjunto único de recursos (*familiness*) à empresa familiar, vantagem competitiva que não está ao alcance das empresas não familiares (Habbershon *et al.*, 2003).

Teoria dos recursos e família empresária

Com base na teoria dos recursos – a qual defende que a vantagem competitiva de uma organização depende dos seus recursos internos – inicialmente apresentada por Penrose (1959) e popularizada por Wernerfelt (1984; 1995), Barney (1991) e Grant (1991), Habbershon e Williams (1999) introduziram o conceito de *familiness* como sendo o conjunto único de recursos postos à disposição de uma empresa familiar, pela família empresária que a detém. Este conceito tem sido enriquecido e refinado também por Astrachan *et al.* (2002), Habbershon *et al.* (2003), Klein *et al.* (2005). Estes últimos autores construíram mesmo uma escala de medição da potencial influência da família empresária sobre a empresa familiar, através das dimensões: poder, experiência e cultura (*F-PEC scale*). Irava e Moores (2010), por sua vez, identificam como dimensões daquele conceito os recursos humanos (reputação e experiência), recursos organizacionais

(tomada de decisão e aprendizagem) e recursos de relacionamento (redes de contactos). Estas redes de contactos podem ser assimiladas pelo conceito de capital social (Bourdieu, 1980b), enquanto benefícios resultantes dos atuais e potenciais recursos à disposição da empresa familiar, advindos da teia de relacionamentos detidos por um indivíduo ou unidade social.

No contexto das famílias empresárias este capital social desenvolve-se ao longo do tempo e de gerações, sendo formado pelos valores e normas da família (Frank *et al.*, 2010: 121). Ora, supõe-se que o conceito de *familiness* – nas suas dimensões humana, organizacional e de relacionamento –, resultará dos efeitos de sinergia de todos os seus membros, contribuindo, assim, para que o todo seja superior ao somatório das partes (efeito de sinergia). Nos casos de conflito no seio da família empresária, os membros da família não pertencentes ao clã – os membros do clã serão sempre família – poderão adotar uma de três estratégias alternativas (Hirschman, 1973):

- a) Abandono (*exit*). A estratégia de saída (ou voz não verbal) da família empresária traduz-se numa rotura e manifesta o amor-próprio e a capacidade que o membro de fora do clã tem para procurar outra situação que lhe seja mais favorável, contribuindo para minimizar o conflito; traduz uma situação de não conformidade com o grupo social que é a família empresária e, a ser banal, no longo prazo poderá levar ao desaparecimento da mesma.
- b) Reivindicação (*voice*). A estratégia de voz traduz-se em qualquer tentativa de modificação dos comportamentos da família empresária, em vez de abandono da mesma. É um estádio no qual se podem fazer objeções através de petições individuais ou coletivas dos membros da família aos responsáveis. Pode manifestar-se desde tímidos murmúrios até violentos protestos organizados. A estratégia de voz tem um custo e está condicionada ao poder de negociação e influência do membro no seio da família empresária. O volume de voz aumentará à medida que diminuem as oportunidades de saída.
- c) Lealdade (*loyalty*). Pertencer à família empresária poderá representar *status*, prestígio, segurança e reconhecimento, ao nível social e político. Assim, esta estratégia permite adiar a opção de saída, em situações semiabertas, dando espaço para os mecanismos de voz se manifestarem. Logo, a estratégia de lealdade parece por de lado a estratégia de saída, ao mesmo tempo que amplia a estratégia de

voz, usando a sua capacidade de influenciar os comportamentos da família empresária.

Portanto, o conceito *familiness* compreende o conjunto de recursos e capacidades idiossincráticos derivados da interação social entre a família - acervo histórico, tradições e ciclo de vida familiar das gerações, membros da família (seus interesses individuais, competências intrínsecas e estágio de vida pessoal em que se encontram os proprietários, os gestores participantes ou os restantes membros da família) e o negócio (ciclo de vida correlacionado com o estágio das empresas, as suas estratégias globais e estruturas de mercado) (Bornholdt, 2005: 40). É por isso que as empresas familiares e as famílias empresárias possuem características que dificilmente se reproduzem em negócios não familiares, tais como: a disposição para sacrifícios pessoais e familiares em épocas de crise, a forte reputação família-empresa no mercado, a lealdade e a confiança existentes entre familiares, a procura de relacionamentos - internos e externos - mais duradouros e uma liderança mais longa e estável - o chamado "efeito família" (Dyer, 2006), os investimentos de longo prazo e a sensibilidade às questões sociais da comunidade onde a empresa familiar se insere e atua. Assim, a família empresária, enquanto tipo de organização na qual as decisões relacionadas com os seus públicos são influenciadas pela sua relação com uma família ou famílias, está inserida em redes sociais de pertença, nos sistemas normativos e no contexto histórico, é dinâmica, complexa e pluralista, pelo que não poderá ser compreendida na sua globalidade através da utilização de teorias únicas ou por métodos lineares, gravitando em seu redor os conceitos de motivação, confiança, poder e liderança (Randerson *et al.*, 2015). Uma família empresária não é uma família comum, pois, possui também laços societários e/ou profissionais. Uma das evoluções introduzidas, a fim de gerir a complexidade que o passar do tempo introduz na família empresária e na empresa familiar, tem sido a implementação de um sistema de órgãos de governo da família (Carlock e Ward, 2010), seja formal ou informal. É o espaço privado da família empresária, onde só os familiares com ligações à empresa familiar têm acesso e podem nele permanecer. Nas famílias empresárias - detentoras de empresas familiares - a separação entre os espaços público e privado aparece de forma clara no discurso, mas na prática é algo muito difícil de ser atingido.

A família empresária, à semelhança das grandes estruturas organizacionais, também adota princípios para organizar o seu funcionamento e lograr o seu desenvolvimento - a governabilidade familiar (Carlock e Ward, 2010; Carney, 2005: 253; Gallo *et al.*, 2009: 64-66). A estrutura de governo na empresa familiar, por seu lado, deve ter em consideração os

interesses dos sócios ou acionistas familiares a médio e longo prazo, através do crescimento e continuidade da empresa familiar e promover a harmonia e bem-estar entre os membros da família empresária. Existe já uma panóplia de instrumentos (valores, cartas de ética, conselhos de família) para facilitar tal desiderato e que dão forma ao espaço privado da família empresária. Para além da preservação do património e da manutenção da harmonia familiar, trata-se de estabelecer e facilitar o diálogo entre as diferentes gerações (Gallo *et al.*, 2009: 39). Reverter o ditado "Pai rico, filho nobre e neto pobre", exige transferir para as gerações seguintes o património económico e também o legado que o acompanha e deu sentido ao que foi criado com esforço e dedicação - capital cultural (Bourdieu, 1979).

Os públicos internos da família empresária

O conceito de espaço público, hoje, refere-se a uma instância de reivindicação de poder, onde o papel da comunicação é importante, pois permite que os pontos de vista contraditórios se exponham e expliquem, e de certa maneira, se impeça a violência de um grupo ou grupos sociais sobre outro ou outros grupos sociais (Guedes, 2010). Logo, os públicos internos da família empresária são aqui entendidos como grupos de indivíduos dotados de liberdade de opinião e capacidade argumentativa com vista à obtenção de consensos (Guedes, 2010: 5): são a razão de ser dessa organização e determinam os diferentes modos de interação social entre a organização e os seus grupos de públicos. Os públicos podem ser internos, externos ou mistos, mas a maior dificuldade reside em encontrar um conceito de público ao qual se possa aplicar, de maneira lógica, as normas do relacionamento da família empresária. Para a definição de públicos da família empresária, numa perspetiva interna, no contexto deste artigo foram tidos em conta os sujeitos que se relacionam, têm interesses e objetivos diferentes nessa relação com aquele construto, com base em Murray (2001). Assim, pressupondo que qualquer organização é composta por vários públicos e que a família empresária é um espaço aberto de disputas e conflitos, mas também de experiências de partilha e troca, feita de diversidade e de dinamismo, portanto, que comporta ritmos de transformação que permitem reconfigurações relativamente fluidas e rápidas (Baptista, 2001: 72), elegemos cinco tipos de públicos internos diferentes, devido ao impacto que os mesmos poderão provocar na mudança dos papéis individuais na família empresária - seja enquanto negócio seja na propriedade da mesma - e respetiva alteração de equilíbrio de poderes entre eles (Casillas *et al.*, 2005: 27-33; Murray, 2001: 36; Suess, 2014: 140).

Tabela 1 ▶ Públicos internos e seus interesses típicos

	Públicos internos	Interesses típicos
1	Membros da família	Vida familiar estável, perspectivas de emprego, riqueza.
2	Membros da família que são proprietários	Dividendos, liquidez, outras mordomias.
3	Membros da família que trabalham na empresa familiar	Segurança, influência da cultura familiar na remuneração, nepotismo, orientação estratégica na empresa familiar.
4	Membros da família que são proprietários e trabalham na empresa familiar	Todos os interesses anteriores.
5	Membros da família, proprietários e com posição estratégica na empresa familiar	Todos os interesses anteriores, acrescidos da gestão de conflito de interesses através das relações de família, com foco no negócio e visão da empresa familiar.

Fonte: Adaptado de Murray (2001: 37)

Cada um destes públicos tem relações, interesses e objetivos diferentes no seu relacionamento com a família empresária e têm também pontos convergentes entre si, o que faz desta família um ser vivo que deve ser administrado levando em conta todos esses interesses (Bernhoeft e Gallo, 2003: 15), conforme as características e aspirações de cada um desses públicos.

Membros da família

A cada momento, um indivíduo da família desempenha um só papel. Alguns destes papéis são constituídos por uma mistura de família, propriedade, negócio ou liderança, com múltiplas perspectivas e interesses (Floriani, 2012: 57; Gallo *et al.*, 2009: 43; Murray, 2001: 36). Por essa razão, todos os membros da família, quer os descendentes diretos quer os que se incorporam na família, possuem algum tipo de interesse ou preocupação com a vida e o futuro das empresas em que a família participa. Estes tipos de atuação e influência refletem-se nas relações normais existentes entre os familiares ou em eventos representativos das tradições de qualquer dinâmica familiar – almoços, casamentos, batizados, aniversários, funerais – e são do foro do seu espaço privado. A família empresária é uma entidade que detém poder e possui uma dinâmica própria, onde vínculos e relacionamentos são regidos, na sua maioria, por fatores emocionais. Assim, parece ser um equívoco querer regulá-los com fórmulas estruturadas, como se de uma empresa se tratasse (Bernhoeft e Gallo, 2003: 17), se bem que certos vínculos (por exemplo, casamentos, divórcio, paternidade) possuam também uma vertente legal que poderá influenciar a forma como a família empresária se estrutura ou irá tratar os eventuais conflitos ou divergências. Esta família possui ainda muitos rituais que lhe conferem características próprias, cujas simbologias se tornam elementos importantes para qualquer abordagem aos seus membros. Através

do percurso de vida destes membros, a família vai desdobrar-se através de uma relação multifamiliar (Murray, 2001: 36); à família de origem deverão seguir-se outras “famílias alargadas”, também com as suas próprias características. Estas últimas famílias alargadas, em algumas situações, poderão contribuir para a integração e noutras situações poderão funcionar como elemento gerador de diferenças e conflitos de interesses ou valores, devido à sua profunda diversificação, complexidade e mudança do seu sistema de poder.

Membros da família que são proprietários

Este público constitui um agrupamento mutável ao longo das gerações. Os seus interesses sofrem alterações a cada nova configuração no controlo da empresa familiar. A saída de um membro da geração de controlo, ou uma doação antecipada, geram a entrada de novos membros, os quais não podem deixar de ser considerados nos seus interesses e expectativas. As participações começam a ter proporções e pesos diferentes, dependendo da forma como elas passam a ser divididas. Mais herdeiros, mais casamentos, filhos ou separações tendem a multiplicar a complexidade do sentir e agir deste público que tem uma sinergia e um relacionamento estreito entre a família e a empresa familiar. Daí, a importância da preparação deste conjunto de membros para o papel de acionistas, para que cada membro que se torne proprietário possa acrescentar valor ao património herdado (Bernhoeft e Gallo, 2003: 18; Floriani, 2012: 111; Gallo *et al.*, 2009: 78).

Membros da família que trabalham na empresa familiar

Em relação aos restantes membros da família, quer os descendentes diretos quer os que a ela se agregam, constituem um grupo de público que apresenta interesses e expectativas muito próprias,

podendo levá-los a questionar-se porque estão ali: se por mérito próprio ou se por caridade familiar?

Independentemente da resposta, um profissional familiar não pode negar o seu duplo papel, devendo estar preparado para lidar com esta ambivalência. Nas relações que continuarão a existir nos diferentes eventos familiares, este público continua a manter as suas teias de relações, sendo difícil evitar a sua contaminação por alguma decisão tomada no âmbito da empresa (Bernhoeft e Gallo, 2003: 21; Floriani, 2012: 113; Gallo *et al.*, 2009: 74).

Membros da família que são proprietários e trabalham na empresa familiar

A narrativa do ponto anterior, membros da família que trabalham na empresa familiar, ganha maior intensidade neste grupo de público, pois estas pessoas podem sentir-se ainda mais importantes e podem cometer o erro de confundir o seu papel de acionistas com as atribuições do cargo que ocupam. Submeter-se à hierarquia, disciplina, política salarial e outros procedimentos da empresa familiar é fundamental para que os papéis não se confundam. O seu raciocínio deve ser o de acrescentar valor ao património herdado, fortalecendo a família (Bernhoeft e Gallo, 2003: 21; Floriani, 2012: 111; Gallo *et al.*, 2009: 45).

Membros da família, proprietários, com posição estratégica na empresa familiar

O poder da geração descendente do fundador advém-lhe do seu vínculo com o trabalho. A partir da segunda geração este elo dá-se por um sistema de valores comuns e pelo capital que cada um herdará na sua devida proporção. Este impacto resulta do processo da sucessão na empresa familiar, consubstanciado na entrada de novos membros da família empresária e na saída de outros (Randerson *et al.*, 2015: 144). Uma clara definição da estrutura de poder através de comissões independentes será da maior importância. Tanto a família empresária como o vínculo societário exigem campos sociais distintos e competentes para lidar com questões estratégicas do capital, devendo ter-se pessoas competentes na gestão do negócio e representantes do capital devidamente preparados e legitimados no seu papel (Bernhoeft e Gallo, 2003: 23). A escolha destes profissionais deve ter em conta a sua capacitação técnica, ética, deontológica e a sua legitimidade. Reconhecer e aceitar estas capacidades irá tornar menos difíceis os relacionamentos com a família.

Interações dos públicos da família empresária

Na família empresária, o espaço público, originalmente um lugar físico comum de discussão,

foi transformado numa pluralidade de fóruns de discussão especializados, espaços públicos parciais de muitas vozes, com interesses convergentes e divergentes, que colocam exigências, articulam interesses e influenciam a formulação de políticas (Guedes, 2010: 6-7) – são as estruturas de representação da família empresária, na aceção de Gallo *et al.* (2009: 64). A arquitetura destas instâncias de mediação da família é proporcional à complexidade da família empresária, complexidade que resulta da dicotomia conflito *versus* negociação, própria de um mundo plural em saberes, onde surgem novos atores, nova argumentação e novas vozes (Guedes, 2010: 10). Estes espaços públicos e privados são microcosmos sociais que configuram novas formas de poder, demarcam modos de agir e de ser dos indivíduos, e a sua ampliação fortalece a família empresária (Guedes, 2010: 8-10). Trata-se de uma multiplicidade de públicos internos, de dimensões diferentes, que equivalem às redes de capital simbólico formado em torno de interesses especializados, afastando-se de um discurso comum (Guedes, 2010: 8).

Na sociedade moderna diferencia-se entre espaço público e espaço privado (Guedes, 2010: 2). Já não é tão frequente diferenciar entre espaço privado e espaço íntimo. Em qualquer caso, o que realmente existe são espaços que o indivíduo usa como cenários na representação que constituem as suas atuações. Estas atuações são públicas, privadas ou íntimas não em si mesmo, mas segundo o espaço em que se desenvolvem. Estes três tipos de atuações – públicas, privadas e íntimas – caracterizam-se por (Matos, 1996; Valdés, 2003):

- a) As atuações públicas são sempre observáveis (visíveis, audíveis ou outra forma de percepção);
- b) As atuações privadas poderão ser observáveis por permissão, por falta de cuidado dos atores ou por *voyeurismo* do observador;
- c) As atuações íntimas *não são* observáveis; o que se passa nesse espaço só pode ser inferido através do que o sujeito diz ou faz, inclusive com a sua inibição ou o seu silêncio.

Seguindo este raciocínio, neste artigo considera-se que a família empresária se insere nos espaços privados e íntimo. Deste modo, as suas atuações são públicas para os seus membros; são privadas, em relação aos restantes atores da sociedade, fora da família empresária. Serão íntimas quando essas relações se restringem apenas aos membros com origem no clã familiar. Por isso, os membros da família empresária deverão saber separar os seus papéis de:

- a) Membro da família – pais, irmãos, cunhados, noras, primos e outros;

- b) Acionistas – detentores de parte do capital social da empresa familiar;
- c) Executivo da empresa familiar – colaborador profissional da empresa familiar.

A não separação clara daqueles papéis poderá conduzir a problemas ou conflitos no seio da família (Floriani, 2012: 117-119). Para os diferentes grupos identificados em 3.3 – Os públicos internos da família empresária, sempre que pertençam a todos ou a algum dos âmbitos: família, propriedade, negócio, gestão e sucessão (Casillas *et al.*, 2005: 27-33; Suess, 2014: 140), os impactos sobre a empresa familiar far-se-ão sentir através de:

- a) Sobreposição entre família empresária e empresa familiar;
- b) Dificuldades para enfrentar a crescente internacionalização da empresa familiar;
- c) Dificuldades para enfrentar uma renovação organizacional;
- d) Dificuldades para planejar a sucessão da propriedade e da gestão da empresa familiar;
- e) Gestão do património familiar e a ineficácia dos órgãos de governo da empresa;
- f) Uma gestão inadequada da empresa familiar.

A análise das interações sociais, em nosso entender, preconizam o recurso ao modelo atores – atividades – atitudes (Nordqvist e Melin, 2010: 220-229) e aos conceitos: campo social, capital simbólico e *habitus* (Bourdieu 1971; 1978; 1986; 1989), com o intuito de permitir à família empresária disponibilizar um conjunto único de recursos à empresa familiar – recursos humanos (reputação e experiência), recursos organizacionais (tomada de decisão e aprendizagem) e recursos de relacionamento (redes de contatos), resultando num efeito de sinergia de todos os seus membros (Irava e Moores, 2010: 138). Os atores referem-se à família empresária em si; as atividades são as ações específicas tomadas pela família empresária em relação à empresa familiar; as atitudes são as abordagens da família empresária como um todo ou por um membro individual da família empresária, nos processos da empresa familiar.

O mundo social está dividido em campos, ou seja, o mesmo modo de pensamento aplicado a universos diferentes (Bourdieu, 1989 : 59), os quais constituem lugares de competição estruturada à volta de questões específicas. Logo, o campo social é um espaço simbólico, um local empírico de socialização, um microcosmos onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, com uma dinâmica que obedece a regras, princípios e, na família empresária, enquanto campo social, tem hierarquias próprias. Todos os que nele participam detêm mais ou menos os mesmos interesses, mas

onde cada participante, individualmente, detém mais interesses próprios se ocupar uma determinada posição. Por ter as suas próprias regras, os atores que nele atuam aceitam o desafio e aí procuram sobreviver, devido aos interesses em jogo (Bourdieu, 1971). Diferentes campos que se relacionem entre si originam espaços sociais mais abrangentes, conexos e influenciáveis. O capital simbólico refere-se às diferenças de poder existentes na sociedade, com as quais algumas pessoas ou instituições podem persuadir os demais das suas ideias. Essa capacidade diz respeito ao conhecimento, prestígio ou reconhecimento e corresponde ao conjunto de rituais (etiquetas, protocolo), que fazem com que as pessoas e instituições tornem as suas mensagens e discursos mais eficazes e convincentes (Bourdieu, 1978). O *habitus*, enquanto “sistemas de atitudes regulares e replicáveis” (Bourdieu, 1980a: 88), permite perceber, sentir, fazer e pensar de uma outra maneira, interiorizada muitas das vezes de modo inconsciente, por cada indivíduo, em função da sua experiência de vida (familiar, profissional, desportiva, política ou outra) e da sua trajetória social. Logo, o *habitus* é um conhecimento adquirido e também um “haver” (Bourdieu, 1989: 61) que funciona como um conjunto coerente de modelos geradores de estratégias pessoais (Bourdieu, 1980a, 1986). Este conceito de *habitus* é importante para compreender a pré-disposição dos membros da família empresária para participarem na luta pelo poder entre detentores de poderes diferentes (competição por uma posição na família empresária), nomeadamente, a partir do capital simbólico de cada um.

Assim, um membro da família empresária – independentemente de pertencer ou não ao clã familiar – que detenha alguma capacidade empreendedora que lhe seja intrínseca, deterá uma posição específica no seio da família empresária, que lhe mudará o seu conjunto de opções em relação aos outros membros dessa família; ao mesmo tempo, aquela capacidade empreendedora intrínseca e individual, proporciona à família empresária como um todo, certos comportamentos para com a empresa familiar.

Mudanças nas características da família empresária

Em geral, no final da segunda geração da família empresária e na primeira metade da etapa da sua vida na terceira geração, o ambiente na família torna-se mais complexo, graças à presença de um número maior de ramos familiares, à entrada de cônjuges, à existência de membros da família que podem ou não trabalhar na empresa familiar, a diferentes níveis de participação no capital desta e, provavelmente, a diferentes esperanças e interesses na empresa familiar (Bernhoeft e Gallo, 2003: 15-24). Este crescimento costuma levar à

diluição da propriedade e a que os membros da família empresária tenham participações diferentes no capital da empresa familiar. Na terceira geração, é rara a empresa familiar na qual não haja algum membro que deseje ou necessite de vender parte ou a totalidade da sua participação no capital, e poucas são as empresas familiares que estabelecem formas práticas para tornar isto possível (Bernhoeft e Gallo, 2003: 104). As mudanças na família empresária afetarão a empresa familiar, seguramente; por isso, a continuidade da empresa familiar procura desenvolvimentos nos modos de informar, participar e de fazer com que as eventuais separações na família não sejam traumáticas. Por isso, a família empresária é uma instituição na qual se desenvolvem e transmitem valores éticos, tais como a solidariedade no trabalho, o respeito pela autoridade e a crença no devir (Bienaymé, 2008: 7).

Conclusões

Na família empresária, os papéis e as responsabilidades dos membros da família baseiam-se num conjunto claro de regras – umas vezes implícitas, outras vezes explícitas ou um misto de ambas. As competências empreendedoras podem ser intrínsecas aos membros do clã ou podem ser atraídas do exterior, através da incorporação de membros que as detêm. Quando, na empresa familiar, os membros estão vinculados por laços de parentesco e confundem família, empresa e património, é de esperar que as decisões sejam tomadas mais pela emoção do que pela razão. A família empresária abriga no seu seio os mesmos membros que participam na empresa familiar, portanto, é importante prestar atenção ao vínculo familiar entre os envolvidos na gestão, no seio de cada modelo de empresa. O núcleo, basicamente, é o mesmo. O que muda são os instrumentos de governo familiar que nortearão as relações dos familiares com a empresa da família e com os outros sócios, além de estabelecer quais serão os órgãos de decisão dentro do processo do governo familiar.

Numa família empresária, não deve ser o amor fraterno a determinar uma promoção. É preciso que se tenha em mente a importância de manter a ascensão aos cargos mais elevados do negócio àqueles que possuem o melhor desempenho. Portanto, qualquer definição de cargos, promoções e bonificações deverá acontecer por mérito e estar indexada aos objetivos globais definidos para a empresa familiar.

Como consequência, o objetivo final deste artigo foi o de contribuir para a definição de família empresária, a partir da teoria baseada nos recursos, e de quais as competências empreendedoras necessárias, bem como o modo como a mesma interage com os seus públicos.

As limitações de um trabalho desta natureza decorrem da não pertença do autor a uma família empresária e a sua não inserção em redes sociais potenciadoras de capital social (Zamudio *et al.*, 2014), a que se deve juntar a habitual discrição dos seus membros e a não divulgação do que se passa no seio dessas famílias. Estas atuam num espaço que além de privado, nalguns casos, ainda, será íntimo, dificultando o questionamento e análise dos seus comportamentos intrínsecos. Por estas razões, parece ainda estar todo um caminho por fazer, na procura da delimitação do conceito de família empresária, cujo pontapé de saída se tentou acionar. Move-nos a convicção de que o caminho se faz caminhando, colocando pequenos marcos ao longo do mesmo, ainda que estas marcas possam vir a ser afastadas mais tarde, por já terem cumprido a sua função.

Referências bibliográficas

- ALLOUCHE, José e Bruno Amann, (2000), "L'entreprise familiale: un état de l'art", *Finance Contrôle-Stratégie*, 3 (1), pp. 33-79.
- ALMEIDA, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- ANTONELLO, Cláudia Simone (2005), "A metamorfose da aprendizagem organizacional: uma revisão crítica", in Roberto Ruas, Claudia Simone Antonello e Luiz Henrique Boff (orgs.), *Os novos horizontes da gestão: aprendizagem organizacional e competências*, Porto Alegre, Bookman, pp. 12-33.
- ASTRACHAN, Joseph H.; Sabine B. Klein and Kosmas X. Smyrniotis (2002), "The F-PEC Scale of Family Influence: A Proposal for Solving the Family Business Definition Problem", *Family Business Review*, 15 (1), pp. 31-58.
- BAPTISTA, Luís Vicente (2001), "Cidade e políticas sociais de habitação: armadilhas conceptuais e metodológicas", *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3, pp. 71-80.
- BARNEY, Jay B. (1991), "Firm Resources and Sustained Competitive Advantage", *Journal of Management*, 17 (1), pp. 99-120.
- BERNHOEFT, Renato e Miguel Gallo (2003), *Governança na empresa familiar*, Rio de Janeiro, Campus.
- BETTINELLI, Cristina; Alain Fayolle and Kathleen Randerson, (2014), "Family Entrepreneurship: A Developing Field", *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, 10 (3), pp. 161-236.
- BIENAYMÉ, Alain (2008), "La famille entrepreneuriale", *2^{èmes} Journées Georges Doriot*, 15-16, Paris.
- BORNHOLDT, Werner (2005), *Governança na empresa familiar: implementação e prática*, Porto Alegre, Bookman.
- BOURDIEU, Pierre (1971), "Le marché des biens symboliques", *L'Année Sociologique*, 22, pp. 49-126.
- BOURDIEU, Pierre (1978), "Capital symbolique et classes sociales", *L'Arc* 72, pp. 13-19.

- BOURDIEU, Pierre (1979), "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30 (30), pp. 3-6.
- BOURDIEU, Pierre (1980a), *Le sens pratique*, Les éditions de Minuit, Paris.
- BOURDIEU, Pierre (1980b), "Le capital social – Notes provisoires", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, pp. 2-3.
- BOURDIEU, Pierre (1986), "Habitus, code et codification", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 64, pp. 40-44.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Difel, Lisboa.
- CARLOCK, Randel S. and John L. Ward (2010), *When Family Businesses are Best: The Parallel Planning Process for Family Harmony and Business Success*, London, Palgrave Macmillan.
- CARNEY, Michael (2005), "Corporate Governance and Competitive Advantage in Family-Controlled Firms", *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29 (3), pp. 249-265.
- CASILLAS, José C.; Adolfo Vásquez e Carmen Díaz (2005), *Gestão da empresa familiar: conceitos, casos e soluções*, São Paulo, Thomson Learning.
- D'ALLURA, Giorgia and Amir Erez (2009), "The Family as a Group: Implications for Governance and Organizational Performance in Family Firms", *Per lo sviluppo, la competitività e l'innovazione del sistema economico*, Il contributo degli studi di organizzazione aziendale.
- DYER, W. Gibb (2006), "Examining the 'Family Effect' on Firm Performance", *Family Business Review*, 19 (4), pp. 253-273.
- FAYOLLE, Alain and Lucie Bégin (2009), "Entrepreneuriat familial: croisement de deux champs issu d'un double croisement", *Management International*, 14 (1), pp. 11-23.
- FLORIANI, Oldoni Pedro (2012 [2007]), *Empresa familiar ou ... inferno familiar?*, Curitiba, Juruá Editora.
- FRANK, Hermann; Manfred Lueger; Lavinia Nosé and Daniela Suchy (2010), "The Concept of 'Familianness': Literature Review and Systems Theory-Based Reflections", *Journal of Family Business Strategy*, 1 (3), pp. 119-130.
- GALLO, Miguel Angel; Sabine Klein; Daniela Montermerlo; Salvatore Tomaselli and Kristin Cappuyns (2009), *La empresa multigeracional: el papel de la familia propietaria*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.
- GRANT, Robert M. (1991), "The Resource-Based Theory of Competitive Advantage: Implications for Strategy Formulation", *California Management Review*, 33 (3), pp. 114-135.
- GUEDES, Éllida Neiva (2010), "Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses", *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, pp. 1-16.
- HABBERSHON, Timothy G. and Mary L. Williams (1999), "A Resource-Based Framework for Assessing the Strategic Advantages of Family Firms", *Family Business Review*, 12 (1), pp. 1-25.
- HABBERSHON, Timothy G.; Mary L. Williams and Ian C. Macmillan (2003), "A Unified Systems Perspective of Family Firm Performance", *Journal of Business Venturing*, 18 (4), pp. 451-465.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1973 [1970]), *Saída, voz e lealdade – Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- IRAVA, Wayne J. and Ken Moores (2010), "Clarifying the Strategic Advantage of Familiness: Unbundling its Dimensions and Highlighting its Paradoxes", *Journal of Family Business Strategy*, 1 (3), pp. 131-144.
- KLEIN, Sabine B.; Joseph H. Astrachan and Kosmas X. Smyrniotis (2005), "The F-PEC Scale of Family Influence: Construction, Validation, and Further Implication for Theory", *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29 (3), pp. 321-339.
- MACHADO, Hilka Vier (2005), "Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares", *Psicologia em Estudo*, 10 (2), pp. 317-323.
- MAN, Thomas Wing Yan (2006), "Exploring the Behavioral Patterns of Entrepreneurial Learning: A Competency Approach", *Education + Training*, 48 (5), pp. 309-321.
- MAN, Thomas Wing Yan and Theresa Lau (2000), "Entrepreneurial Competencies of SME Owner/Managers in the Hong Kong Services Sector: A Qualitative Analysis", *Journal of Enterprising Culture*, 8 (3), pp. 235-254.
- MATOS, Maria Izilda Santos (1996), "Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo", *Projeto História*, 13, pp. 129-149.
- MURRAY, Barbara (2001), "Travellers in Time: Working Toward Collaboration in Family Businesses", *Families in Business*, 1 (1), pp. 36-39.
- NORDQVIST, Mattias and Leif Melin (2010), "Entrepreneurial Families and Family Firms", *Entrepreneurship and Regional Development*, 22 (3-4), pp. 211-239.
- PENROSE, Edith T. (1959 [1995]), *The Theory of the Growth of the Firm*, Oxford, Oxford University Press.
- RANDERSON, Kathleen; Cristina Bettinelli; Alain Fayolle and Alistair Anderson (2015), "Family Entrepreneurship as a Field of Research: Exploring its Contours and Contents", *Journal of Family Business Strategy*, 6 (3), pp. 143-154.
- ROSA, Maria João Valente and Paulo Chitas (2010), *Portugal: os números*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SNELL, Robin and Agnes Lau (1994), "Exploring Local Competences Salient for Expanding Small Business", *Journal of Management Development*, 13 (4), pp. 4-15.
- SUESS, Julia (2014), "Family Governance – Literature Review and the Development of a Conceptual Model", *Journal of Family Business Strategy*, 5 (2), pp. 138-155.

- VALDÉS, Ernesto Garzón (2003), "Algunos comentarios sobre lo íntimo, lo privado y lo público", *Claves de Razón Práctica*, 137, pp. 14-24.
- WERNERFELT, Birger (1984), "The Resource-Based View of the Firm", *Strategic Management Journal*, 5 (2), pp. 171-180.
- WERNERFELT, Birger (1995), "The Resource-Based View of the Firm: Ten Years After", *Strategic Management Journal*, 16 (3), pp. 171-174.
- ZAMPIER, Marcia Aparecida e Adriana Roseli Wunsch Takahashi (2011), "Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa", *Cadernos EBAPE.BR*, pp. 564-585.
- ZAMUDIO, César; Sergey Anokhin and Franz W. Kellermanns (2014), "Network Analysis: A Concise Review and Suggestions for Family Business Research", *Journal of Family Business Strategy*, 5 (1), pp. 63-71.
- ZAPATERO, Maribel Rodríguez; Magdalena Rodríguez Jiménez y José Javier Rodríguez Alcaide (2012), "El consejero en la empresa familiar: teoría y praxis", *Revista de Empresa Familiar*, 2 (1), pp. 45-54.

Recebido a 10/02/2016. Aceite para publicação a 28/10/2016.

Jorge Rodrigues (jjrodrigues@iscal.ipl.pt). Instituto Politécnico de Lisboa & Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Avenida Miguel Bombarda, 20, 1069-035 Lisboa, Portugal.



EMPONDERAMENTO DA MULHER ATRAVÉS DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS NA CIDADE DE ILHÉUS, BAHIA/BRASIL

EMPOWERMENT OF WOMAN THROUGH AGROECOLOGICAL FAIRS IN THE CITY OF ILHÉUS, BAHIA/BRAZIL

Marcella Gomez

■ Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Departamento de Ciências Biológicas

Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena

■ Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Departamento de Ciências Biológicas

Ana Cristina de Souza Mandarino

■ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração & Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública

Estélio Gomberg

■ Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas

Resumo

O foco principal deste artigo é apreender a importância das mulheres na militância agroecológica, enfatizando as suas atuações e influência nas feiras agroecológicas realizadas na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, Brasil. Apesar desta significativa e crescente atuação, as mulheres agricultoras enfrentam uma série de dificuldades no que respeita ao reconhecimento de seu trabalho de produção de alimentos, dificuldade no acesso à terra e/ou a comercialização direta dos produtos somada às atividades laboriais no espaço doméstico. Registamos uma valorização, por parte dos consumidores, desta modalidade de comercialização de agricultura orgânica, gerando uma maior fidelização com maior confiança pelo fato de ter sido produzida e comercializada por mulheres, denotando valores de qualidade de vida e alimentos saudáveis. Fica clara a importância destas feiras como espaços para geração de emprego e rendimentos, troca de saberes, valorização da cultura do campo e da mulher, e ainda a desconstrução de ideologias, atitudes e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que regem, em geral, a estrutura social na Bahia.

Palavras-chave: emponderamento feminino, feiras agroecológicas, Bahia

Abstract

The main focus of this article is to understand the importance of women in the agroecological militancy, emphasizing, their performances and influence in the agroecological fairs, performed in the city of Ilhéus, Bahia State, Brazil. Despite this significant and increasing actuation, the women agroecological face a number of difficulties in terms of the recognition of their work of food production, difficulty in gaining access to land and/or the direct marketing of products plus labor activities in the domestic space. We recorded an exploitation on the part of consumers to this modality of marketing of organic agriculture on the part of women and generating a greater customer loyalty, with increased reliability due to have been produced and marketed by women, denoting values of quality of life and healthy food. Is clear the importance of these fairs as spaces for the generation of employment and income, exchange of knowledge, culture appreciation of the field and of the woman, deconstruct ideologies, attitudes and mentalities discriminatory and prejudiced governing, in general, the social structure in Bahia.

Keywords: female empowerment, agroecological fairs, Bahia

Introdução

A agricultura familiar, de modo geral, é a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil e no mundo. No entanto, essa atividade ocupa um lugar secundário e subalterno na economia brasileira quando comparada ao campesinato em outros países (Melo, 2002: 3). A agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, o qual se identifica pela relação entre a terra, o trabalho e a família (Mesquita e Mendes, 2012: 1).

Referindo a padrões de racionalidade desta modalidade de agricultura, Assis (2006) aponta que "(...) fogem à lógica de mercado de máxima eficiência econômica, e trilham o caminho do ótimo e satisfatório possível, onde a organização desejada não visa atender aos padrões estabelecidos pelas demandas de mercado, mas, sim, às necessidades de satisfação e desejo subjetivadas na lógica da produção familiar" (Assis, 2006: 79).

A agricultura familiar apresenta uma série de variações as quais se baseiam nas relações com o espaço e com o sistema de trabalho no vínculo entre família e entorno sociocultural. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Brasil, a agricultura familiar define-se por três características: i) a gerência da produção rural é feita pela família; ii) o trabalho é desenvolvido em sua maior parte pela família e iii) os fatores de produção pertencem à família.

Nesse modelo de produção agrícola, o trabalho feminino é o que de fato contribui para a sobrevivência do grupo familiar, isso porque são as mulheres agricultoras as responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, pelos quintais, onde realizam atividades agrícolas e criam os animais. Apesar de contribuir com a renda familiar, o trabalho feminino no campo ainda é considerado por muitos como atividade complementar, sem valor e invisível dentro do setor produtivo (Brumer, 2004; Almeida *et al.*, 2014: 37-41).

A atividade da mulher na agricultura familiar quando considerado como "ajuda", revela que a atividade agrícola é da responsabilidade e obrigação masculina, transmite a ideia de que a mulher não faz parte da agricultura familiar e estimula o ideal de patriarcado, que por vezes se encontra presente na mente das próprias mulheres. Entretanto, essa ideia de que a mulher é apenas uma ajudante, tem-se transformado, através da conquista de direitos sobre o acesso a terra, a recursos financeiros e cargos de liderança dentro de movimentos sociais.

A ampliação significativa da importância feminina no campo desencadeou-se principalmente com a Constituição Brasileira de 1988, quando no artigo 226, parágrafo 5º foi reconhecida a igualdade entre

homens e mulheres na família. Enquanto isso, no artigo 189, parágrafo único, foi estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou concessão de terras para fins de reforma agrária. No entanto, além das Leis é necessário um conjunto de ações paralelas que empoderem as mulheres de seus direitos conquistados (Sales, 2007: 441).

Organizarem-se em comissões, coletivos, movimentos entre outros grupos, incentiva o fortalecimento pessoal e conjunto das mulheres trabalhadoras rurais, assim como contribui com a ruptura da rígida divisão de papéis já pré-determinado pela família e também pelos modelos convencionais de organização social. A partir desse movimento de empoderamento, as trabalhadoras rurais começam a produzir, reagem aos processos de submissão e experimentam a liberdade econômica e social.

"A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma ajuda" (Sales, 2007: 439).

Região historicamente exportadora de trabalho no Brasil, o Nordeste, tem passado por transformações sociais e culturais que vêm contribuindo para a fixação do homem no campo, assim como ocorre em outras regiões deste país, através de incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades de produção orgânica. No entanto, é nas feiras livres que o produto dos esforços dessa transformação é comercializado, mais nem sempre reconhecido.

Na região Sul do Estado da Bahia, na cidade de Ilhéus, organizou-se um canal de comercialização a partir do ano de 2014, para produtos diferenciados, orgânicos, uma feira agroecológica, a qual proporcionou uma melhora na qualidade de vida e aumento na renda dos produtores que participam dessa atividade semanal.

A participação feminina nesta feira é majoritária – onze mulheres entre dezesseis participantes no total – entre os produtores e colaboradores, que contribuem com a feira a partir da exposição de produtos artesanais ligados a economia criativa local, fato que tem estimulado a participação feminina durante a realização da feira e contribuído para a diversificação dos produtos comercializados.

A Economia Criativa é definida por um processo atual com a propósito de desenvolver estratégias de soluções face a adversidades apresentadas em diversas áreas e que visam o uso de novas técnicas,

modificação de valores e de práticas, produção e distribuição de produtos e serviços, preconizando os elementos do capital intangível: o conhecimento, a criatividade, a experiência, a cultura e o capital intelectual (Howkins, 2007).

Este autor aponta a existência de duas modalidades de criatividade, na intersecção das realizações das ações humanas e geração de produto, ou seja: a primeira é uma instância social presente nas diversas sociedades, enquanto a segunda é mais expressiva em sociedades industriais devido à inserção de valor na inovação tecnológica e sobre a propriedade intelectual.

Conjugando o quadro conceitual apresentado por Howkins (2001) e a perspectiva adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010), pode-se afirmar que a economia criativa:

- É o conjunto de atividades económicas que dependem do conteúdo simbólico – nele incluído a criatividade já citada, como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços;
- É um conceito em evolução com base em recursos criativos potencialmente geradores de crescimento e desenvolvimento económico;
- Pode promover ganhos de geração de renda, criação de emprego e exportação, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano;
- Abrange aspectos económicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e propriedade intelectual numa mesma dimensão e tem relações de interação muito próximas com o turismo e o desporto.

É interessante apontar o crescimento da importância do conceito na última década, registado pelo papel da criatividade como uma força na vida económica contemporânea, especificamente no Brasil, pela riqueza cultural, utilizando recursos para o aumento da participação na economia global e, por efeito, proporcionando a inclusão social, a diversidade cultural e o emponderamento.

Na cidade de Ilhéus, a feira agroecológica não movimenta apenas produtores e artesãos, mas também a comunidade local, que visa uma melhor qualidade de vida, valorizações culturais locais a partir da ingestão de alimentos oriundos da agricultura familiar de base orgânica.

Este fenômeno social do desejar estar conectado com produtos oriundos de agroecologia traz em cena a valorização da natureza por produções materiais e imateriais do pertencer ao “natural” e consideramos como um fenômeno global manifesto na contemporaneidade e por efeito, a “natureza”

e a “cultura” devem ser apreendidas como construções culturais para seu funcionamento como dispositivos para a construção cultural, da sociedade humana, do género e da economia (MacCormack e Strathern, 1980).

Após observações naturalísticas, também descritas como não participantes, das feiras agroecológicas que ocorrem na cidade de Ilhéus, foi possível analisar o número de participantes, tanto comerciantes quanto consumidores, as relações sociais de compra e venda entre ambos e a aceitabilidade do público sobre os produtos comercializados. Fotografias e documentos, em que estão registadas as atividades ligadas à realização de feiras na cidade de Ilhéus foram igualmente analisados.

Através das observações naturalísticas, não participantes, e das análises documentais foi possível avaliar que a presença feminina na feira além de unânime, contribui para a aceitação e reconhecimento dos produtos agrícolas como realmente saudáveis, isso porque, a mulher apresenta uma maior preocupação com a origem do alimento que comercializa, com a qualidade do alimento e em estabelecer uma relação de confiança com os “fregueses” que as procuram nesse espaço de comércio. Optou-se por não fazer contato por meio de entrevistas ou questionários tendo em vista as implicações éticas dessa ação.

A mulher e o empoderamento feminino

O campo de estudos de género consolidou-se no Brasil no final dos anos de 1970, ao mesmo tempo em que se consolidava o movimento feminista do país (Farah, 2004: 47). Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos específicos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente, levando em consideração que as primeiras organizações exclusivas de mulheres rurais datam dos anos de 1980 (Heredia e Cintrão, 2006: 6).

Conforme Deere (2004: 177) o movimento autónomo de mulheres rurais, atualmente ligado à Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, tem suas raízes nas atividades dos comitês eclesiais de base nas décadas de 1960 e 1970. Incentivadas pela igreja católica, movimentos sindicais e partidos políticos, a organização feminina para luta dos direitos de igualdade de género tomou maior força no sul do país, especialmente nos Estados da Região Sul, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e no Nordeste, principalmente na Paraíba e em Pernambuco. Esses processos regionais se consolidaram com a fundação do “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste” em 1986 e em 1989 a fundação do “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul”.

O despertar para a luta coletiva pelo reconhecimento do trabalho no campo, culminou num conjunto de eventos dentre os quais estão à aprovação da Década da Mulher (1975-1985), a institucionalização do Dia Internacional da Mulher em 1975 e a realização de Conferências Mundiais que objetivavam debater a situação da mulher no campo (Sales, 2007: 438) e com isso incentivá-las a participarem das atividades políticas e econômicas das suas comunidades, tendo por finalidade afirmar que as diferenças entre homens e mulheres não podem ser utilizadas como parâmetros para julgar como menores as competências políticas das mulheres (Sales, 2007: 439).

De acordo com Melo (2006: 5) ao nível mundial, as agricultoras contribuem ativamente para a produção de alimentos básicos, sendo responsáveis por mais de 50% dos gêneros alimentícios produzidos. Para Rodrigues (2012: 7), se as condições entre homens e mulheres do campo fossem igualitárias, a produção agrícola dos países em desenvolvimento teria um acréscimo de 2,5 a 4%, o que poderia reduzir o número de pessoas famintas no mundo em 12 a 17%. Dessa forma, fica evidente a importância das mulheres do campo como protagonistas no processo de mudança no sistema de produção agrícola e no enfrentamento de políticas machistas, assistencialistas e clientelistas.

Karam (2004: 314) em seu trabalho com mulheres produtoras orgânicas na Região Metropolitana da Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, analisa que, em situação de entrevista com os membros da família, estes destacaram que foram as mulheres que assumiram a decisão pelos primeiros riscos da conversão do sistema de produção. No estado do Paraná as produtoras orgânicas iniciaram a instalação e preparação de pequenas hortas no entorno das casas, buscando as primeiras orientações técnicas, fazendo os primeiros preparados a serem utilizados no processo de produção orgânica, experimentando novas sementes, colhendo os frutos para as primeiras produções e se responsabilizando pela comercialização.

Segundo Narciso e Henriques (2008: 4) as mulheres desempenham um papel fundamental em três níveis: i) a um nível macro são importantes como recurso para a força de trabalho (remunerado ou não), ii) ao nível de agregado familiar são produtoras de produtos e serviços para o mercado e para uso doméstico e iii) a um nível intergeracional como cuidadoras e educadoras dos mais novos, sendo responsáveis pela alimentação, saúde e socialização das novas gerações, atuando desse modo como um importante agente de transformações.

Famílias produtoras rurais de base agroecológica e orgânica têm nas mulheres as suas principais agentes de multiplicação e reprodução, isso porque na sua maioria, não buscam o imediatismo da agricultura convencional, tão mais requisitada pelo

gênero masculino, mais sim a qualidade de vida proporcionada pelo consumo de alimentos saudáveis.

Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é deixá-la invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola. É preciso dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho, repensando o conceito de trabalho e das múltiplas variáveis relacionadas com esse tema (Melo, 2002: 13).

No entanto, as limitações ainda enfrentadas pelas trabalhadoras rurais em seu cotidiano, para desenvolver as suas atividades são, de acordo com Garcia (2004: 90), verificadas pela invisibilidade do seu trabalho produtivo como componente integrante da produção, pelo fato do trabalho reprodutivo (cozinhar, lavar, passar, limpar, cuidar dos filhos) não ser considerado trabalho e pelo fato de que as atribuições de valor para as atividades produtivas são diferenciadas de acordo com o sexo.

Para muitas mulheres, a militância agroecológica, através do trabalho no campo, foi o espaço necessário às ações de empoderamento político. Foi também a partir desses espaços que elas puderam manifestar as suas discordâncias e insatisfações com os sistemas atuais de produção e buscar alternativas para construir uma sociedade mais justa e igualitária (Siliprandi, 2009: 146).

O reconhecimento da agricultura familiar dentro de uma perspectiva integradora permite que a sociedade reconheça a importância do papel das atividades agroecológicas, o que evidencia o papel desempenhado pelas agricultoras de modo a destacar a importância da mulher dentro da lógica produtivista da agricultura (Herrera, 2013: 4).

A importância em reconhecer os direitos da mulher à terra, acontece geralmente a partir do argumento produtivista e de empoderamento. Enquanto o argumento produtivista defende que o direito das mulheres à terra está associado ao aumento do bem estar de mulheres, dos seus filhos e comunidade tendo em vista o bem comum da produtividade, o argumento de empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar o seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, contribuindo dessa forma para uma real igualdade entre homens e mulheres (Deere, 2004: 176-177).

De acordo com Sales (2007: 438) o processo de organização das trabalhadoras rurais numa rede de comunicação e significados, resultou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995, o que permitiu o crescimento dos movimentos de mulheres rurais a partir da possibilidade de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política conferindo-lhes a capacidade de repensarem o seu cotidiano e competências.

A autora apresenta como exemplo a organização das mulheres rurais do Estado do Ceará, a qual permitiu o crescimento de grupo de mulheres e o aparecimento de lideranças e com isso a maior participação das mulheres no campo político.

Outro exemplo de organização política feminina ocorreu na Região Centro-Oeste, no Estado do Mato Grosso a partir de um grupo de mulheres assentadas no Projeto de Assentamento Margarida Alves, na Cidade de Mirassol d'Oeste. Essa organização se deu pela necessidade de melhor atendimento médico à comunidade e para discutir a valorização da mulher. Para Ferreira Mendes e colaboradores (2014: 79) a partir dessa organização, as mulheres do PA Margarida Alves transformaram a sua realidade econômica, o que permitiu a mudança na hierarquia das famílias camponesas e também nos espaços dos assentamentos, pois com as conquistas de direitos políticos, sociais e econômicos as mulheres não só passaram a contribuir financeiramente como também para o maior desenvolvimento e consolidação dos assentamentos.

A organização de movimento de mulheres que vem acontecendo na cidade de Ilhéus, conta não apenas com o argumento produtivista, mais também de empoderamento cultural, político e econômico através da participação destas nas feiras agroecológicas desta cidade.

A participação de mulheres nessas feiras proporciona uma diversificação de produtos, relações mais cordiais e sinceras com consumidores e maior valorização do trabalho feminino na geração de emprego e renda da cadeia produtiva dos produtos agrícolas locais, assim como produção do artesanato ligado à cadeia produtiva dos núcleos de Economia Criativa da cidade.

Atualmente, as feiras agroecológicas não são canais exclusivos de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar de base agroecológica e da produção orgânica. Essas mulheres ainda participam dos núcleos de Economia Solidária da cidade de Ilhéus, otimizando o uso desses espaços para comercialização, a distribuição e a popularização de produtos saudáveis e exclusivos da cadeia artesã ilheense, contribuindo para a dinâmica da economia local e valorização da cultura regional.

A participação do gênero feminino nas feiras agroecológicas provoca a fidelização dos consumidores, assim como a associação entre os conceitos: qualidade de vida e alimentos saudáveis. A correlação destes conceitos com a participação das mulheres nas atividades de comercialização, distribuição e produção de alimentos agroecológicos e artesanais ligados à Economia Criativa, fazem das feiras um sucesso sociocultural e econômico.

Feiras agroecológicas e transformações socioculturais

Para Le Goff (1992), no período medieval, as feiras constituíam um locus de convergência de produtores do espaço rural com o urbano, ao oferecer suas produções agrícolas, animais e outros, desencadeiam um processo de alto nível de sociabilidade nestas relações de compra e venda, transmissões de informações e marcações no espaço da cidade.

Ao analisar a forma precursora das feiras livres do início do século XX, na então capital federal do Brasil República, Parga (1996) assinala as reuniões de mulheres negras ao ar livre, em pontos preestabelecidos, para a comercialização de produtos da pequena lavoura, de animais e da indústria doméstica e, anos depois, com agregações de outros grupos de imigrantes, ao comércio de varejo nos espaços urbanos concebendo as feiras livres como espaço de movimentações populares com fins comerciais e sociais.

Assim, as feiras constituem uma instância de estrutura social vinculada às práticas que se desenvolvem ao longo do ano, e que só são possíveis a partir da disponibilidade de produtos que caracterizam as distintas comunidades que participam dessa atividade semanal (Lambaré; Vignale; Pochettino, 2015: 8). O conhecimento associado a está atividade promove uma alternativa alimentícia que se mantém vigente ao acionar o cotidiano que encoraja a conservação e perpetuação dos saberes tradicionais (Lambaré, 2014: 129).

Figura 1 ▶ Feira Livre em Ilhéus em 1958



A primeira feira de produtos de base orgânica da cidade de Ilhéus foi uma iniciativa da parceria entre a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Instituto Cabruca, organização não governamental que atua junto a assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais a partir da Assistência Técnica Rural. A organização de uma atividade prática, objetivando os desdobramentos teóricos do

evento, culminou na realização da I feira de produtos agroecológicos da cidade de Ilhéus, realizada nas dependências da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde ocorreu Simpósio de Agroecologia.

Realizar a feira durante um evento científico, no interior de uma Instituição de Ensino Superior Estadual, proporcionou às famílias agricultoras da região uma aproximação com a comunidade local, participantes do curso e comunidade acadêmica, contribuindo dessa forma para a divulgação, comercialização e popularização dos produtos oriundos da produção familiar de base orgânica com a circularidade de conhecimentos entre diversos campos sociais.

Nesta interação, sujeitos possuidores de um *quantum* de capital de naturezas distintas, seja ele capital cultural, capital social, capital político, capital artístico, capital desportivo, capital econômico etc., estão a criticar ou a aceitar certas diretrizes que redefinam as bases da sociedade.

Para Bourdieu (1989): "Sem dúvida, os agentes constróem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar" (Bourdieu, 1989: 8).

Tendo em vista que a alimentação humana é um ato social e cultural onde o consumo de alimentos põe em jogo um conjunto de fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica ligados a uma rede de representações, simbolismos e rituais, é necessária a construção de identidades coletivas capazes de expressarem relações sociais e de poder (Álvarez, 2005: 11).

Procurando construir essa identidade coletiva foi proposto o nome Feira Agroecológica o qual surgiu da necessidade de estabelecer um conceito para a venda de produtos agrícolas advindos da agricultura familiar, que estavam e/ou estão, em processo de transição, ou seja, que deixaram de ser cultivados a partir de técnicas ligadas aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, e passaram a utilizar tecnologias alternativas e sustentáveis de produção, que visam o cultivo, distribuição e comercialização de alimentos livres de defensivo agrícola.

O termo agroecológico foi usado junto com os conceitos de comércio socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto, pois os participantes não possuíam, até então, o selo de produto orgânico, o qual é liberado após uma série de exigências propostas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. No entanto, os produtos comercializados atenderam as exigências do Simpósio: estimular a mudança de hábitos alimentares e valorizar a produção das famílias agricultoras da região sul baiana.

Durante o Simpósio foram comercializados doces, biscoitos, compotas, hortaliças, frutas e legumes, pelos próprios produtores, o que creditou maior valor cultural e econômico aos produtos disponíveis durante o evento.

Essa comercialização provocou nos agricultores e agricultoras uma valorização pessoal quanto à sua importância na cadeia produtiva de alimentos saudáveis, além da troca de saberes com a comunidade acadêmica, como assinalamos acima. Exemplo semelhante ocorre na cidade de Juella, Argentina, onde a feira se organiza em postos de comida, venda de produtos de origem animal (carne de cordeiro, vaca e queijo) e vegetal (frutas, plantas medicinais, feijão entre outros produtos), contribuindo dessa maneira para o fortalecimento cultural dos produtos de cada região (Lambaré, Vignale e Pochettino, 2015: 11).

A realização da feira agroecológica não findou com o término do evento, em espaço cedido pela Universidade Estadual de Santa Cruz no interior da mesma, a feira de produtos agroecológicos perpetuou-se e completou um ano em Outubro de 2015. Atualmente a feira acontece todas as sextas feiras no horário matutino e encontra-se registrada nacionalmente no mapa de Feiras Orgânicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), organização não governamental voltada aos direitos de consumidores.

A participação feminina durante a feira realizada inicialmente como ação do Simpósio de Agroecologia e nas que se seguiram, é sobremaneira relevante, não só porque a participação das mulheres na agricultura orgânica representa o papel fundamental que esta exerce em todo processo, como também porque, no campo de produção, as mulheres têm sido precursoras dentro da unidade familiar. Assumem o desafio de começar algo novo pondo em prática os saberes adquiridos com outras gerações, tais como a introdução de sementes guardadas nas hortas caseiras, a recuperação em todas as esferas de produção e a cooperação entre as unidades da família e comunidade (Karam, 2004: 304).

Segundo Karam (2004: 314) as mulheres protagonizam a conversão da produção agrícola convencional para a orgânica, isso porque se preocupam com o alimento que oferecem aos seus descendentes. A mulher assume o papel de mãe, esposa e filha diante/em face daqueles que compram os seus produtos, o que lhes confere maior consciência sobre a importância da transição agrícola dos modelos convencionais para os modelos agroecológicos e orgânicos, sendo elas as protagonistas nesse processo de mudança.

Tendo em vista o sucesso da feira agroecológica realizadas na UESC, foi proposto aos agricultores e agricultoras participantes que estendessem as suas atividades para o sábado, em local cedido pela prefeitura municipal de Ilhéus.



Figura 2 ▶ Feira Agroecológica em Ilhéus, 2015. Acervo particular de Marcella Garcez

O local destinado foi o centro histórico da cidade, onde nas décadas de 1960-1970 era realizada uma feira de compra e venda de produtos agrícolas, de utensílios domésticos, roupas entre outros artefatos, no entanto, em um modelo diferente do atual. A feira agroecológica é realizada no centro histórico de Ilhéus, na Avenida Dois de Julho, ocorrendo todos os sábados, também no horário matutino, atualmente em espaço cedido por comerciantes locais que apoiam a iniciativa.

Com a proposta de incentivar a diversificação de produtos, a visibilidade do trabalho artesanal e estimular a cadeia consumidora local, a prefeitura municipal incentivou a participação dos núcleos de Economia Criativa da cidade também nessa feira, objetivando a cooperação entre os sistemas de produção e a equidade da cadeia de consumo que se organiza diante da oferta e procura de produtos livres de defensivos agrícolas e os que são oriundos do artesanato local. A participação dos núcleos de Economia Criativa aumentou o número de representantes do gênero feminino nas feiras estudadas.

Para Narciso e Henriques (2008: 3) as relações de gênero são um fator determinante e diferenciador da distribuição do trabalho, do rendimento, da riqueza, dos fatores produtivos e dos recursos naturais, que legitimam a importância feminina em relação aos costumes, tradições e valores socioculturais. Os saberes apreendidos no tempo, fruto da história, dos saberes adquiridos, fruto dos esforços no tempo recente, permitem às mulheres do meio rural se re-atualizarem, se recolocarem socialmente (Karam, 2004: 317).

Essas conquistas tornam-se maiores e mais representativas quando as mulheres se inserem e conquistam um lugar na cadeia de comércio popular o que por sua vez reflete as conquistas políticas, sociais, econômicas e culturais alcançadas pela luta e engajamento político destas em movimentos sociais, que historicamente foram os principais meios de mobilização feminina na busca pelos direitos de igualdade de gênero em meio rural.

Considerações finais

Em jeito de sumula consideramos que os argumentos explicitados ao longo desse texto permitem a construção de um panorama inicial e não exaustivo sobre a produção científica que aborda a importância das mulheres na militância agroecológica. Dessa forma, muitos aspectos mencionados merecem um trabalho analítico mais aprofundado a ser desenvolvido por meio de metapesquisas, que abordem sobre determinados temas de interesse tanto para os pesquisadores ligados a área de agroecologia, quanto para a comunidade acadêmica de Agronomia e Ciências Sociais.

Conforme destacamos, a participação e a influência das mulheres nas feiras agroecológicas realizadas na cidade de Ilhéus vem-se expandindo, de modo a valorizar e certificar o compromisso das famílias agricultoras rurais locais com a ideia de produção agroecológica e orgânica.

Esse compromisso se fixa na preocupação que as mulheres produtoras rurais tem em oferecer a suas famílias, bem como também aos consumidores de seus produtos, um alimento livre de defensivos agrícolas e portanto mais saudável.

Entretanto, as dificuldades ainda enfrentadas no dia a dia, pelas mulheres do campo, tornam as suas atividades invisíveis na produção de alimentos, devido à dificuldade no acesso à terra e/ou à comercialização direta dos produtos produzidos pelas suas famílias. Além disso, essas mulheres ainda acumulam as tarefas do lar como: lavar, passar, cozinhar, limpar, cuidar dos filhos e do marido, entre outras.

Paralelamente estas atividades nem sempre são consideradas como trabalho pelas sociedades em que vivem e sim como obrigação do gênero feminino, desqualificando mais uma vez as suas atividades, apesar de cair sempre sobre as mulheres a acumulação das tarefas de casa e do campo.

Porém, é importante destacar que, na Cidade de Ilhéus, as mulheres do campo têm lutado pela igualdade de gênero e contribuem ativamente para a produção de alimentos básicos, sendo responsáveis por comercializar nas feiras agroecológicas da região mais de 70% dos gêneros alimentícios produzidos, apesar das condições desiguais para homens e mulheres no campo. Desta forma, as mulheres do campo demonstram claramente a sua importância como protagonistas no processo de mudança no sistema de produção agrícola tradicional para o agroecológico, bem como no enfrentamento de ações assistencialistas, clientelistas e machistas.

Um dos fatores predominantes para esse aumento significativo da participação feminina nas feiras deve-se ao processo de luta constante destas em garantir o direito a estes espaços, o que as tem levado a organizar-se e inserir-se em núcleos de Economia Criativa, aumentando por sua vez o

número de representantes do gênero feminino nas feiras agroecológicas.

Outro fator se deve à valorização, por parte dos consumidores, da presença feminina à frente das bancas nas feiras agroecológicas, gerando uma maior fidelização por parte destes, uma vez que esta maior confiabilidade é atribuída às mulheres, que para eles, representam a associação entre os conceitos “qualidade de vida” e “alimentos saudáveis”.

Ficou expressa neste itinerário a importância das feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia, como espaços para geração de emprego e rendimentos, troca de saberes, valorização da cultura do campo, desconstrução de ideologias, atitudes e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que regem a estrutura social da qual fazemos parte.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J., et al. (2014), “A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas”, *Anais 18º REDOR – Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas*, Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pp. 3740-3750.
- ÁLVAREZ, M. (2005), “La cocina como patrimonio (in) tangible”, in V. Mariani (ed.), *La cocina como patrimonio (in) tangible*, pp. 11-25.
- ASSIS, R. L. (2006), “Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia”, *Economia Aplicada*, 10 (1), pp. 75-89.
- BOURDIEU, P. (1989), *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BRUMER, A. (2004), “Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”, *Estudos feministas*, 12 (1), pp. 205-227.
- DEERE, C. (2004), “Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária”, *Estudos Feministas*, 12 (1), pp. 175-204.
- FARAH, M. (2004), “Gênero e políticas públicas”, *Estudos feministas*, 12 (1), pp. 47-71.
- FERREIRA MENDES, M., et al. (2014), “A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil”, *Estudos Feministas*, 22 (1), pp. 71-89.
- GARCIA, F. (2004), “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”, tese de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.
- HEREDIA, B. e Rosângela Cintrão (2006), “Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro”, *Revista Nera*, 9 (5), pp. 1-28.
- HERRERA, K. (2013), “Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola”, *Anais Eletrônicos Seminário Internacional Fazendo Gêneros 10: desafios atuais dos feminismos*, Florianópolis.
- HOWKINS, J. (2001), *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*, London, Penguin Group.
- KARAM, K. (2004), “A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades”, *Revista Estudos Feministas*, 12 (1), pp. 303-320.
- LAMBARÉ D. (2014), “Manejo de variedades locais de *Prunus persica* (Rosaceae) en la Quebrada de Humahuaca, Argentina y su Relación con los Sistemas Agrícolas Tradicionales”, *Zonas Áridas*, 15 (1), pp. 128-147.
- LAMBARÉ, D.; Nilda VIGNALE e María Pochettino (2015), “Las ferias y festivales regionales como instancia de reafirmación del patrimonio biocultural en la quebrada de humahuaca (jujuy, argentina): el intercambio de duraznos (*prunus persica*)”, *Gaia Scientia*, Edição Especial *Etnobiología na Argentina*, 9 (3), pp. 7-16.
- LE GOFF, J. (1992), *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes.
- MACCORMACK, C. e M. Strathern (eds.) (1980), *Nature, Culture and Gender*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MELO, L.A. de (2002), “Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar”, *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto-MG.
- MELO, L.A. de (2006), “Crédito rural no Brasil: uma realidade para a mulher agricultora familiar?”, *Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia (CEAMB)*, Recife-PE, pp. 1-9.
- MESQUITA, L. e Estevane Mendes (2012), “Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)”, *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro*, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- NARCISO, V. e Pedro Henriques (2008), “O papel das mulheres no desenvolvimento rural: uma leitura para Timor-Leste”, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora-Portugal, Working Paper.
- PARGA, E. L. (1996), *Entre fazendas, secos e molhados: o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850 - 1875)*, dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense.
- RODRIGUES, P. (2012), “Os desafios e a superação da mulher na agricultura”, *Hortaliças em Revista*, 1, pp. 7.
- SALES, C. (2007), “Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos”, *Estudos Feministas*, 15 (2), pp. 437-443.
- SILIPRANDI, E. (2009), “Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural”, in P. Petersen (org.), *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*, pp.139-152.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2010), “Creative Economy: Feasible Development Option – UNPD/United

Nations”, *Creative Economy Report 2010*. Disponível em: <unctad.org/en/Docs/ditctab20103en.pdf> [Último acesso: 09 out. 2016]

Recebido a 30/05/2016. Aceite para publicação a 11/11/2016.

Marcella Gomez (pereira.gomez@hotmail.com). Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Departamento de Ciências Biológicas. Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, 45662-900 Ilhéus-Bahia, Brasil.

Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena (lucenaemerson@yahoo.com.br). Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Brasil, Departamento de Ciências Biológicas. Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, 45662-900 Ilhéus-Bahia, Brasil.

Ana Cristina de Souza Mandarin (anamandarin@gmail.com). Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração & Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública Brasil. Av. Reitor Miguel Calmon s/n - Vale do Canela, 3º andar, sala 27, 40.110-903 Salvador-Bahia, Brasil.

Estélio Gomberg (egomberg@uesc.br). Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, 45662-900 Ilhéus-Bahia, Brasil.



AS ESCOLAS PRIVADAS E OS SEUS CLIENTES: ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS DE PROMOÇÃO DA OFERTA E DE REGULAÇÃO DAS ADMISSÕES

PRIVATE SCHOOLS AND THEIR CUSTOMERS: ORGANIZATIONAL STRATEGIES FOR PROMOTING SUPPLY AND REGULATING ADMISSIONS

Jorge Ávila de Lima

■ Universidade dos Açores, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Sociologia & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores)

André Costa Melo

■ Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe, Núcleo de Educação Especial

Resumo

Conhece-se ainda pouco sobre o modo como as organizações escolares privadas promovem a sua oferta junto dos potenciais clientes e como regulam a procura de que são objeto por parte das famílias. O presente artigo apresenta os resultados de um estudo de caso exploratório que investigou estas questões em duas escolas privadas com oferta formativa ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico. Os dados foram recolhidos através de entrevistas exploratórias realizadas aos diretores das escolas e a docentes de ambas. Os resultados mostram que as organizações estudadas procuram diferenciar-se das concorrentes através da criação e promoção de uma imagem de marca junto dos seus públicos e que regulam a procura de que são objeto através da utilização de estratégias seletivas de definição de perfis preferenciais de alunos a admitir.

Palavras-chave: escolas privadas, diferenciação de mercado, *marketing* da escola, estratégias organizacionais

Abstract

Little is still known about how school organizations promote their educational supply to potential customers and how they regulate demand from families. This paper presents an exploratory study that addressed these questions. The research took place in two private schools that offer education at the elementary level. The data was collected through exploratory interviews with school principals and teaching staff. The results show that the organizations attempt to differentiate themselves in the market by constructing a brand image of themselves and that they use selective admission strategies by defining preferential student profiles.

Keywords: private schools, market differentiation, school marketing, organizational strategies

Introdução

As escolas privadas são “estabelecimentos de ensino pertencentes a entidades do setor privado ou cooperativo” (Cotovio, 2004: 22) nos quais tanto a propriedade como a gestão são da responsabilidade de entidades não estatais. Estas escolas têm sido, ultimamente, alvo de bastante atenção por parte

dos meios de comunicação social, da opinião pública e dos políticos, a nível nacional e internacional. Nas últimas décadas, têm sido muitos os trabalhos científicos realizados sobre a matéria, especialmente no estrangeiro. Em Portugal, o tema também tem sido estudado, embora de forma menos sistemática (cf. Abrantes e Quaresma, 2013; Cotovio, 2004; Estêvão, 1998; 2000; Quaresma, 2014). Sabemos

ainda pouco, por exemplo, sobre o modo como as escolas privadas portuguesas funcionam enquanto organizações, de que forma lidam com as suas clientelas e que processos utilizam para assegurar a cativação ou retenção de alunos.

Num mundo em que os sistemas educativos estão cada vez mais liberalizados e globalizados (Laval, 2003; Lima e Afonso, 2002), a regulação da educação pelo mercado conduz frequentemente a uma competição entre organizações escolares (Barroso, 2005). Este contexto propiciou a criação de novas estruturas e formas de comunicação para mediar a relação das escolas com as suas "clientelas" (Bagley *et al.*, 1996). Especialmente nos sistemas educativos em que foi introduzida a liberalização da escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias e a conseqüente competição entre organizações escolares, quer dentro de cada setor (público e privado), quer entre ambos, tem-se verificado a emergência de um fenómeno novo: o esforço de publicitação, por parte das escolas, das suas qualidades junto da clientela potencial. Por outro lado, há relatos informais, se bem que ainda pouco documentados em pesquisas concretas, de que as próprias escolas adotam procedimentos seletivos no sentido de admitirem sobretudo alunos com um perfil socioeconómico que não comprometa a sua atratividade.

Contudo, as tendências acima descritas podem depender fortemente do nível de procura de que as organizações escolares são objeto. Na verdade, se a forte pressão pela busca de candidatos pode estimular, do lado da oferta, a adoção de comportamentos pró-ativos, se não mesmo agressivos, no mercado educativo; o excesso de procura pode, pelo contrário, relegar o *marketing* para um lugar secundário e suscitar processos em que é a escola que escolhe os alunos e não estes que a selecionam.

Estes aspetos serão abordados no presente texto, no qual analisaremos o comportamento de duas escolas privadas que, sendo objeto de forte procura por parte das famílias, desenvolveram formas de lidar com tal procura, quer através da gestão da sua imagem e visibilidade no mercado, quer através do modo como arquitetaram o processo de admissão dos alunos que as procuravam.

Estratégias de promoção das escolas

Se, por um lado, para tomar uma decisão sobre que estabelecimento de ensino escolher, os pais sentem a necessidade de formar uma imagem sobre cada um desses estabelecimentos; por outro, estes, especialmente em ambientes de concorrência potencial entre escolas, quer públicas, quer privadas, têm consciência destes processos e da sua importância e procuram interferir na formação das perceções dos seus clientes potenciais, esforçando-se por construir e promover uma certa imagem de marca.

Neste processo, temos vindo a assistir a uma crescente penetração da linguagem e dos valores comerciais, quer nas escolas privadas, quer nas públicas. Referindo-se à realidade norte-americana, onde esta tendência atinge graus de profundidade significativos, Molnar (2006) salientou a emergência do *marketing* das escolas – a gestão das escolas, mesmo as públicas, ao estilo empresarial, agindo de modo concorrencial, atuando no mercado na disputa de alunos e procurando que os seus "produtos" sejam "comprados" pelos "clientes". A este respeito, Laval (2003: 131), aludindo à ação das escolas enquanto atores que agem num mercado, menciona o fenómeno da mercantilização, não só dos produtos educativos oferecidos, mas da própria escola, entrando num mercado concorrencial para disputar clientes. Nalguns contextos nacionais onde a introdução de políticas educativas neoliberais foi mais pronunciada, o *marketing* às famílias ganhou uma prioridade forte na agenda das escolas, ao ponto de existir já, na área da gestão escolar, uma literatura dedicada exclusivamente a este tópico (Banach, 2001; Lockhart, 2005; Warner, 2009).

Num contexto de competição por clientes, mesmo que mitigada (como é o caso de Portugal – ver Afonso, 2002), as escolas podem desenvolver estratégias de diferenciação, procurando identificar e, posteriormente, oferecer o que os consumidores desejam (ou aquilo que é possível persuadi-los a adquirirem). Glatter *et al.* (1997) referem sete tipos de diferenciação possíveis num mercado educativo (Quadro 1).

Do ponto de vista de Bagley *et al.* (1996: 127), "para que o *marketing* seja eficaz, as escolas precisam de ter uma visão clara do que os pais pensam, como tomam decisões e o que procuram numa escola. Também exige que as escolas tenham meios eficazes de agir com base neste conhecimento e compreensão." Num estudo realizado em 11 escolas inglesas do Ensino Secundário, os autores acima mencionados recolheram informação sobre a condução (ou não), pelas escolas, de atividades que visam conhecer melhor o seu meio envolvente, em particular as perspetivas dos pais. Com base neste modelo, os autores distinguiram dois tipos de informação recolhidos pelas organizações escolares: o *feedback* sistemático e planeado, e o *feedback ad hoc*.

No primeiro caso, o estudo identificou as seguintes modalidades: inquéritos por questionário aos pais; utilização de formulários com questionamento das razões da escolha dos pais, aquando da matrícula dos filhos no estabelecimento de ensino; utilização de dados secundários obtidos a partir de inquéritos; exercícios de *brainstorming* realizados na própria escola para identificar os seus pontos fortes e fracos; monitorização seletiva das origens dos alunos em termos das escolas primárias de que

Quadro 1 ▶ Tipos de diferenciação de oferta da escola

Tipo	Descrição
Estrutural	Formas organizacionais distintas de governação, financiamento e propriedade
Curricular	Domínios em que as escolas se especializam ou aspetos particulares do currículo que enfatizam
Estilo	Ênfase num estilo de ensino e/ou de aprendizagem particular ou numa determinada abordagem educativa
Religiosa/filosófica	Promoção ou aposta num sistema de crenças religiosas particular ou numa filosofia política
Género	Variações entre escolas quanto ao género dos alunos (masculinas, femininas, mistas ou híbridas)
Especialização de mercado	Orientação para a atração de pessoas de um segmento ou segmentos específicos do mercado
Amplitude de idades	Variação segundo a amplitude de idades dos alunos

são oriundos, tendo em vista atrair os alunos das escolas primárias que os preparam melhor, sendo a atividade promocional da escola, depois, dirigida principalmente para esses estabelecimentos de ensino; monitorização dos registos de batismo e do número de alunos nas escolas primárias, quando o estabelecimento de ensino se preocupa, por exemplo, em atrair alunos de famílias católicas.

Quanto ao *feedback ad hoc*, trata-se de uma recolha informal de informação que ocorre nas escolas, muitas vezes em resultado de encontros casuais com pais ou outros elementos da comunidade (por exemplo, os professores das escolas primárias de onde os alunos são oriundos) ou de contatos realizados por iniciativa das famílias. Este tipo de *feedback* obtém-se, frequentemente no decurso de iniciativas organizadas para outros fins, como dias abertos, visitas a escolas primárias para promover o estabelecimento de ensino e contatos com as associações de pais.

No seu estudo, os autores mostraram que o "scanning e interpretação" dos pontos de vista dos pais não eram uma atividade que recebesse uma prioridade elevada na maioria das escolas estudadas. Houve escolas em que os professores e diretores se mostraram mais recetivos às perspetivas de alguns pais, mas não às de outros: a sua propensão para agirem em função do que os pais pensavam era maior quando estes últimos eram de classe média ou média-alta e tinham filhos com um bom percurso académico – exatamente o tipo de pais e de alunos que estas escolas queriam atrair. No estudo, também ficou claro que o *marketing* da escola não é uma mera atividade de informação, pois pode envolver igualmente a persuasão – por exemplo, um diretor entrevistado pelos autores afirmou: "falamos com os nossos pais e procuramos convencê-los de que é isso que eles querem ... as pessoas são maleáveis. Se tens um produto para vender, podes moldar

as pessoas de modo a que o aceitem" (citado por Bagley *et al.*, 1996: 133). Resultados semelhantes foram obtidos numa investigação realizada por Levin e Riffel (1997).

Regulação das admissões de alunos por parte das escolas

Existem muitas práticas que as organizações escolares podem usar para regular a procura de que são alvo por parte das famílias. Um aspeto particularmente importante desta gestão são as políticas de admissão de alunos, que podem assumir diversas formas. West e Pennell (1997) referiram, entre outras, as seguintes:

- perfil preferencial – seleção de todos os alunos de acordo com um critério ou conjunto de critérios fixos (por exemplo, ter irmãos na escola, ter necessidades médicas ou sociais especiais, ou ser da zona geográfica da escola);
- seleção encoberta – funciona quando não existem mecanismos externos de prestação de contas que procurem perceber se a escola está ou não a admitir adequadamente os seus alunos, em obediência a critérios de justiça e equidade. Geralmente, faz-se através da realização de uma entrevista prévia com os pais e/ou o candidato a aluno, em que se dá particular importância às características deste último e da família – por exemplo, a sua orientação religiosa, os valores dominantes, etc. Outra modalidade é a conceção deliberada de um formulário de candidatura tão longo e complexo que os pais com menor nível de escolaridade não conseguem preenchê-lo devidamente, sendo por isso excluídos.

Alguns tipos de alunos são olhados negativamente por uma boa parte das escolas, que preferem não os ter nas suas fileiras. Numa situação de mercado, esta situação pode agudizar-se. Comentando a investigação sobre a escolha da escola, que tem incidido sobre múltiplas realidades nacionais, envolvendo quer escolas privadas, quer também, nalguns contextos, escolas públicas, Barroso (2003: 104-105) recorda que aquela demonstra a existência de fenómenos sistemáticos e consistentes de segregação, gerados por processos "informais", não só de escolha da escola pelos pais, mas também de seleção dos alunos pelas escolas. Dale (1996: 126) também chama a atenção para esta dimensão-chave da competição e escolha nos mercados educacionais: é que nestes, "diversamente do mercado clássico, nem todos os clientes são de igual valor; na verdade, alguns são de valor negativo", o que significa que "as escolas, numa situação de mercado competitivo, são suscetíveis de competir não apenas para poder aceitar algumas categorias de alunos, mas também para rejeitar outras" (Dale, 1996: 128).

Estudo empírico

Tendo em conta a problemática discutida anteriormente, o estudo empírico que relatamos no presente texto procurou responder a duas questões de pesquisa principais: (1) Que estratégias utilizam as escolas privadas para atraírem a atenção dos pais na decisão da escolha da escola? (2) De que modo gerem estas escolas a admissão dos alunos que a elas se candidatam?

Para obter informação sobre esta questão, foi desenhado um estudo de caso que incidiu sobre duas escolas privadas que ministravam ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico num concelho português. A Escola 1 tem aproximadamente centena e meia de alunos, dos quais cerca de 65% estão matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico, enquanto a Escola 2 tem aproximadamente 600 alunos, com cerca de 70% no 1º Ciclo. A primeira escola tem um corpo docente de perto de 10 elementos, enquanto a segunda emprega cerca de quatro dezenas¹.

Optou-se por inquirir, em cada escola, através de entrevistas exploratórias, com algum grau de estruturação, a diretora e duas docentes, num total de seis entrevistas. Ambas as diretoras entrevistadas têm formação de base na área do Ensino Básico – 1º Ciclo. Ambas tiveram experiência de lecionação, durante vários anos, em escolas públicas, tendo sido depois, inicialmente, professoras em escolas privadas. Posteriormente, assumiram cargos de direção nas suas escolas. Quanto às docentes entrevistadas, são todas licenciadas em Ensino Básico – 1.º Ciclo. À exceção de uma, que sempre trabalhou em escolas privadas, as restantes trabalharam primeiro no setor

público. Os anos de serviço das entrevistadas variam entre os 9 e os 30. A opção por entrevistar estes dois tipos de participantes teve por base o desejo de obter pontos de vista eventualmente diferenciados sobre as escolas estudadas, quer a partir das posições de liderança, quer das de execução técnica, embora posteriormente, após a recolha e análise dos dados, tenhamos constatado a inexistência de diferenças de perspetiva significativas entre ambos os grupos de participantes.

O estudo baseou-se numa abordagem exploratória qualitativa, atenta ao detalhe, sem propósitos de generalização. As entrevistas, complementadas com a análise de material documental produzido pelas próprias escolas (Projetos Educativos, Planos de Atividades, Regulamentos Internos), visaram perceber a forma como estas procuravam cativar "clientes" e como regulavam a procura de que eram objeto por parte das famílias, particularmente ao nível das admissões. No primeiro caso, deu-se atenção especial às estratégias de promoção da escola, em dimensões como as áreas de formação e serviços escolhidos e divulgados pela escola, a *marketing* e a gestão das infraestruturas físicas e recursos humanos. A análise da regulação organizacional da procura incidiu sobretudo sobre os critérios de escolha dos alunos, aplicados pela escola. Os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo de caráter temático, que incidiu sobre duas categorias principais: formas de promoção da escola e modos de regulação da procura.

Para as entrevistas, foi elaborado um protocolo de consentimento informado, que foi assinado pelo investigador e por cada uma das participantes. Para preservar a confidencialidade dos dados, foi atribuído a cada escola um código numérico. Nos excertos de entrevista que apresentaremos, usamos a letra D para identificar testemunhos de diretores e o P para relatos de professores. Os códigos 1 e 2 referem-se às escolas.

Resultados

Estratégias usadas pelas escolas privadas para atraírem a atenção dos pais na decisão da escolha do estabelecimento de ensino

As escolas estudadas preocupavam-se em apresentar às famílias um tipo de oferta que as tornasse atrativas, apostando na diferenciação no mercado (Glatter *et al.*, 1997). Por exemplo, ofereciam atividades extracurriculares, após o fim do horário letivo (o que permitia o alargamento do horário até às 18 horas), que eram potencialmente atrativas para as famílias. Por exemplo, a escola 1 oferecia atividades de xadrez, violão, *hip-hop*, ballet, informática, ginástica, salas de estudo e modalidades de escolinhas do desporto; e a escola

2 oferecia ballet, “ciência divertida”, computadores, futebol, inglês, judo, patinagem, oficina da matemática, xadrez, ténis, *badmington*, grupo ORFF, dança moderna e grupo coral.

Outra estratégia de diferenciação utilizada por ambas as escolas para atrair a atenção dos pais era a forma particular como cada uma realizava a gestão dos seus recursos físicos e humanos. Por exemplo, a escola 1 procurou dotar-se de material informático inexistente noutras instituições, para assim cativar a atenção dos seus alunos e respetivas famílias. A diretora da escola, ciente de que a estrutura física do seu edifício não era apelativa para a escolha dos pais, também procurava compensar esta debilidade com a publicitação da qualidade dos seus funcionários (competência, assiduidade, empenhamento):

“Os professores raramente faltam ... não enganam a diretora, são muito francos (...). Nós temos às vezes reuniões à noite, nós trabalhamos às vezes ao sábado para festas e cenários e coisas no género, [e] ninguém me vem pedir acréscimo no ordenado.” (D1)

Por seu lado, a diretora da escola 2 apostava na propagação de ideia de que na sua escola, comparativamente com as públicas, havia mais segurança para os alunos e uma formação académica mais consistente e exigente.

“Os pais dizem também que a segurança ... não é? Sabem que, realmente, associada aos valores, ao espaço e ao horário ... os meninos estão seguros e [os pais] estão descansados. (...) Até me dizem e pedem muito, a maioria dos pais pedem muito que ... se construíssemos [uma extensão da escola], a ver se conseguimos abranger até ao 6.º ano, não é? É uma das coisas que nos pedem muito, porque dizem que realmente os filhos vão lá para fora, é como [se fossem] para a selva, não é?! (...) É que os alunos realmente aqui são mais protegidos, não é? Têm outra ... outro ... outra maneira de ser e contam-nos ... os próprios [antigos] alunos, às vezes vêm cá e contam-nos o que se passa nas salas [das escolas públicas], não é?! A educação ... se nós às vezes nos queixamos de falta de disciplina, então eles lá no [público] é pior, não é!? Eles não consideram isso normal e dizem que aquilo comparado com aqui parecia uma selva.” (D2)

Este ponto de vista foi reforçado pelas docentes entrevistadas na escola:

“Eu já há muito tempo que não estou em contato com o ensino público, não é? Mas

daquilo que tenho ouvido ... portanto, é que continua a exigir-se muito pouco a nível das aprendizagens das crianças. Facilitismo, há muito facilitismo. Aqui ... pelo contrário, aqui, ou em qualquer [escola privada], não é [assim]. Uma vez que os pais estão a pagar, eu julgo que as direções [das escolas privadas] exigem dos professores [que] trabalhem [e] (...) os professores são obrigados a exigir dos alunos também.” (P2)

As entrevistadas, quer diretoras, quer professoras, também acentuaram o fato de as suas escolas se distinguirem por terem uma grande competência para formar cidadãos:

“Eu acho que, apesar de [esta escola] não ser uma escola de cunho católico, (...) todas as pessoas que vivem aqui, que trabalham cá, são pessoas cristãs. Portanto, há um conjunto de valores e de atitudes que nós mostramos bem e que tentamos inculcar nas crianças. (...). Será que é por isso só [que os pais escolhem esta escola?]? Eu acho que também é mais uma razão.” (P1)

“[Nesta escola] é traçado o que é o perfil do que é ser um bom aluno (o que ajuda os outros, o que brinca nos recreios) e é atribuído um troféu, nominal, está lá o nome do miúdo gravado. Eu acho que isso é lindo, é valorizar exatamente aquilo que se trabalha, os valores dos miúdos, quem é amigo ... e os pais ficam satisfeitos. (...) O nosso ... o nosso ... os nossos louros, vamos lá, vão para esse tipo de concurso que é onde é [premiado] o melhor amigo. Eu não vejo ninguém valorizar as crianças por serem melhores amigas: recebem, no final do ano, um diploma porque foram os melhores alunos. E aqui ninguém recebe diplomas por serem os melhores alunos, aqui são dados diplomas, mas, sobretudo, um troféu que é mandado fazer, especificamente para eles, e acho que é exatamente o que o nosso ... o nosso projeto [de] escola [visa] ... que é valorizar os ... tudo o que é valores, tudo os que são valores humanos, cristãos e ... e ecológicos.” (D1)

A diretora da escola 2 sublinhou que o projeto educativo da sua instituição é católico e que tem as suas fontes na Bíblia, nos documentos da Igreja, na Declaração dos Direitos Humanos e na dinâmica educativa da própria fundadora. Para esta diretora, este critério tem um peso que deverá ser essencial na decisão de aceitar ou não a inscrição de certas crianças na escola:

"Nós não queremos cá os pais ... não os queremos cá só porque [a escola] tem bons espaços, só porque tem [um] bom horário. Aqui esta escola, distingue-se ... noutras lados, sei também que têm bons espaços, têm bons horários. Aqui há mais alguma coisa, porque os pais que vêm (...) [só] porque tem bom espaço e isto tudo, não devem ... não devem vir, acho que estão a tirar o lugar aos pais que realmente queiram aproveitar, que queiram mais valores, não é? (...) Porque os pais que não estão virados para valores (...) vão, certamente, (...) dar trabalho, não vão colaborar com o professor, não é? (...) Não estão para acatar valores e não vão tomar parte pelo professor. A linguagem é totalmente diferente, o professor diz uma coisa assim e em casa falam outra linguagem. Isto torna tudo ... dificulta um pouco a aprendizagem, a nossa ... pronto, o nosso projeto. E eu digo claramente: "Isto é assim" ... no final da entrevista [de admissão de alunos, realizada aos pais]: "Esta escola é católica e passa por valores católicos". Portanto, no final, quem quiser, já sabem como é que é. Quem não quiser, por favor, devem optar por outro lado." (D2)

Docentes de ambas as escolas enfatizaram o fato de as escolas privadas terem um horário alargado, uma vez que isso permite aos pais deixarem os meninos de manhã cedo e só os recolherem ao fim do dia, tendo a garantia de que estão seguros e ocupados.

"Eu acho que a (...) diferença está em termos do horário. Abre às 8:00 e fecha às seis e meia. Nas interrupções letivas a escola não fecha, a não ser no mês de agosto e, para além disso, oferece outras atividades extracurriculares." (P1)

Por fim, as entrevistadas afirmaram ser uma vantagem o fato de nas escolas privadas existir um atendimento personalizado aos Encarregados de Educação, uma maior abertura à comunidade e um maior envolvimento dos pais nas atividades letivas:

"Os horários têm de ser... os pais têm de ser mais servidos, não é? Por isso é que puseram [o filho numa escola privada]. Agora, vamos imaginar ... agora a escola fecha às seis e meia ... vamos imaginar que um grupo que se justifique de pais me diga: "Eu precisava que a escola fechasse às sete". Nós passamos a fechar às sete. (...). Portanto, gerimos sempre para bem de uma comunidade, sempre para bem de uma comunidade, é esse o intuito." (D1)

"Eu julgo que a escola continua a dar sempre primazia aos pais, [a atender a] tudo, praticamente, o que os pais dizem... (...) Tanto que medidas ... aquelas medidas tomadas no início do ano, de os pais deixarem os meninos, lá em baixo, na entrada [da escola], acabaram por não vigorar, porque os pais não concordaram." (P2)

Quando questionadas sobre a forma como os pais tomavam conhecimento sobre as condições e funcionamento das escolas, as entrevistadas apontaram preferencialmente para a informação que passava de pais para filhos, entre familiares e amigos. As redes informais desempenhavam, assim, um papel fundamental na disseminação da informação sobre cada escola:

"É exatamente através dos antigos alunos, dos amigos, dos familiares, naquelas conversas de reuniões de família, vão dando o seu parecer: "Ah, o meu está ali [na escola] e eu estou bem". (...) Portanto, vão passando a mensagem, acho que é mais por aí, de boca em boca." (D1)

"Eu julgo que é através de outros pais que já tiveram os filhos aqui, das escolas do 2º ciclo, portanto do *feedback* que [lhes chega] dos [alunos] do 2.º ciclo e até, em muitos casos, de antigos alunos." (P2)

Predominava assim, em ambas as escolas, a utilização do *feedback ad hoc* (Bagley *et al.*, 1996) – uma recolha informal de informação que ocorre, nos estabelecimentos de ensino ou fora deles, frequentemente no decurso de encontros casuais com pais ou outros elementos da comunidade ou de contatos com a escola desencadeados por iniciativa das próprias famílias.

Embora sondadas por empresas de publicidade, as diretoras de ambas as organizações relataram que têm resistido a tais investidas, por serem objeto de uma procura por parte das famílias muito superior à sua capacidade de oferta de lugares. Em tom de brincadeira, uma delas acrescentou mesmo que pagaria para que ninguém divulgasse a existência da sua escola. No entanto, alertou para o fato de que se, no futuro, começasse a aparecer competição a nível de mercado, então a escola teria de investir em publicidade. A inexistência do *marketing* devia-se, pois, ao excesso de procura de que as organizações eram objeto e não a qualquer objeção à utilização deste mecanismo promocional por parte das escolas.

"Nunca fizemos isso [usar estratégias de *marketing*] e aliás quando alguém nos telefona a sugerir, num jornalinho não sei das quantas, e que querem, por exemplo, aumentar o tamanho

na lista telefónica, eu digo... é assim, à laia de brincadeira, eu pago para ninguém dizer que nós existimos, porque a lista de espera é tão grande, por enquanto ... enquanto não houver competição a nível de mercado, [neste concelho] ... se começar a haver muitas mais escolas com sucesso, claro que nós vamos ter que ... que fazer esta propaganda. Só que eu suponho que não [será necessário], porque, normalmente, os antigos alunos querem que os seus filhos regressem". (D1)

"Não, a escola [não desenvolve estratégias de *marketing*]... o próprio *marketing* são os pais, os antigos alunos e as próprias crianças

para garantir que as escolas são verdadeiramente inclusivas, integrando alunos de todos os níveis de aptidão e oriundos de todos os grupos sociais, em vez de serem dominadas pelas famílias cujos recursos lhes permitem viver perto das organizações mais desejadas e aí inscrever os seus filhos.

Contrariamente aos exemplos acima mencionados, as escolas por nós estudadas efetuavam uma seleção baseada em critérios que davam prioridade a determinados alunos, como podemos ver no Quadro 2. Estes dados mostram que as políticas de admissão destes estabelecimentos de ensino se baseavam na definição de perfis preferenciais que permitiam a realização de uma seleção encoberta (West e Pennell, 1997).

Quadro 2 ▶ Critérios de seleção dos alunos pelas escolas, por ordem de prioridade

Escola 1	Escola 2
Irmãos dos alunos que já estão matriculados;	Irmãos dos alunos que já estão matriculados;
Filhos dos funcionários;	Meninos que são mais velhos;
Filhos dos antigos alunos	Filhos dos antigos alunos, desde que tenham colaborado com a escola.
Ordem de inscrição	

que depois vão lá para fora. (...) Ainda no outro dia ligaram-me (...) ... pronto, queriam que nós déssemos a conhecer [a escola], pronto ... que fizéssemos *marketing*, não é? Para os pais conhecerem [a nossa escola], para [a] escolher para os alunos. Não. (...) neste momento, nós não estamos interessados em fazer propaganda, não estou interessada (...) porque o verdadeiro [*marketing*] é o nosso testemunho, não é? O produto que sai, que vai, é que ... pronto, ali é que realmente as pessoas veem o que [nós fazemos]." (D2)

Modos de regulação da admissão de alunos

Segundo os relatos das diretoras e das docentes, todos os anos existia nestas escolas uma lista de crianças candidatas à admissão que excedia em muito o número de alunos que cada uma delas conseguia acolher.

Num verdadeiro mercado educativo com escola totalmente livre e igualdade de probabilidade de ingresso para todos, um mecanismo de ingresso passível de ser utilizado em situações deste tipo (excesso de candidatos) seria a realização, por cada escola, de uma tiragem aleatória, processo que está em vigor, pelo menos de forma parcial, em vários países e que é designado de "admissões por lotaria" (Dolle e Newmann, 2008; Eckes e Trotter, 2007; Moore, 2009; Stasz e van Stolk, 2007). Em locais como, por exemplo, o Reino Unido, tal política é concebida

Em qualquer dos estabelecimentos de ensino, os pais interessados inscreviam os seus filhos como candidatos. Depois, quando era feita a seleção, nas escolas era dada prioridade às crianças que já tinham irmãos matriculados no estabelecimento de ensino. As entrevistadas afirmaram que esta prática visava reforçar o ambiente familiar da escola, assim como manter juntas as crianças de uma mesma família. Objetivamente, este e outros critérios de seleção (por exemplo, as crianças candidatas serem filhas de antigos alunos) funcionavam no sentido de manter a homogeneidade social do recrutamento das escolas e a seleção preferencial de certos tipos de famílias.

"Eu acho que uma das coisas que se calhar tem feito os pais procurarem mais esta escola é porque a maioria os alunos que está cá são filhos de antigos alunos. Um grande, grande, grande número são filhos de antigos alunos, portanto, eles já conheciam a instituição. E depois, aqueles que não são de antigos alunos, muitos são parentes, ou são amigos." (P1)

"Depois de preencher aquelas vagas, porque ... e acabam por não dar resposta [a todos os interessados em matricular os filhos na escola], fica sempre gente de fora, não é? Antigos alunos ... temos em conta os [antigos] alunos, desde que [tenham sido] ou sejam pais que contribuíram bastante e que realmente a sua postura [na escola] [tenha

sido] de ajuda, de colaboração, talvez [tenhamos isso] em conta, porque realmente é uma pena muitos alunos, às vezes antigos alunos, ficarem postos de fora, não é? (...) Depois de analisados, depois de serem analisados, porque senão, vamos ver ... vamos imaginar que é uma criança que os pais nunca colaboraram nada, quer em termos de disciplina, quer em termos de trabalhos de escola, quer em termos de acatar as regras [da mesma]. Só o fato de ser antigo aluno não lhes dá direito de entrar, não é? Por isso é que estes casos, às vezes, terão de ser analisados. Se realmente eram pais que trouxeram valores, se eram pais que colaboraram com o professor, se colaboraram com [a escola], (...) aí sim." (D2)

As duas organizações desenvolveram, pois, critérios de seleção que lhes permitiam efetuar a escolha, de um modo alegadamente "justo", dos alunos e famílias que estivessem de acordo com a sua conceção do que era o público desejável. A escola 2 afirmava mesmo, explicitamente, no terceiro critério, que daria prioridade a filhos de antigos alunos, desde que estes tivessem colaborado com a escola, uma expressão suficientemente ambígua para permitir gerir as admissões consoante os interesses da instituição.

Conclusão

A principal conclusão a que chegamos no presente estudo é que, em contextos em que as famílias podem optar (mesmo que condicionadamente, como é o caso de Portugal) pela escola onde irão matricular os seus filhos, as escolas não agem necessariamente enquanto atores de mercado, no sentido rigoroso do termo num contexto de mercado concorrencial puro. Na verdade, quando todas as escolas privadas (que podem, em abstrato, competir entre si por alunos, assim como com as escolas públicas) são objeto de um excesso de procura, não sentem necessidade de adotar mecanismos de *marketing* nem estratégias ostensivamente agressivas para ganharem vantagem sobre os potenciais concorrentes. Optam, pelo contrário, preferencialmente, por, através da diferenciação e de alguma promoção informal, selecionar, de entre a multidão de candidatos, aqueles que mais se ajustam à sua filosofia e imagem de marca, isto é, são as escolas que selecionam as famílias e não estas que selecionam a escola (Barroso, 2003).

No nosso estudo, o processo usado pelas escolas para concretizar este objetivo foi o da definição de um perfil preferencial de aluno, que era desenhado estrategicamente para cumprir tal objetivo, representando uma forma encoberta de seleção social. Não sendo uma forma ostensiva de seleção, a política do perfil preferencial preenche três funções latentes vitais que permitem a formatação pró-ativa do corpo discente

por parte da organização: (1) legitima as escolhas feitas pela escola, atribuindo-lhes uma aparência de "objetividade" e "imparcialidade", isto é, evitando a manifestação explícita de preferências por certos alunos e ajudando assim, de certa forma, a diluir os potenciais conflitos com as famílias cujos filhos, candidatos ao ingresso, não tenham sido admitidos; (2) permite, simultaneamente, manter a "pureza" da composição sociocultural do corpo discente, ao assegurar que os futuros alunos sejam recrutados nos meios socioeconómicos de onde os anteriores são provenientes e (3) por fim, à semelhança das cadeias comerciais que apostam na utilização dos cartões de cliente, funciona como mecanismo eficaz de fidelização da clientela atual, procurando evitar que esta seja atraída por outras escolas e garantir que escolherá, provavelmente, o mesmo estabelecimento de ensino, quando vier a ter filhos em idade escolar.

A opção das escolas pela recolha informal de informação sobre as famílias, em detrimento da utilização do *marketing* explícito, também pode ser entendida no mesmo sentido. Como sublinharam Bagley *et al.* (1996), a aquisição informal de *feedback* pelas escolas permite-lhes construir a sua própria versão do que são os verdadeiros desejos do "mercado". Contudo, esta recolha informal de informação caracteriza-se pelo enviesamento, tornando possível dar-se mais crédito às perspetivas que são mais consonantes com o que a escola pensa; e pela desigualdade, no sentido em que tal abordagem *ad hoc* permite privilegiar os pontos de vista de alguns pais em detrimento dos de outros. Na verdade, este tipo de recolha *ad hoc* de informação, pela sua natureza informal, é seletivo e tal seletividade pode ser entendida como útil pelas escolas, pois estas podem preferir, intencionalmente, escutar mais os pontos de vista de uns pais do que os de outros. Num contexto em que a procura é claramente superior à oferta, é muito possível que tal aconteça.

Pelas razões acima expostas, na admissão de alunos, havendo excesso de candidatos, as escolas por nós estudadas não utilizaram processos aleatórios, mas antes mecanismos de seleção baseados em critérios por elas considerados prioritários. Não deixa de ser significativo verificar, pois, que quando a escolha das famílias não corresponde ao que as escolas pretendem, estas, embora doutrinariamente se reclamem de uma filosofia de mercado livre, podem acabar por introduzir critérios que condicionam a "liberdade" de escolha das famílias candidatas. Em suma, se as famílias escolhem as escolas, estas também podem escolher, mesmo que por processos aparentemente legítimos e objetivos, as famílias que virão a acolher.

As ideias que aqui discutimos são, naturalmente, decorrentes de um estudo empírico bastante circunscrito, envolvendo apenas duas escolas e um pequeno conjunto de entrevistados, pelo que

sublinhamos a natureza exploratória do mesmo e a ilegitimidade de quaisquer generalizações que possam a partir dele ser realizadas. Mesmo assim, pensamos ter identificado pistas de trabalho úteis que poderão ser desenvolvidas em pesquisas futuras, com desenhos de pesquisa mais alargados e empiricamente mais sustentados.

Notas

¹ Por razões de preservação da confidencialidade, apresentamos estes dados de forma aproximada em vez de fornecer os dados exatos. Julgamos que esta informação é suficiente para construir uma ideia de algumas características essenciais destes estabelecimentos de ensino, sem que a identidade das escolas e das participantes seja revelada, por via indireta.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, P. e M. L. Quaresma (2013), "Schools for the Elite, Schools for the Poor: The Same Educational System, Contrasting Socialization Environments", *Italian Journal of Sociology of Education*, 5 (2), pp. 133-159.
- AFONSO, A. (2002), "O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata", in L. Lima e A. Afonso (orgs.), *Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo*, Porto, Afrontamento, pp. 33-59.
- BAGLEY, C.; P. Woods e R. Glatter (1996), "Scanning the Market: School Strategies for Discovering Parental Perspectives", *Educational Management Administration & Leadership*, 24 (2), pp. 125-138.
- BANACH, W. J. (2001), *The ABC of School Marketing*, Boston, Scarecrow Education.
- BARROSO, J. (2003), "Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada", in J. Barroso (org.), *A escola pública: regulação, desregulação, privatização*, Lisboa, Edições Asa, pp. 79-106.
- BARROSO, J. (2005), *Políticas educativas e organização escolar*, Lisboa, Universidade Aberta.
- COTOVIO, J. (2004), *O ensino privado*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- DALE, R. (1996), "A promoção do mercado educacional e a polarização da educação", *Educação, Sociedade & Culturas*, 2, pp. 109-139.
- DOLLE, J. R. e A. Newmann (2008), *Luck of the Draw? On the Fairness of Charter School Admissions Policies*, New York, National Center for the Study of Privatization in Education.
- ECKES, S. E. e A. E. Trotter (2007), "Are Charter Schools Using Recruitment Strategies to Increase Student Body Diversity?", *Education and Urban Society*, 40 (1), pp. 62-90.
- ESTEVÃO, C. A. (1998), *Redescobrir a escola privada portuguesa como organização*, Braga, Universidade do Minho.
- ESTEVÃO, C. A. (2000), "O público e o privado em educação: a providenciação pública do privado na educação portuguesa", in J. A. Pacheco (org.), *Políticas educativas: o neoliberalismo em educação*, Porto, Porto Editora, pp. 137-157.
- GLATTER, R.; P. A. Woods e C. Bagley (1997), "Diversity, Differentiation and Hierarchy: School Choice and Parental Preferences", in R. Glatter, P. A. Woods e C. Bagley (eds.), *Choice & Diversity in Schooling*, London, Routledge, pp. 7-28.
- LAVAL, C. (2003), *L'école n'est pas une entreprise: le néo-libéralisme à l'assaut de l'enseignement public*, Paris, Éditions de la Découverte.
- LEVIN, B. e J. A. Riffel (1997), "School System Responses to External Change: Implications for Parental Choice of Schools", in R. Glatter, P. A. Woods e C. Bagley (eds.), *Choice & Diversity in Schooling*, London, Routledge, pp. 44-58.
- LIMA, L. e A. Afonso (2002), *Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- LOCKHART, J. M. (2005), *How to Market Your School*, Lincoln, NE, iUniverse Inc.
- MOLNAR, A. (2006), *School Commercialism: From Democratic Ideal to Market Commodity*, New York, Routledge/Falmer.
- MOORE, M. (2009), "Children Allocated School Places on 'Roll of a Dice'", *The Telegraph*, 20 de Fevereiro de 2009. [Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/education/educationnews/4737795/Children-allocated-school-places-on-roll-of-a-dice.html>] [Última consulta em 06/02/2016].
- QUARESMA, M. L. (2014), *Entre o herdado, o vivido e o projetado: estudo de caso sobre o sucesso educativo em dois colégios privados frequentados pelas classes dominantes*, Porto, Edições Afrontamento.
- STASZ, C. e C. Van Stolk, C. (2007), *The Use of Lottery Systems in School Admissions*, Cambridge, UK, RAND Europe.
- WARNER, C. (2009), *Promoting Your School*, Thousand Oaks, CA, Corwin Press.
- WEST, A. e H. Pannel (1997), "Changing Admissions Policies and Practices in Inner London: Implications for Policy and Future Research", in R. Glatter, P. A. Woods e C. Bagley (eds.), *Choice & Diversity in Schooling*, London, Routledge, pp. 178-190.

Recebido a 30/05/2016. Aceite para publicação a 18/11/2016.

Jorge Ávila de Lima (jorge.ma.lima@uac.pt). Universidade dos Açores, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Sociologia & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores). R. da Mãe de Deus, 9501-801 Ponta Delgada, Região Autónoma dos Açores.

André Costa Melo (ebi.rabopeixe@azores.gov.pt). Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe, Núcleo de Educação Especial. Rua da Eira, s/n, 9600-140 Rabo de Peixe-Ribeira Grande, Região Autónoma dos Açores.



MODOS DE RECONFIGURAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA NUM CONTEXTO DE SUBIDA DAS INCERTEZAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADULTOS

MODES OF RECONFIGURATION OF PUBLIC ACTION IN A CONTEXT OF RISING UNCERTAINTIES: A REFLECTION FROM THE POLICIES OF BASIC EDUCATION FOR ADULTS

João Eduardo Martins

■ Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, CIEO – Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações

Resumo

Faz-se neste artigo uma reflexão sobre a reconfiguração da ação pública na sociedade portuguesa a partir da análise da implementação de um programa de políticas públicas de educação de adultos com incidência nos sentidos e nos modos como os atores encarregues de o colocar em prática dele se apropriam e o reinterpretam. Os resultados da investigação aqui mobilizada permitem dizer que a produção da ação pública é atravessada por lógicas de ação múltiplas e não poucas vezes de sentido contrário entre si, o que é revelador das tensões, ambivalências e contradições pelas quais são atravessadas as políticas e as práticas de educação de adultos num contexto contemporâneo de subida de múltiplas incertezas. A produção da ação pública é hoje o resultado da intervenção de uma multiplicidade de atores com características marcadamente diferenciadas numa ação construída coletivamente a múltiplos níveis.

Palavras-chave: Sociologia, ação pública, educação de adultos, subida das incertezas

Abstract

In this article we propose a reflection about the reconfiguration of public action in the Portuguese society, through the analysis of the implementation of a public policy program for adults' education, with incidence in the meanings and the modes of how the actors in charge of putting it into practice appropriate and reinterpret it. The research results allow us to say that the production of public action is crossed by multiple logics of action, quite often opposite, thus revealing the tensions, ambivalences and contradictions that permeate adults' education policies and practices in a contemporary context of rising uncertainties. The production of public action is, nowadays, the result of the intervention of a multiplicity of actors with markedly different characteristics within an action collectively built at multiple levels.

Keywords: Sociology, public action, adult education, rising uncertainties

Introdução

Este artigo tem como principal objetivo a reflexão sobre os modos de implementação das políticas públicas de educação básica de adultos em Portugal a partir da análise do programa "Iniciativa Novas Oportunidades". Mobilizam-se os resultados empíricos de uma investigação de doutoramento

em Sociologia realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa intitulada "Das políticas às práticas de educação de adultos: Lógicas de ação, sentidos e modos de apropriação localmente produzidos" com a finalidade de compreender sociologicamente os modos como a medida se enraíza localmente nos terrenos da ação pública.

Privilegia-se a reflexão sociológica em torno de dois eixos analíticos centrais desenvolvidos ao longo do trabalho. O sistema de sentidos em torno das finalidades da medida e as lógicas de ação que orientam a intervenção dos formadores de educação e formação de adultos e dos técnicos de reconhecimento, validação e certificação de competências entrevistados no âmbito desta investigação.

Do ponto de vista metodológico, a investigação posiciona-se do lado das sociologias interpretativas, seguindo uma lógica qualitativa, e procurou conciliar um esquema de inteligibilidade actancial com um esquema estrutural (Berthelot, 1997). Foram realizadas trinta e oito entrevistas semiestruturadas a técnicos que trabalharam na Iniciativa Novas Oportunidades em duas organizações situadas na região do Algarve: uma Associação de Desenvolvimento Local e um Centro de Formação Profissional, este último sob tutela estatal.

As entrevistas foram feitas a técnicos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, técnicos de Diagnóstico e Acolhimento, mediadores e formadores de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e um diretor de um Centro Novas Oportunidades. Para além de 8 entrevistas exploratórias feitas a formadores que trabalham em entidades públicas e privadas, foram realizadas 17 entrevistas na Associação de Desenvolvimento Local e 13 entrevistas no Centro de Formação Profissional. Os formadores entrevistados dão formação nas áreas de competência-chave Linguagem e Comunicação, Cidadania e Empregabilidade, Matemática para a Vida, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Inglês, assim como nas áreas da formação profissionalizante.

Foram entrevistados formadores em áreas tão diversificadas tais como Animação e Lazer, Tratamento de Plantas e Animais, Higienização de Espaços e Equipamentos ou Lavandaria e Tratamento de Roupas, em cursos EFA - B3 e B4, cursos que dão equivalência a um grau de escolaridade ao nível do 9º ano e do 12º ano respetivamente e a níveis II e III de certificação profissional. Estes técnicos que trabalham na formação de adultos são provenientes, nas suas trajetórias académicas, de áreas tão diversificadas, tais como a Gestão de Empresas, a Matemática, a Sociologia, a Antropologia, a Engenharia Alimentar, a Enfermagem, a Engenharia de Sistemas de Informação, entre outras, sendo esta diversidade uma característica marcante da trajetória destes atores, cuja experiência e trajetória profissional está também marcada pela pluralidade de mundos ocupacionais.

Do ponto de vista da sua estrutura etária, estamos perante uma categoria ocupacional relativamente jovem, com uma média de idades de aproximadamente 37 anos, e situada socialmente, do ponto de vista da sua trajetória social, na nova

pequena burguesia com um elevado capital escolar, sendo na sua maioria licenciados. Uma característica que contrasta com a escolaridade dos seus pais, que para além de ocuparem posições no espaço social manifestamente inferiores do ponto de vista estatutário, têm níveis de escolaridade comparativamente muito baixos (Martins, 2014: 154). O material empírico recolhido foi sujeito a uma análise estrutural de conteúdos (Hiernaux, 1997) com o objetivo de identificar os modelos culturais¹ que orientam a conduta dos atores.

Do ponto de vista da orientação teórica, as principais referências analíticas são a sociologia política da ação pública (Hassenteufel, 2008) com centralidade do conceito de ação pública²; a sociologia da individuação (Martuccelli, 2006) com centralidade no conceito de prova³ (*épreuve*) e os conceitos de procedimentalização (De Munck e Verhoeven, 1997) e de agir poético, operadores analíticos estes adequados à análise da ação pública levada a cabo num contexto de subida das incertezas (Castel, 2009).

Os resultados desta investigação permitem-nos pensar os processos e as dinâmicas de reconfiguração da ação pública na sociedade portuguesa e constatar que esta é hoje atravessada por tensões, ambivalências e contradições que os atores encarregues da sua produção têm que enfrentar a quando da sua intervenção coletiva conjunta. A medida é atravessada por atribuições de sentido contraditórias e por lógicas de ação diversas que geram tensões no momento da sua apropriação.

Existe assim uma tensão entre uma lógica de massificação e uma lógica de singularização; entre uma lógica universalista e uma lógica de seleção social e entre uma lógica de implementação (Pressman e Wildawsky, 1973) emanada do topo do Estado e uma de lógica da ação coletiva valorizada pelos atores no local. Em seguida apresentamos esta combinatória de sentidos e de lógicas de ação tal como eles se manifestam no material empírico recolhido na investigação.

Uma medida que repara injustiças, mas que também produz injustiças

Os sentidos atribuídos pelos técnicos entrevistados às finalidades da medida Novas Oportunidades, permitem-nos dizer que se por um lado esta medida de política pública é percecionada como reparadora de injustiça social, uma vez que permite uma nova oportunidade educativa a indivíduos que foram anteriormente afastados do sistema educativo, em resultado de causas exteriores à responsabilidade individual dos mesmos; por outro lado, a medida é percecionada como produtora de injustiças, quando é encarada como oferecendo novas oportunidades de vida a indivíduos que aparecem nas representa-

ções dos formadores como não fazendo nada para as merecer.

Emergem assim do material empírico dois sistemas de representações que remetem para a oposição entre beneficiários merecedores e não merecedores. Os primeiros são percebidos como aqueles que verdadeiramente merecem as oportunidades que o sistema põe à sua disposição. Os segundos são percebidos como não fazendo nada para merecer as oportunidades que lhes estão a ser proporcionadas.

Nas representações dos entrevistados é muito clara esta dicotomia, de um lado, os “bons” beneficiários da Iniciativa, aqueles para quem de fato as Novas Oportunidades valem a pena; do outro lado, os “maus” beneficiários que frequentam a medida, aqueles que se aproveitam do sistema ou que são percebidos como não sendo talhados para a frequência do mesmo. Este segundo conjunto de representações sociais dos técnicos sobre os destinatários desta medida de política educativa permite-nos pensar que estamos na presença de um dos mais poderosos mecanismos de legitimação das desigualdades sociais tal como identificados por Martuccelli (2006) e que passa pela responsabilização dos indivíduos pelo seu (in)sucesso na frequência do programa.

Mesmo quando os beneficiários deste tipo de iniciativa são vistos como tendo sido objeto de mecanismos injustos de reprodução cultural e social, aquando da sua passagem pela instituição escolar, é à responsabilização dos beneficiários pelo seu próprio desempenho, o mecanismo a que uma boa parte dos educadores de adultos entrevistados recorre para posicionar o público-alvo com que trabalha. A capacidade de ativação de si próprio no trabalho com o outro (Astier, 2003) e sobre o outro (Dubet, 2002) é o mecanismo que legitima o sucesso do trabalho dos adultos que frequentam as ações de formação dos cursos de educação e formação de adultos.

Deste modo, esta medida de política pública, através da mediação da intervenção dos técnicos, tanto pode funcionar como um dispositivo de seleção social, afastando aqueles que são considerados como não aptos ou sem vontade própria de irem ao encontro do novo paradigma de políticas públicas centrado nas exigências da ativação⁴ (Cassiers, 2005) como pelo contrário pode funcionar como um dispositivo capaz de produzir uma nova confiança institucional em si (Martuccelli, 2006) quando os indivíduos se movem na direção desejada pela normatividade da medida e da exigência dos técnicos.

Vejamos a título de ilustração o discurso do formador Américo, antropólogo, formador de Cidadania e Empregabilidade, num curso EFA – B3 (com equivalência escolar ao 9.º ano de escolaridade) para quem o sucesso do seu trabalho depende da

vontade individual dos destinatários em quererem efetivamente mudar de vida:

“A principal dificuldade é uma que deriva daquela questão que lhe falei há bocado, é de estarmos a trabalhar com pessoas que efetivamente não querem mudar, isto é, os cursos EFA para mim são cursos de mudança, são cursos em que existem condições para a pessoa mudar, mudar erros de comportamento e de atitudes que teve, erros de posicionamento face à sociedade (...) portanto, há aqui uma série de situações e oportunidades que os cursos EFA permitem pegar e trabalhar e ajudar as pessoas que querem, a mudar, mudar de forma de vida, mudar de profissão, mudar claramente a qualidade da sua vida, agora, essa é uma realidade para a maior parte dos formandos que nos chegam à seleção ou que nos chegam à sala de formação, mas não é para todos. Isto é, alguns formandos ainda são profissionais da formação, estão aqui com um único objetivo que é ganhar umas massas durante algum tempo (...) as pessoas que embarcarem neste caminho de dependência vêm aqui com um esquema de realização de algumas mais-valias, essas não querem mudar, essas pessoas não fazem esta transformação individual, pessoal, para beneficiarem de todos estes recursos que estão aqui há disposição delas para evoluir e com essas, realmente, trabalha-se mal, é difícil e os processos, as aprendizagens, são complicadas, são difíceis, rejeitam, perturbam, é difícil. As que querem mudar, é pá, trabalha-se muito bem com elas (...) o problema está no identificar genuinamente aquelas que querem embarcar num processo de mudança e as que não querem embarcar num processo de mudança. Repare, há aquelas para as quais isto é só um esquema, uma forma de prolongar a sua existência mais ou menos miserável durante mais alguns tempos.”

Trabalhar sobre o singular e certificar o maior número: entre a singularização e a massificação

Uma das isotopias (Hiernaux, 1997) construídas a partir do material empírico analisado nesta investigação permitiu-nos objetivar uma tensão, entre uma lógica de ação centrada na massificação do dispositivo e uma lógica de ação centrada na singularização. A primeira resulta de uma racionalidade emanada do topo do campo burocrático centrada na produção quantitativa de metas e na exigência da eficácia e eficiência dos resultados. A segunda emanada dos “profissionais” que nos

Quadro 1 ▶ Lógicas de ação em confronto na implementação da Iniciativa Novas Oportunidades/Tensões e contradições entre a massificação e a singularização

As metas são muito difíceis de alcançar	/	[As metas não são muito difíceis de alcançar]
Ninguém atinge as metas	/	[Alguém atinge as metas]
É uma correria constante para atingir as metas	/	[Não é uma correria constante para atingir as metas]
Nalgumas entidades a Iniciativa Novas Oportunidades pode promover o facilitismo	/	[Nalgumas entidades a Iniciativa Novas Oportunidades não pode promover o facilitismo]
Seria preciso deixar fazer um trabalho com mais qualidade	/	[Não seria preciso deixar fazer um trabalho com mais qualidade]
As metas deviam ser reavaliadas para podermos fazer um trabalho de qualidade	/	[As metas não deviam ser reavaliadas para podermos fazer um trabalho de qualidade]
Lógica quantitativa/massificação	/	Lógica qualitativa/singularização

terrenos da ação pública se confrontam com as provações do trabalho de formar e de reconhecer e validar competências, mais centradas na qualidade do seu trabalho. Este último assenta na necessidade de fabricar respostas singularizadas⁵ ao percurso individual e formativo de cada adulto destinatário destes dispositivos de formação.

A descrição da isotopia diz-nos assim que “as metas são muito difíceis de alcançar”, que “nunca ninguém atinge as metas”, que as “metas são muito apertadas”, que para se atingir as metas estabelecidas estatalmente tem que se andar “numa correria constante” e que as metas deveriam ser reavaliadas para se poder fazer “um trabalho de qualidade”.

Estamos perante uma lógica de ação Estatal que privilegia a dimensão de Estado Avaliador (Neave, 1988) com ênfase na eficácia dos resultados, no apelo à certificação do maior número e na exigência na produção de certificados. É preciso chegar a um certo número de metas traçadas num determinado período de tempo, funcionando desta forma à maneira da *cit  industrielle* (Boltanski e Thévenot, 1991).

Do lado dos atores que trabalham no terreno, a pressão para o cumprimento de metas   sentida de forma ambivalente, uma vez que, se por um lado, são constrangidos pela a o estatal a orientarem-se para o cumprimento dos objetivos estipulados, sob pena de verem o seu próprio posto de trabalho em risco; por outro lado, os testemunhos dos entrevistados assinalam uma preocupa o com a difícil concilia o entre a resposta   exigência da massifica o e uma  tica profissional orientada pela valoriza o de se fazer um trabalho de qualidade que tenha em aten o a especificidade de cada indivíduo no singular.

Entre uma lógica de a o universal e uma lógica de a o orientada pela seletividade: um programa só para alguns

Esta   outra tensão importante que encontramos na análise ao material empírico e com que se defrontam os atores no terreno no momento da apropria o da medida. Por um lado, uma lógica de a o emanada estatalmente, assente no princípio da universalidade, e por outro lado, uma lógica de a o defendida pelos técnicos entrevistados, orientada pela exigência de seletividade da medida. Reconhecer, validar e certificar competências não deveria ser um dispositivo de educa o de adultos aberto a todos, mas pelo contrário, deveria ser só para alguns.

O discurso de Narciso, o Diretor de um Centro Novas Oportunidades numa Associa o de Desenvolvimento Local   ilustrativo a este respeito:

“(...) essa política dos Centros Novas Oportunidades foi pensada para pessoas para mais de 23 anos, em que a perspetiva era ter um leque de várias ofertas e no caso específico dos Centros de RVCC, para pessoas que tinham uma trajetória pessoal de vida bastante rica e de claramente de produ o de competências que permitiria que essas pessoas se dirigissem aos Centros e viessem reconhecer essas competências. O que acontece depois   que esta política, na sua g nese bastante rigorosa e até generosa, se transformou num instrumento político muito mais universal e muito mais de banda larga; e quando eu digo universal significa, não   no bom sentido,  : universalizou-se uma medida que não era para ser universal, ou seja, abriu-se a partir dos 18 anos e não necessariamente para pessoas que

já tinham uma trajetória de vida e então os Centros foram um pouco forçados a receber aqui pessoas que não tinham propriamente perfil para fazer isto (...) e nós acabámos por ter que acolher aqui pessoas que não tinham na altura o devido perfil e claramente os processos acabaram por se arrastar muito com essas pessoas porque naturalmente tinha que ser assim (...) os Centros Novas Oportunidades, primeiramente Centros RVCC não poderiam ter sido encarados como uma política universal para todas as pessoas que não tinham escolaridade obrigatória mas sim uma política seletiva para pessoas que exatamente tinham esse perfil.”

Os destinatários considerados “sem perfil” são uma prova (Martuccelli, 2006) difícil de ultrapassar no trabalho quotidiano dos técnicos que muitas vezes não encontram soluções alternativas para a sua situação e só lhes resta convencer esta categoria de adultos das suas “incompetências”.

“(…) há aqui também outro problema de gestão com o qual fomos confrontados em que não há ou não houve durante este período esse leque alargado de ofertas, quem não tinha perfil para este processo não havia propriamente grandes alternativas para reencaminhar, durante muito tempo não tivemos cursos EFA no Algarve e agora continuamos sem ter, ou seja, uma pessoa que não tem competências para fazer o processo de RVCC, para onde é que a reencaminhamos? A não ser que digamos à pessoa, você não pode fazer isto, não tem perfil, fica em lista de espera até que haja uma oferta e essas ofertas não existiram. Então, do ponto de vista da conceção política, ela depois acabou por ter muito mais consistência, penso eu, mas falhou porque não existiram os instrumentos de suporte.”

“(…) por exemplo, claramente, há pessoas para quem esta política se adequa na perfeição.

Pessoas que tiveram vidas riquíssimas e que só precisavam de um instrumento deste tipo para demonstrar o que aprenderam ao longo da vida e essas pessoas não são claramente a maioria. São uma minoria de pessoas que certamente passaram por todos os Centros em Portugal, mas justifica a necessidade da medida, depois há muita gente que por aqui tem passado para quem, digamos, o Centro tal como ele foi concebido não era claramente a resposta e que nos obrigou a ter respostas alternativas de trabalho suplementar com essas pessoas para produção de competências e não apenas para reconhecimento. E, portanto, eu diria que há um leque interessante de pessoas a quem o reconhecimento é uma resposta clara e justa e depois há uma série de outras pessoas para que o reconhecimento é meramente insuficiente e o trabalho de produção de competências, aí, nesse caso de formação, é muito mais forte, muito mais pesado e veja-se o caso dos desempregados não é? O Centro Novas Oportunidades, nós somos neste momento desde há uns meses atrás, somos obrigados, somos obrigados, mas os desempregados também são obrigados (...) o desempregado é obrigado sobre a chantagem de perder o subsídio de desemprego a fazer o reconhecimento de competências (...) ou vão fazer o processo de RVCC ou perdem o subsídio de desemprego, portanto há muitas incoerências nesta matéria e claramente são medidas políticas mal feitas, inconcebíveis, quer dizer, não é por essa via, quer dizer e há muita gente que ali está que não tem perfil e o que nós fazemos é levar as pessoas a perceber que não têm perfil, o senhor não tem perfil, o senhor não pode fazer isto, isto não vai resolver o seu problema.”

A tensão sentida pelos entrevistados que têm a seu cargo a tarefa de executar as políticas é clara: a medida não deveria ser aberta a todos a que ela chegam. É isso que nos permite perceber o sistema de sentidos que emerge do quadro que se segue.

Quadro 2 ▶ Os constrangimentos na implementação da Iniciativa Novas Oportunidades/Entre o universalismo e a seletividade

[Política não universal e de banda curta]	/	Política universal e de banda larga
Universalidade vista como negativa	/	[Universalidade vista como positiva]
CNO forçados a receber pessoas sem perfil	/	[CNO não forçados a receber pessoas sem perfil]
CNO deviam de ser para pessoas com perfil	/	[CNO não deviam de ser para pessoas com perfil]
Defesa de uma política seletiva	/	[Defesa de uma política não seletiva]
Seletividade – O programa é só para alguns	/	Universalismo – O programa é aberto a todos

A ambição política da medida deveria ser reduzida uma vez que ela é encarada como devendo ser aberta só para alguns sem pretensões da sua universalidade. Nem todos os beneficiários têm uma trajetória de vida que permita um reconhecimento de competências aos níveis exigidos. Em muitas situações há défices nas ofertas alternativas da política de educação e formação de adultos, o que deixa os técnicos no terreno de mãos atadas sem saber para onde reencaminhar os adultos que são percebidos como "sem perfil". Em muitas outras situações, chegam à medida pessoas que a ela acedem de forma forçada, uma vez que, sob a égide ideológica das políticas de ativação, os desempregados são obrigados a frequentar a formação contrariados, sob pena de verem cortados os subsídios alocados pelo Estado. Uma provação difícil de resolver nos terrenos da ação pública.

Estado Poiético, lógica de implementação e lógica da ação coletiva: tensões, contradições e ambivalências na produção da ação pública

As políticas públicas de educação básica de adultos, à semelhança das políticas públicas noutros setores de atividade, passam um processo de reconfiguração societal que as tornam analisadores por excelência das transformações do papel do Estado nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Constrangida a partir do exterior na sua intervenção por atores transnacionais que lhe diminuem cada vez mais a soberania e a capacidade autónoma de produção das políticas e constrangida a partir dos territórios locais por movimentos e associações da sociedade dita civil que procuram fazer prevalecer as suas expectativas, a atuação do Estado, na produção da ação, é obrigada a reinventar-se na direção daquilo que Balsa (2012) designa por Estado Poiético.

O Estado passa a produzir orientações de políticas latas e abre espaço a uma enorme diversidade de atores, públicos e privados, para levar a cabo as suas intenções e finalidades de política pública. A Iniciativa Novas Oportunidades é um claro exemplo disso, uma vez que para além das entidades públicas, sob tutela estatal, tais como as escolas e os centros de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, atores múltiplos de características heterogêneas e diversas, intervêm na concretização da medida. Sindicatos, organizações económicas, autarquias, empresas privadas de formação profissional, associações de desenvolvimento local, entre outras.

Um dos contributos da análise sociológica que fazemos a esta medida é percebermos que se o Estado faz apelo a uma diversidade de atores para

levar à prática a ação pública, ele não deixa de chamar a si uma lógica de implementação, que à maneira *Top Down*, transforma a reinterpretção da medida nos locais onde ela é implementada, num processo atravessado por enormes contradições e ambivalências.

Disso nos dá conta um dos formadores entrevistados no terreno, quando denuncia a ausência de participação dos atores nos processos de construção e de implementação da mesma.

"As entidades do terreno não podem, não devem ser consideradas meras extensões do Estado, daquilo que o Estado não faz, portanto, somos extensões, somos executores de políticas para as quais nós não fomos consultados, para a definição das quais nós não fomos consultados."

"Nós somos o recheio de uma sandes cuja parte debaixo do pão é este público que temos que é problemático e a parte de cima é a máquina administrativa que nos esmaga."

Vale a pena mobilizar aqui o pensamento de Crozier (1994) quando na sua obra "A empresa à escuta" realça a importância da escuta ativa nos processos de aprendizagem coletiva. Segundo este autor, esta é mesmo uma condição fundamental da condução dos processos de mudança e de transformação social de um qualquer sistema de ação concreto.

A escuta ativa dos atores é sentida pelos responsáveis das entidades no terreno como uma ausência, o que condiciona negativamente a implementação do programa, gerando efeitos perversos negativos, naquilo que é o seu entendimento da "boa execução" da medida. Podemos dizer, em certo sentido, que estamos perante uma crise da inteligência (Crozier, 1995) da ação do Estado, que desperdiça o saber local resultante das aprendizagens dos atores com as questões colocadas pelas provações do seu trabalho quotidiano nos terrenos da ação pública.

O sistema de sentidos que nos remete para uma lógica de implementação permite-nos dizer que "eles", a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), fazem as avaliações e fica-se com a sensação ("nós") que as avaliações não servem para nada e que as pessoas no terreno não são ouvidas. Não se consulta quem conhece as dificuldades do terreno. Quem desenha a medida está fechado nos gabinetes e não conhece a realidade em que vivem as pessoas que são destinatárias deste programa de ação governamental. A administração não fala com os cidadãos. Há ausência de diálogo e daí resultam imensas confusões e desajustamentos no terreno. O Estado atua numa lógica *Top Down*, introduzindo a determinado momento, uma lógica autopoiética, com o objetivo de chamar a si o controlo da medida.

Quadro 3 ▶ Entre a lógica de implementação e a lógica da construção coletiva da ação pública – um Estado que não escuta ativamente os parceiros da ação pública

Eles (ANQ) fazem avaliações a sensação que nos dá é que aquilo não serve para nada	/	[Eles (ANQ) fazem avaliações a sensação que nos dá é que aquilo serve para alguma coisa]
↓	/	↓
Não ouvem as pessoas no terreno	/	[Ouvem as pessoas no terreno]
↓	/	↓
Não consultam quem conhece as dificuldades do terreno	/	[Consultam quem conhece as dificuldades do terreno]
↓	/	↓
Quem desenha isto está nos gabinetes	/	[Quem desenha isto não está nos gabinetes]
↓	/	↓
Não conhecem a realidade em que vivem estas pessoas	/	[Conhecem a realidade em que vivem estas pessoas]
↓	/	↓
A administração não fala com os cidadãos neste país	/	[A administração fala com os cidadãos neste país]
↓	/	↓
Não há diálogo e daí resultam imensas confusões no terreno	/	[Há diálogo e daí não resultam imensas confusões no terreno]
↓	/	↓
Aparece tudo desajustado daquilo que acontece no terreno	/	[Não aparece tudo desajustado daquilo que acontece no terreno]
↓	/	↓
Uma lógica de implementação – Top Down – Autopoiésis	/	Uma lógica participada – Bottom Up – Estado Poiético

O sistema de sentidos opostos abre espaço para pensar uma lógica da participação coletiva que é de fato valorizada pelos entrevistados. O Estado avalia a medida e a sensação que se fica é que as avaliações servem para alguma coisa no sentido de se transformarem as situações. Ouvem-se as pessoas no terreno. Consulta-se quem conhece as dificuldades do trabalho decorrente da sua prática diária. Quem desenha a medida não se limita a estar fechado nos gabinetes. Conhece-se a realidade em que vivem os destinatários. A administração comunica efetivamente com os cidadãos. Há diálogo e esse diálogo evita as confusões e os desajustamentos na implementação da medida. A lógica valorizada baseia-se numa participação alargada de todos os atores a partir de baixo. O modelo *Bottom-Up* é uma condição necessária à atuação do Estado no modo poiético.

Reflexões finais

Para concluir vale a pena destacar que a análise da implementação da Iniciativa Novas Oportunidades permite-nos pensar sociologicamente as transformações na atuação do Estado na produção da ação pública. Se no contexto da sociedade portuguesa atual, à semelhança da maior parte das sociedades contemporâneas do mundo dito Ocidental, o aparelho estatal já não tem capacidade e recursos para implementar por si só as políticas públicas que quer levar a cabo, e neste caso em particular as políticas públicas de educação e formação de

adultos, e portanto, para fazer face aos problemas públicos com que se confronta, o Estado mobiliza os mais diversos atores da sociedade civil para, numa lógica de parceria como os mesmos, coproduzir a ação pública. O Estado não deixa nunca, como refere Balsa (2012) de intervir no sentido de assumir o controlo da situação numa lógica autopoiética.

Neste sentido, é o Estado que continua a definir o essencial das políticas, muitas das vezes sem escutar os atores no terreno, e a decidir unilateralmente sobre os modos de produção das políticas. Esta intervenção obedece também, não poucas vezes, a uma mera lógica instrumental em que o fazer por fazer, assente numa hegemonia da racionalidade económica e financeira, se sobrepõe às finalidades éticas do próprio Estado, e, portanto, se sobrepõe às finalidades do próprio fazer.

Este é, aliás, um dos grandes paradoxos que atravessa o programa de políticas públicas aqui em análise que foi sendo objeto de um desinvestimento financeiro progressivo pelo governo da direita, na altura no poder. Foi sendo objeto de uma crescente incomunicabilidade entre o poder do Estado e os responsáveis pelas entidades no terreno. Foi atravessado por uma crescente politização e luta ideológica na arena pública pelos diferentes partidos políticos. E acabaria por ser desmantelado por iniciativa governamental ficando para a História da Educação as palavras do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho de que a Iniciativa Novas Oportunidades mais não faria do que produzir uma “certificação da ignorância” (Martins, 2014).

O trabalho dos formadores de adultos no âmbito das Novas Oportunidades é também marcado pela prova central do agir social num contexto de múltiplas incertezas. A incerteza do resultado do trabalho com o outro e sobre o outro com qual se faz a sua intervenção no sentido da passagem muitas vezes de indivíduos por defeito (Castel, 2009: 434) a indivíduos com cidadania plena reintegrados socialmente.

A incerteza resultante de uma identidade profissional não poucas vezes incerta, múltipla, fragmentada e ambígua resultante da inserção de O Novo Espírito do Capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999) e da competição inerente à integração na cidade por projeto. A incerteza resultante da precariedade da condição laboral inerente à vulnerabilidade do ofício de formador (Martins, 2014: 179). A incerteza resultante da descontinuidade das políticas públicas de educação e formação de adultos sempre sujeitas aos ciclos governativos, às concepções ideológicas dos diferentes governos e aos financiamentos Estatais e Europeus fortemente voláteis.

Num contexto de financeirização global da economia, a ação pública está cada vez mais liberta de uma concepção centrada no Estado na produção das políticas que o Estado pretende implementar. Está simultaneamente cada vez mais dependente dos múltiplos atores de características marcadamente diferenciadas e heterogêneas que a produzem a múltiplos níveis da sua concepção e implementação e é atravessada por inúmeras tensões e contradições.

É neste contexto que, do ponto de vista científico, ganha relevo uma Sociologia que se preocupa com a análise da ação pública nos terrenos onde ela é apropriada para se dar conta dos processos da sua reconfiguração. Por outro lado, no caso da análise da implementação da Iniciativa Novas Oportunidades, uma compreensão mais holística desta medida passaria pela construção de um olhar a partir das perspetivas daqueles que a conceberam e pilotaram, assim como daqueles a quem ela se destinou. Pensamos que a pluralidade de entradas e de pontos de vista nos diferentes níveis onde as políticas são interpretadas e reinterpretadas são um elemento fundamental de uma adequada compreensão sociológica.

Notas

¹ Seguimos aqui a proposta de Jean-Pierre Hiernaux que nos diz que os modelos culturais são "sistemas de sentido típicos que orientam o comportamento dos sujeitos, que são interiorizados, socialmente produzidos, reproduzidos ou transformados" (Hiernaux, 1997: 161). A análise estrutural de conteúdos procura, a partir dos conteúdos manifestos no *corpus* do material empírico, encontrar as representações sociais, os sentidos que organizam e orientam a conduta dos atores. Assim sendo, o que interessa na análise, é o que está para lá do que é manifestado no texto e que vai permitir a compreensão do agir dos indivíduos em sociedade.

² O conceito de ação pública assinala uma mudança paradigmática na leitura sociológica da análise das políticas públicas uma vez que rompe com uma visão centrada no Estado da produção e da implementação das políticas e ao mesmo tempo rompe com uma análise das políticas a partir de cima numa concepção implementacionista e sequencial que no parece redutora da compreensão dos modos como as políticas públicas se reconfiguram na contemporaneidade. Como assinala Hassenteufel (2008: 101) a abordagem da ação pública a partir de baixo reveste-se de um triplo interesse, em primeiro lugar ela abre a via para uma nova perspetiva de análise das políticas públicas partindo das interações dos atores em torno de lógicas múltiplas. Em segundo lugar, esta abordagem revela-se particularmente pertinente a um tipo específico de políticas públicas, as políticas procedimentais, cujo objetivo central é organizar e estruturar as interações dos intervenientes na produção das políticas, o que deixa uma margem de manobra significativa aos atores que estão encarregues da implementação das medidas nos terrenos da ação pública. Em terceiro lugar, esta abordagem permite apreender as interdependências multiníveis a partir da construção coletiva da ação pública. Os níveis local, nacional e transnacional podem assim ser apreendidos a partir da análise de situações concretas sócio-historicamente localizadas (Martins, 2014: 72).

³ O conceito de prova é central na sociologia da individuação de Danilo Martuccelli (2006) e é o operador concetual a que recorremos nesta investigação para compreender os modos de apropriação da medida de política educativa aqui em análise. Martuccelli (2006) define as provas como os desafios históricos, socialmente produzidos, desigualmente distribuídos, que os indivíduos são confrontados a enfrentar. Trata-se de perceber como os indivíduos enfrentam as provações com que se deparam nas suas existências quotidianas numa determinada singularidade sociohistórica.

⁴ As políticas de ativação remetem para um novo modo de regulação societal da atuação do Estado centrada na ideia de Estado Social Ativo cuja ideia central é a de ativar os indivíduos que são objeto de intervenção do Estado, transformá-los em autores das suas vidas, responsabilizá-los pela sua própria trajetória e destino social. Estas políticas demarcam-se claramente da ideia de um Estado Social Passivo, visão tradicional da atuação do Estado-Providência, centrado no assegurar de direitos sociais e da atribuição das alocações atribuídas pelo Estado sem as contrapartidas inerentes em termos de deveres sociais exigidos aos beneficiários. Trata-se de um novo contrato social muito mais exigente na produção social dos indivíduos (Martins, 2014: 234; Vrancken e Macquet, 2006: 83).

⁵ Sobre os processos em curso de singularização societal recomendamos vivamente a obra de Martuccelli (2010) sobre a sociedade singularizada, e cuja leitura nos ajuda a compreender melhor esta tensão entre as lógicas de massificação e as lógicas de singularização.

Referências bibliográficas

ASTIER, I. (2003), "L'irruption de l'individu concret dans le service public: du travail sur autrui au travail avec autrui", comunicação apresentada na *IX Journées de Sociologie du Travail*, 27-28 de novembre 2003, Paris, França.

- BALSA, C. (2012), "Estado Poético, autopoiesis e agir poético – A coordenação em rede das políticas de desenvolvimento social em Portugal como instrumento de luta contra a pobreza", in Adilson Marques Gennari e Cristina Maria Pinto Albuquerque (orgs.), *Políticas públicas e desigualdades sociais – Debates e práticas no Brasil e em Portugal*, Série Relações Internacionais e Mundo Contemporâneo, São Paulo, Ed. Cultura Acadêmica.
- BERTHELOT, J.M. (1997), *A inteligência do social*, Porto, Res Editora.
- BOLTANSKI, L. e È. Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Éditions Gallimard.
- BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- CASSIERS, I. (2005), "De l'État providence à l'État social actif: quelles mutations sous-jacentes?", *Regards Économiques*, Institut de Recherches Économiques et Sociales de l'Université Catholique de Louvain.
- CASTEL, R. (2009), *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*, Paris, Éditions du Seuil.
- CROZIER, M. (1994), *A empresa à escuta*, Lisboa, Instituto Piaget.
- CROZIER, M. (1995), *La crise de l'intelligence. Essai sur l'impuissance des élites à se reformer*, Paris, InterEditions.
- DE MUNK, J. e M. Verhoeven (1997), *Les mutations du rapport à la norme. Un changement dans la modernité?*, Bruxelles, De Boeck Université.
- DUBET, F. (2002), *Le déclin de l'institution*, Paris, Éditions du Seuil.
- HASSENTEUFEL, P. (2008), *Sociologie Politique: l'action publique*, Paris, Armand Colin.
- HIERNAUX, J. P. (1997), "Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos", in L. Albarello et al. (eds.), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- MARTINS, J. (2014), *Das políticas às práticas de educação de adultos. Lógicas de ação, sentidos e modos de apropriação localmente produzidos*, Lisboa, Colibri.
- MARTUCCELLI, D. (2006), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris, Armand Colin.
- MARTUCCELLI, D. (2010), *La société singulariste*, Paris, Éditions Armand Colin.
- NEAVE, G. (1988), "On the Cultivation of Quality, Efficiency and Enterprise: An Overview of Recent Trends in Higher Education in Western Europe, 1968-1988", *European Journal of Education*, 23 (1/2), pp. 7-23.
- PRESSMAN, J e A. Wildawsky (1973), *Implementation*, Los Angeles, University of California Press.
- VRANCKEN, D. e C. Macquet (2006), *Le travail sur soi. Vers une psychologisation de la société?*, Paris, Éditions Belin.

Recebido a 31/05/2016. Aceite para publicação a 18/11/2016.

João Eduardo Martins (jrmartins@ualg.pt). Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, CIEO – Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, Edifício 9, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal.



Normas para apresentação de originais

A revista *Forum Sociológico* publica artigos originais, entrevistas, recensões críticas e documentos. Todos os originais propostos para publicação na revista *Forum Sociológico* devem ser enviados por e-mail para o endereço eletrónico da revista (forum@fcs.unl.pt).

É política editorial da revista *Forum Sociológico* respeitar a opção ortográfica dos autores que publica. Os artigos originais têm que ser inéditos e não podem estar a ser submetidos para publicação em outras revistas nacionais. Devem ter no máximo 40.000 caracteres (incluindo espaços, resumos, notas de rodapé, bibliografia, quadros, gráficos e figuras, o que perfaz cerca de 18 páginas), e só serão considerados para a avaliação científica caso os autores não ultrapassem o limite de caracteres estipulado pela revista e indiquem o número de caracteres, incluindo espaços, que o texto contém. Os artigos podem integrar-se nos Dossiês Temáticos ou ser publicados na seção "Outros Artigos". Os artigos propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas em regime de anonimato bilateral. A decisão final da publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação.

Cada texto deve iniciar-se com um título e resumo no idioma do texto e no idioma Português e Inglês, caso este não seja escrito nesses idiomas, com um máximo de 1.000 caracteres (10 linhas), seguidos de 3 ou 4 palavras-chave nesses mesmos idiomas.

Promove-se também a publicação de entrevistas a especialistas sobre temas relevantes no âmbito das Ciências Sociais, bem como recensões críticas de obras recentemente publicadas no país e no estrangeiro, cujas temáticas sejam pertinentes no âmbito das Ciências Sociais. Serão também aceites documentos, notas analíticas e conclusivas resultantes de trabalhos de investigação, e outros documentos considerados relevantes que não se enquadram no formato previsto para os artigos. Tais documentos (projetos, materiais sociográficos, documentos, recensões) deverão observar os seguintes limites de páginas: no caso de entrevistas, uma a duas páginas; para outros documentos, até cinco páginas.

Os textos devem ser apresentados em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para a bibliografia), em tipo de letra "Times New Roman", tamanho 12 com as margens superior, inferior,

esquerda e direita a 2 cm. Os quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, em numeração árabe, para cada um dos elementos respetivos (Quadro 1; Gráfico 1; Figura 1).

Adotamos a norma de citação anglo-saxónica: autor, ano de edição, página. Ex.: (Elias, 1983: 5). Quando as transcrições ultrapassarem as 5 linhas de texto, devem vir destacadas do corpo do texto em letra tamanho 11 e margens laterais de 1 cm. Para as transcrições de menor dimensão, deverão ser utilizadas as aspas duplas ("..."); para citações secundárias (dentro da própria transcrição) deverão utilizar-se aspas simples ('...'); o itálico deverá ser utilizado apenas no caso de se tratar de palavras em língua estrangeira.

As referências bibliográficas, em que se incluem as que surgem no texto e/ou notas, são apresentadas de forma alfabeticamente ordenada por último nome do primeiro autor no final do artigo. Deverão obedecer às seguintes regras: o último nome do primeiro autor, primeiros nomes do primeiro autor; no caso de haver mais do que um autor, os seus nomes aparecem pela ordem normal, seguido do ano de edição (e o ano de edição original caso se conheça), o título da obra, a localidade, editora; os títulos de livros e revistas aparecem em itálico e os títulos dos textos ou artigos entre aspas. No caso de os autores serem múltiplos, pode identificar-se o primeiro autor, ou os dois primeiros, seguido de "et al.". Caso se conheçam, devem ser assinalados os autores quando organizadores da obra ou quando responsáveis pela sua edição. Essa informação deve ser colocada entre parêntesis, logo após os nomes a que dizem respeito: (org.) ou (orgs.), (ed.) ou (eds.).

Exemplos:

BOLTANSKI, L. e L. Thévenot (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Éditions Gallimard.

COWAN, P. A. e M. Hetherington (orgs.) (1991), *Family Transitions*, Nova Jérсия, Erlbaum.

DODIER, N. (1989), "Le travail d'accommodation des inspecteurs du travail en matière de sécurité", in L. Boltanski e L. Thévenot (eds.), *Justesse et justice dans le travail*, Paris, CEE - PUF, pp. 91-114.

DURKHEIM, E. (1960), *Le Suicide*, Paris, PUF.

KRIEGER, N.; D. Rowley, et al. (1993), "Racism, Sexism, and Social Class: Implications for Stu-

dies of Health, Disease and Well Being”, *American Journal of Preventive Medicine*, 9 (3), pp. 82-122.

REVEL, J. (1986), “Les usages de la civilité”, in P. Ariès e G. Duby, *Histoire de la vie privée*, vol. 3, Paris, Seuil.

PROCESSO DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA

- A qualidade científica dos artigos publicados na revista *Forum Sociológico* é assegurada por um processo de arbitragem anónimo.
- Os artigos propostos são submetidos a uma primeira análise por parte do Conselho de Redação.
- Os artigos que se integrem no âmbito disciplinar da revista são posteriormente submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas (*referees*), num mínimo de 2, em regime de anonimato.
- Os *referees* serão escolhidos recorrendo-se a reputados especialistas no domínio das propostas de publicação e de entre os membros do Conselho Editorial
- A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação, com base nos pareceres emitidos pelos *referees*, a partir de critérios previamente estabelecidos pelo Conselho de Redação.

- Os pareceres dos *referees* são enviados aos autores de forma anónima, acompanhados de uma carta da Diretora sugerindo a realização das alterações ou correções propostas nos referidos pareceres.
- No caso de serem sugeridas aos autores alterações ou correções, o Conselho de Redação zelarà pela efetiva introdução das mesmas.
- Os artigos a integrar os *Dossiês Temáticos* serão publicados segundo os critérios acima enunciados. Em complemento, poderão os organizadores do *Dossiê* fazer convites de publicação a especialistas no domínio em causa, os quais ficam sujeitos à aprovação do Conselho de Redação.
- A lista de *referees* será publicada a cada dois anos na própria revista, sem no entanto se identificarem os artigos analisados por cada um.

Revista *Forum Sociológico*

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Edifício I&D, Avenida de Berna, 26

1069-061 Lisboa

E-mail: forum@fcsh.unl.pt

Site: <http://sociologico.revues.org/>

ASSINATURAS

Todos os números da Revista *Forum Sociológico* podem ser adquiridos presencialmente ou encomendados.

Morada:

Revista *Forum Sociológico*

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Edifício I&D, Avenida de Berna, 26 – 1069-061 Lisboa

E-mail: forum@fcsh.unl.pt

Telefone: 00351 21 790 83 00 (ext. 1488)

Preço por exemplar: €10,50 (c/IVA)